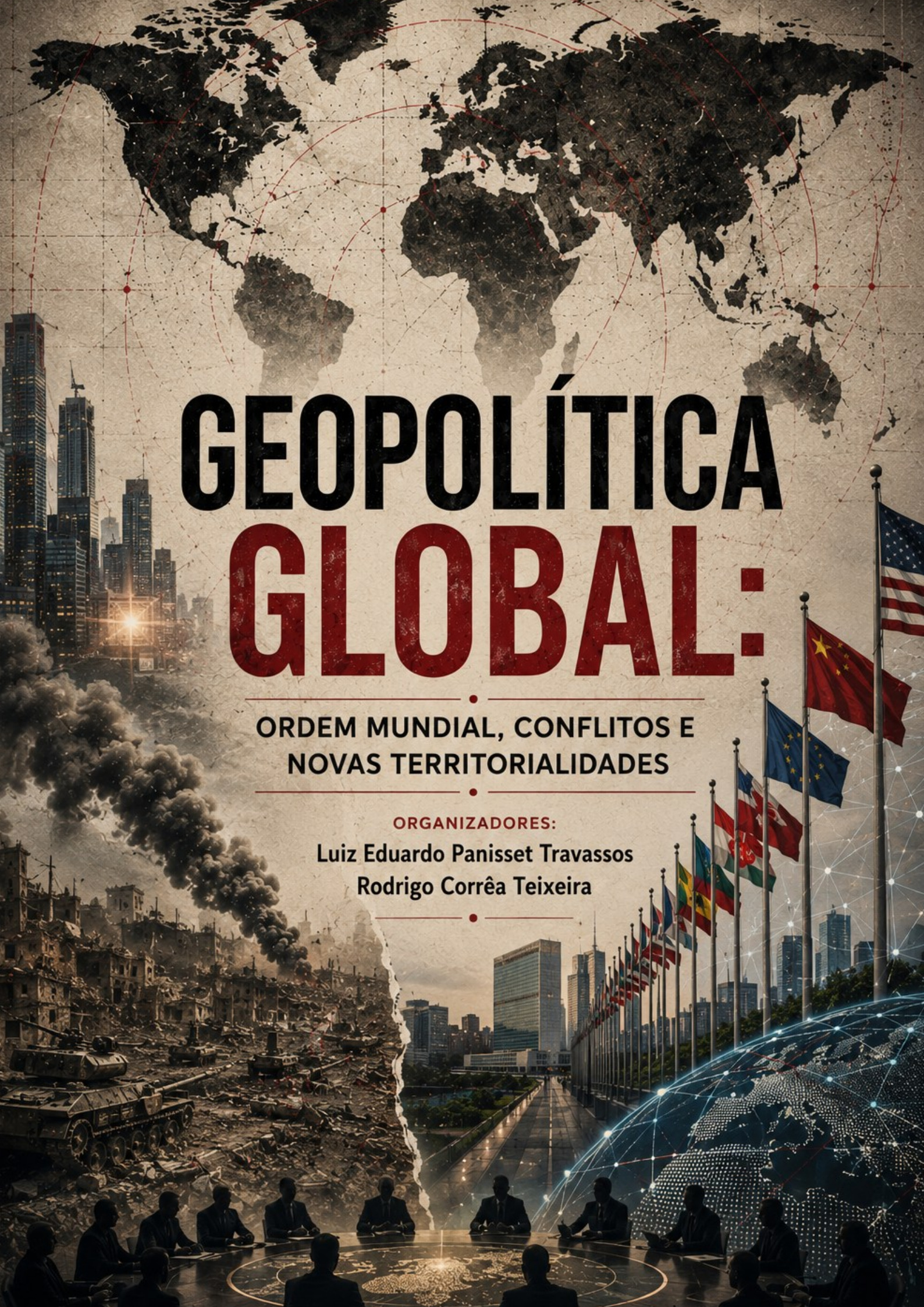




GEOPOLÍTICA GLOBAL:

**ORDEM MUNDIAL, CONFLITOS E
NOVAS TERRITORIALIDADES**

ORGANIZADORES:

**Luiz Eduardo Panisset Travassos
Rodrigo Corrêa Teixeira**

GEOPOLÍTICA GLOBAL:

ORDEM MUNDIAL, CONFLITOS E NOVAS TERRITORIALIDADES

Organizadores:

Luiz Eduardo Panisset Travassos

Rodrigo Corrêa Teixeira



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação:

Prof. Dr. Martinho Campolina Rebello Horta

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alecir Antonio Maciel Moreira

Alexandre Magno Alves Diniz

Ana Márcia Moreira Alvim

Antoniél Silva Fernandes

Bruno Durão Rodrigues

Danny Zahreddine

Jorge Batista de Souza

Juliana de Lima Caputo

Luiz Eduardo Panisset Travassos

Magda Maria Diniz Tezzi

Marcelo Eduardo Zanetti

Mariana Balau Silveira

Rodrigo Corrêa Teixeira

Sandro Laudares

ORGANIZAÇÃO DO VOLUME

Luiz Eduardo Panisset Travassos

Rodrigo Corrêa Teixeira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Luiz Eduardo Panisset Travassos

IMAGENS

Elaboradas com apoio de inteligência artificial generativa, sob curadoria, orientação temática e revisão editorial de Luiz Eduardo Panisset Travassos.

APOIO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geopolítica global [livro eletrônico] : ordem mundial, conflitos e novas territorialidades / organizadores Luiz Eduardo Panisset Travassos, Rodrigo Corrêa Teixeira. --
Belo Horizonte, MG : PUC Minas, 2026.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-975986-1-8

1. Geopolítica 2. Poder (Ciências sociais)
3. Relações internacionais 4. Territorialidade humana 5. Conflitos (Psicologia) I. Travassos, Luiz Eduardo Panisset. II. Teixeira, Rodrigo Corrêa.

26-365981.0

CDD-320.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Geopolítica 320.12

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

GÁS NATURAL RUSSO, SANÇÕES E REORIENTAÇÃO COMERCIAL: DA UNIÃO EUROPÉIA À CHINA	5
HEARTLAND, RECURSOS NATURAIS E PODER TERRESTRE: UMA LEITURA GEOPOLÍTICA DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA	12
PODER AÉREO E GUERRA CONTEMPORÂNEA: A ESTRATÉGIA UCRANIANA CONTRA INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS RUSSAS	20
DESLOCAMENTO FORÇADO, SOBERANIA E RESPONSABILIZAÇÃO INTERNACIONAL NO CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA.....	28
CRISE CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS: A PROTEÇÃO DOS DESLOCADOS CLIMÁTICOS PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	38
O DILEMA NUCLEAR DO IRÃ: ESTADOS UNIDOS, ISRAEL E DISSUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO.....	47
CONTRADIÇÕES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: EMPRESAS EXPORTADORAS MEXICANAS E DEPENDÊNCIA PRODUTIVA NO USMCA	55
DA AUTONOMIA À SUBORDINAÇÃO: A COSTA SUAÍLI NA EMERGÊNCIA DO SISTEMA-MUNDO EUROPEU	61
A GUIANA FRANCESA NOS ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1892–1950): A RELAÇÃO METRÓPOLE-COLÔNIA	68
MUDANÇAS DAS FRONTEIRAS E DO TERRITÓRIO CHINÊS: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA SOB O OLHAR DE GEÓGRAFOS POLÍTICOS CLÁSSICOS.....	74
CARTOGRAFIA PERSUASIVA E DESINFORMAÇÃO ESPACIAL: DA PROPAGANDA GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XX À ERA DIGITAL.....	82
IMAGINÁRIOS GEOPOLÍTICOS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: ENTRE A GRANDE MÍDIA E AS REDES SOCIAIS	93
O CARSTE E O CAMPO DE BATALHA: IMPLICAÇÕES DA GEOLOGIA E DA GEOMORFOLOGIA NAS TÉCNICAS DE CÔMBATE	100

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne reflexões produzidas a partir de diferentes olhares sobre as transformações do espaço mundial contemporâneo. Como organizadores, buscamos reunir os trabalhos apresentados no 24º Seminário de Geografia – Cláudio Peres que permitissem compreender a geopolítica não apenas como o estudo das relações entre Estados, mas também como campo de análise das disputas territoriais, dos conflitos armados, das crises ambientais, dos deslocamentos populacionais, das estratégias econômicas, das representações cartográficas e das novas territorialidades que marcam o século XXI.

Os capítulos que compõem este volume abordam temas diversos, mas articulados por uma preocupação comum: interpretar criticamente os processos que reorganizam a ordem mundial. Ao tratar de energia, recursos naturais, fronteiras, soberania, poder militar, mudanças climáticas, desinformação espacial, colonialidade, integração regional e formação territorial de grandes potências, os autores evidenciam a atualidade da geopolítica como ferramenta indispensável para a leitura do mundo.

A organização do livro segue uma lógica temática que parte das grandes disputas estratégicas contemporâneas e avança para dimensões jurídicas, históricas, econômicas, simbólicas e físico-geográficas da geopolítica. Inicialmente, os capítulos dedicados à Rússia, à Ucrânia, ao gás natural, ao Heartland, ao poder aéreo e às infraestruturas críticas colocam em evidência a permanência dos recursos naturais, da localização, da soberania e da força militar como elementos centrais da política internacional.

Em seguida, desloca o olhar para as consequências humanas, jurídicas e ambientais das disputas globais. Os textos sobre deslocamento forçado no conflito Rússia–Ucrânia e sobre a proteção dos deslocados climáticos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos demonstram que os conflitos e crises atuais não podem ser compreendidos apenas por sua dimensão diplomática ou militar. Eles envolvem populações vulnerabilizadas, violações de direitos humanos, disputas por reconhecimento jurídico e limites institucionais dos sistemas internacionais de proteção.

Outro eixo do livro reúne análises sobre dissuasão, integração econômica, relações centro-periferia e processos históricos de subordinação territorial. Nesse conjunto, os capítulos sobre o dilema nuclear do Irã, o USMCA, a Costa Suaíli e a Guiana Francesa evidenciam como a geopolítica contemporânea permanece atravessada por hierarquias históricas, dependências produtivas, estratégias de controle regional e permanências coloniais.

A dimensão histórico-territorial aparece de modo expressivo no capítulo sobre as mudanças das fronteiras e do território chinês. A trajetória de formação territorial da China permite compreender como processos dinásticos, fronteiras móveis, expansão espacial e consolidação estatal contribuíram para a constituição de uma das principais potências da ordem internacional contemporânea. Ao dialogar com geógrafos políticos clássicos, esse estudo reforça a importância de retomar categorias como território, fronteira, posição e poder para interpretar a geopolítica atual.

O livro também contempla a dimensão simbólica, midiática e cartográfica das disputas geopolíticas. Os capítulos sobre cartografia persuasiva, desinformação espacial e imaginários geopolíticos de estudantes do ensino médio demonstram que mapas, notícias, redes sociais, narrativas visuais e discursos midiáticos participam ativamente da construção de percepções sobre países, povos, conflitos e lideranças. Em um contexto marcado pela circulação acelerada de informações e pela manipulação de representações espaciais, a leitura crítica do espaço torna-se condição essencial para a formação cidadã.

Por fim, o capítulo dedicado às relações entre carste, geologia, geomorfologia e técnicas de combate amplia o horizonte da análise geopolítica ao destacar a importância das condições físicas do terreno nos conflitos armados. Ao incorporar cavernas, relevos, substratos geológicos e sistemas naturais ao debate, a obra reafirma a contribuição específica da Geografia para a compreensão dos conflitos, demonstrando que o espaço não é mero cenário dos acontecimentos, mas elemento ativo na organização das estratégias, dos riscos e das possibilidades de ação.

Em conjunto, os capítulos demonstram que a geopolítica permanece como instrumento analítico fundamental para compreender um mundo marcado por guerras, crises ambientais, disputas energéticas, redefinições de fronteiras, transformações tecnológicas, novas territorialidades e assimetrias de poder. Ao mesmo tempo, evidenciam que os referenciais clássicos da geografia política e da

geopolítica continuam relevantes, desde que reinterpretados criticamente diante das complexidades do presente.

Esperamos que esta obra contribua para o debate acadêmico e para a formação crítica de estudantes, professores, pesquisadores e demais leitores interessados nas dinâmicas territoriais do mundo contemporâneo. Mais do que oferecer respostas definitivas, o livro propõe caminhos de reflexão sobre os modos pelos quais o poder se organiza, se representa e se disputa no espaço geográfico.

Agradecemos aos autores e autoras que contribuíram para a construção deste volume, à comissão organizadora e às instituições envolvidas. Esta coletânea é resultado de um esforço coletivo de análise, diálogo e produção de conhecimento, orientado pelo compromisso de compreender a complexidade da ordem mundial, dos conflitos e das novas territorialidades.

Luiz Eduardo Panisset Travassos

Rodrigo Corrêa Teixeira

GÁS NATURAL RUSSO, SANÇÕES E REORIENTAÇÃO COMERCIAL: DA UNIÃO EUROPEIA À CHINA

RUSSIAN NATURAL GAS, SANCTIONS AND TRADE REORIENTATION FROM THE EUROPEAN UNION TO CHINA

Ana Paula Gonçalves Vaz Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

ana.ferreira1330363@sqa.pucminas.br

Palavras-Chave: Gás Natural Russo; Guerra Russo-Ucraniana; Geografia Comercial.

Keywords: Russian Natural Gas; Russo-Ukrainian War; Commercial Geography

INTRODUÇÃO

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia, iniciada em 2022, modificou a comercialização de bens a níveis locais e mundiais. Entre estas mudanças, está a alteração dos consumidores do gás natural russo, uma vez que um dos principais gasodutos encontra-se em território ucraniano (denominado Brotherhood). Além disso, segundo a Comissão Europeia (s.d.), a União Europeia adotou formalmente, em janeiro de 2026, a eliminação gradual das importações de gás natural russo, medida voltada à redução permanente da dependência energética em relação à Rússia.

Para isso, faz-se necessário que o Kremlin busque novos clientes, baseando-se em suas fronteiras geográficas terrestres. Desta forma, a Rússia tem concentrado seus investimentos em gasodutos para a Ásia. Essa proximidade permite a diluição de custos de transporte entre o fabricante e o consumidor, dialoga com a lógica de custos de transporte e proximidade espacial discutida na Nova Geografia Econômica (NGE), proposta por Paul Krugman, em 1991. Embora o conceito auxilie na compreensão da organização espacial das empresas do ramo energético russo, o recente redirecionamento do gás natural ocorre, sobretudo em função de decisões estratégicas e geopolíticas da Rússia, no contexto do conflito.

Com isto, o objetivo deste trabalho consiste em compreender a reconfiguração da rota geográfica do gás natural russo para o continente asiático a partir do conflito russo-ucraniano, tendo como base a proximidade territorial e da infraestrutura energética para a análise. Desse modo, o problema central da pesquisa consiste em compreender como a guerra Russo-Ucraniana, as sanções

ocidentais e a política energética europeia contribuíram para reorientar a geografia comercial do gás natural russo, deslocando parte de sua estratégia de exportação da União Europeia para mercados asiáticos, em especial a China.

A hipótese baseia-se na perspectiva de que as sanções impostas à Rússia possibilitaram ao Kremlin o redirecionamento de parte significativa do seu gás natural a outros consumidores a partir de suas fronteiras geográficas.

A justificativa deste trabalho baseia-se na relevância do assunto no contexto geopolítico mundial atual, alinhando teorias do século anterior, que servem de base para estudos presentes. Além disso, visa a aprendizagem e o estímulo, dando continuidade ao processo de conhecimento geopolítico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com objetivo de compor a base teórica deste trabalho, este estudo analisará o conceito de economias de aglomeração, que encontra-se atrelado a teoria da Nova Geografia Econômica, proposta por Paul Krugman em 1991.

Segundo Arroyo (2019, p.176), “todo o movimento econômico compreende produção, distribuição, troca ou comércio e consumo”. Partindo desta relação, conjuntamente da proximidade geográfica entre as empresas, baseia-se a teoria de economias de aglomeração.

De acordo com Mais Retorno (2020), o conceito entende-se como “benefícios econômicos decorrentes da concentração geográfica das empresas de uma indústria específica”. Uma vez reduzidos os custos de transporte entre os fabricantes de um mesmo produto e os consumidores finais, a tendência da relação de interdependência é tornar-se constantemente mais firme, já que a aglomeração empresarial permite a diluição dos custos.

Além disso, as vantagens das economias de aglomeração também possibilita:

[...] os benefícios da comunicação, que por sua vez, deveriam ser conseguidos mediante a uma infraestrutura adequada, *spillovers* tecnológicos, cultura corporativa, com o objetivo de proximidade entre produtores e fornecedores [...] (Vignandi, s.d.).

Ainda que os outros benefícios mencionados dependam de uma relação de dependência mais concreta, esta pode ser alcançada mediante um grande mercado comercial e financeiro que permite a melhoria das relações, bem como a permanência destas.

Embora o conceito de economias de aglomeração seja originalmente aplicado à concentração espacial de atividades produtivas, ele pode contribuir, de forma limitada, para interpretar a importância da proximidade geográfica e da infraestrutura na circulação do gás natural. No caso russo, contudo, a reorientação dos fluxos energéticos não decorre apenas de vantagens locacionais, mas também de sanções, decisões geopolíticas, dependência energética, investimentos em gasodutos e redefinição dos mercados consumidores.

Contudo, é válido reforçar que a teoria de Krugman (1991) é utilizada na concentração espacial de firmas e mercados de trabalho locais, o comércio do gás natural russo é realizado através de gasodutos, mediante limites fronteiriços. Portanto, a teoria da NGE contribui como suporte conceitual, uma vez que a proximidade territorial proporciona a diluição de custos.

METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter qualitativo, bibliográfico e documental, com uso de dados secundários sobre fluxos comerciais, exportações energéticas e infraestrutura de gasodutos, pois busca associar a relação entre as modificações na relação Rússia-UE a partir do conflito entre a Rússia e a Ucrânia com o aumento das exportações de gás natural para a China. Além disso, configura-se como explicativa, porquanto busca indagar e apurar a ocorrência dos efeitos na região de estudo, as mudanças nas relações internacionais entre os estados.

Para o embasamento teórico, baseado na teoria de Paul Krugman, utilizou-se autores como Arroyo (2019), Vignaldi (s.d.) e Mais Retorno (2020), a fim de complementarem o estudo. No que tange ao mapeamento dos fluxos e do cenário geopolítico, recorreu-se a dados e relatórios de órgãos de imprensa e institutos especializados, como Egorov (2022), Rey (2022), CNN (2022), G1 (2025) e o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS)¹ (2023). A triangulação desses dados permite analisar as relações comerciais do gás natural russo no período anterior à guerra e no período em que ela ocorre.

¹ International Institute for Strategic Studies, em inglês.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Pereira (2020, p.106), “a Rússia tem se tornado a exploradora de reservas de recursos naturais”, o que permite ao Kremlin a diversidade em suas relações comerciais, especialmente no que tange a dependência dos países mediante as potenciais reservas energéticas russas.

As empresas de gás natural estão concentradas em diversas regiões do território russo. A mais importante delas, a Gazprom, está na cidade de São Petersburgo, enquanto outras como a Lukoil, a Rosneft e a Novatek possuem suas sedes em Moscou. Ainda que a exploração e extração não ocorra nessas cidades, a proximidade destas entre si e com o mercado consumidor, valida o conceito de economias de aglomeração no caso do recurso natural russo.

O Gás Natural Russo e a Importação para a Europa

A relação comercial entre o gás natural russo e a Europa teve início em 1946, quando a Rússia ainda fazia parte da União Soviética, sendo a Polônia a receber pequenas quantidades da matéria-prima (Egorov, 2022). Posteriormente, países como Alemanha, França e Itália iniciaram a importação do bem, expandindo-se, gradualmente, para a União Europeia e consequentemente, para outros países do continente.

Devido a extensa fronteira entre a Rússia ocidental e o continente europeu, o transporte do gás natural é realizado através de gasodutos, como por exemplo, o Brotherhood, que atravessa a fronteira russo-ucraniana e tendo a União Europeia como destino final. Esse limite territorial permite a redução dos custos de transporte, promovendo a relação de interdependência, especialmente da Europa em relação ao gás russo.

No período anterior à guerra, o gás natural russo era destinado em cerca de 40% para a Europa (Rey, 2022), sobremaneira, a Alemanha. Contudo, com a crescente escalada no conflito russo-ucraniano, a União Europeia decidiu interromper este fluxo, abrindo margem para a Rússia redirecionar sua comercialização, facilitada pelas suas fronteiras geográficas.

Novas Comercializações Geográficas do Gás Natural Russo

Ainda que a Europa não tenha alcançado a plena interrupção da importação do gás russo (bem como alguns países que não concordam com a medida, como Hungria e Eslováquia), o Kremlin já vinha buscando novos consumidores, baseando-se na sua fronteira oriental: a Ásia.

De acordo com a CNN (2022), a China ultrapassou as importações do setor energético (gás natural, petróleo e carvão russos), posição que anteriormente pertencia à Alemanha. Para fortalecer a análise, recomenda-se incorporar dados recentes sobre o gasoduto Power of Siberia, cuja capacidade projetada alcança 38 bilhões de m³ anuais, bem como estimativas de crescimento das exportações russas de gás por gasoduto para a China em 2025 (Reuters, 2025). Desde então, a relação comercial russa-chinesa adquire cada vez mais estabilidade.

Em 2014, anteriormente ao início do conflito russo-ucraniano, China e Rússia assinaram um acordo de 30 anos para fornecimento de gás natural a Pequim (Época, 2014). Para o Kremlin, "foi um passo inicial no que provavelmente será um esforço contínuo de Moscou para direcionar seu fornecimento de gás para o leste" (IISS, 2023), conduzindo assim, a nova geografia da comercialização do bem natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os fatos apresentados, pode-se afirmar que a existência das maiores empresas de gás natural russas localizadas na Rússia ocidental, garantiu a estabilidade e permanência das relações comerciais entre o Kremlin e a UE, mediante a proximidade geográfica.

Além disso, o fato de alguns países aderirem a interrupção gradual enquanto outros reconsideram a sanção a partir da reabertura dos gasodutos, indica que essa alternativa tende a ser menos custosa do que os programas de subsídios, como afirma Christof Guenther, diretor administrativo da InfraLeuna² (G1, 2025). Este fator contribui para a relação entre o conceito de Krugman e a diluição de custos, bem como das relações de infraestrutura estabelecidas entre produtor e consumidor.

Por outro lado, a fronteira russa com o oriente, especialmente a China, abre margem para uma relação comercial potencialmente estreita quanto à anteriormente

² Parque químico de Leuna, na Alemanha.

mantida com a União Europeia. Para Sechin, presidente da Rosneft, o crescimento da parceira russo-chinesa é atribuído à “proximidade geográfica entre os dois países e a infraestrutura existente, com destaque para o oleoduto Sibéria-Pacífico” (Eixos, 2024). A relação fronteiriça, a junção empresarial, as estruturas de ligação entre ambos os países e a redução nos custos de transporte, permitem a interpretação parcial da NGE, uma vez que a interação comercial do recurso natural entre a Rússia e a China decorre principalmente de fatores geopolíticos e estratégicos.

Os elementos analisados sustentam parcialmente a hipótese de que as sanções e a redução da demanda europeia estimularam o redirecionamento comercial do gás natural russo para mercados asiáticos, especialmente a China, a partir de seus limites fronteiriços.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Geografia e Comércio Internacional: breve revisão bibliográfica. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 9, n. 2, 2019.

CNN, BRASIL. China passa Alemanha e se torna maior importadora de energia da Rússia. **CNN BRASIL**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/china-passa-alemanha-e-se-torna-maior-importadora-de-energia-da-russia/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

DUPONT. Tudo o que ainda não te contaram sobre o gás natural. **DuPont Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.dupont.com.br/personal-protection/falando-de-protecao/tudo-o-que-ainda-nao-te-contaram-sobre-sobre-o-gas-natural.html>. Acesso em: 10 dez. 2025.

EGOROV, B. Como a URSS tornou a Europa dependente do gás russo. **Janela para Rússia**, 2022. Disponível em: <https://br.gw2ru.com/historia/26300-como-urss-tornou-europa-dependente-gas-russo>. Acesso em: 08 dez. 2025.

ÉPOCA. Rússia assina acordo bilionário de fornecimento de gás à China. **Revista Época**, Rio de Janeiro, maio 2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/05/russia-assina-bacordo-bilionariob-de-fornecimento-de-gas-china.html>. Acesso em: 10 dez. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. **REPowerEU: Phase out Russian energy imports**. Bruxelas: Directorate-General for Energy, [s.d.]. Disponível em: https://energy.ec.europa.eu/strategy/repowereu-phase-out-russian-energy-imports_en. Acesso em: 11 dez. 2025.

G1. De volta ao gás russo, União Europeia enfrenta dilema de segurança energética. **G1**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/14/de-volta-ao-gas-russo-uniao-europeia-enfrenta-dilema-de-seguranca-energetica.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2025.

IISS. O estado da cooperação China-Rússia em matéria de gás natural, Londres, v. 29, fev. 2023. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2023/the-state-of-china-russia-cooperation-over-natural-gas/>. Acesso em: 08 dez. 2025.

MAIS RETORNO. Economia de aglomeração. **Mais Retorno**, 2020. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/e/economia-de-aglomeracao>. Acesso em: 11 dez. 2025.

PEREIRA, L. A Geografia do Comércio Internacional. **Geografia e Economia: Relações e Interfaces**, 2020.

REUTERS. Russia's pipeline gas exports to China seen up 25% this year, source says. **Reuters**, 22 de. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/business/energy/russias-pipeline-gas-exports-china-seen-up-25-this-year-source-says-2025-12-22/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08 dez. 2025.

RUDDY, G. Exportações de gás natural russo para a China devem bater recorde em 2024, diz CEO da Rosneft. **Eixos**, 2024. Disponível em: <https://eixos.com.br/empresas/exportacoes-de-gas-natural-russo-para-a-china-deve-bater-recorde-em-2024-diz-ceo-da-rosneft/>. Acesso em: 08 dez. 2025.

VIGNANDI, R. S. **Introdução à Nova Geografia Econômica (NGE ou NEG).** Apresentação de slides de minicurso. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Economia, [s. d.]. Disponível em: <https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/38/Minicursos/Aula%20NEG.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2025.

HEARTLAND, RECURSOS NATURAIS E PODER TERRESTRE: UMA LEITURA GEOPOLÍTICA DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA

HEARTLAND, NATURAL RESOURCES AND LAND POWER: A GEOPOLITICAL READING OF THE RUSSO-UKRAINIAN WAR

Ana Paula Gonçalves Vaz Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

ana.ferreira1330363@sga.pucminas.br

Palavras-chave: Heartland, Guerra Russo-Ucraniana, Recursos Naturais.

Keywords: Heartland, Russian-Ukrainian War, Natural Resources.

INTRODUÇÃO

A teoria do Heartland proposta por Halford J. Mackinder (1904), abarca áreas agrícolas, englobando países como Rússia e Ucrânia, estendendo-se para a Ásia central (BBC, 2020), sendo, portanto, um território rico em recursos minerais como petróleo, gás natural e terras férteis. A crescente tensão no embate entre ambos os países, coloca em ponto crucial a integridade do território e a disponibilidade das riquezas ali presentes, sendo consideradas no conflito.

A guerra Russo-Ucraniana, intensificada em fevereiro de 2022 com a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, retoma novamente a teoria do *coração da terra* e permite indagações acerca dos seus possíveis efeitos na guerra atual. Além disso, questiona-se se as intenções do Kremlin abarcam a totalidade do Heartland, juntamente com a disponibilidade de recursos pré-existent.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar de que maneira a teoria mackinderiana do Heartland pode contribuir para interpretar a importância estratégica dos recursos naturais e dos territórios disputados no contexto da Guerra Russo-Ucraniana.

Desse modo, o problema central da pesquisa consiste em compreender em que medida a ocupação de territórios ucranianos, especialmente no Donbass, pode ser interpretada como parte de uma estratégia de fortalecimento do poder terrestre russo, considerando a disponibilidade de recursos naturais, a localização geográfica e a relevância histórico-industrial da região.

A hipótese é que a recente anexação de Donetsk e Luhansk, regiões que pertenciam à Ucrânia, fortalece a soberania do poder terrestre da Rússia na guerra, uma vez que este território possui importantes recursos naturais. Estes recursos, por

sua vez, permitem ao Kremlin um poderio maior na guerra, bem como a manutenção de sua base econômica.

A justificativa deste trabalho baseia-se na relevância do assunto no contexto geopolítico mundial atual, alinhando teorias do século anterior, que servem de base para estudos presentes. Além disso, visa a aprendizagem e o estímulo, dando continuidade ao processo de conhecimento geopolítico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com objetivo de compor a base teórica do trabalho, este estudo contará com uma teoria que é amplamente discutida no ramo geopolítico. Essa observação, portanto, pertence ao britânico Halford Mackinder, que em seu primeiro livro, aborda teorias acerca do que viria a ser o primeiro heartland: o euroasiático.

A teoria de Mackinder, proposta antes da Primeira Guerra Mundial, torna-se o centro deste trabalho. Em seu livro, *“O Pivô Geográfico da História”* (1904), o geógrafo expõe suas primeiras ideias, posteriormente aperfeiçoadas em 1919, no livro *“Ideais Democráticos e a Realidade”*. Seu conceito baseia-se em: “Quem governa a Europa do Leste comanda o Heartland; quem governa o Heartland comanda a Ilha-Mundo; [e] quem governa a Ilha-Mundo comanda o mundo” (Mackinder, 1942, p.106 *apud*. Bezerra e Pinheiro, 2025). Embora a teoria do Heartland tenha grande importância na história do pensamento geopolítico, sua aplicação ao século XXI deve ser feita com cautela. O controle territorial continua relevante, mas a projeção de poder contemporânea depende também de tecnologia, finanças, cadeias globais de suprimentos, informação, poder marítimo, poder aéreo, ciberespaço e alianças internacionais. Entretanto, o que é o Heartland?

O Heartland, entendido como espaço eurasiático definido por Mackinder, compreende a área central do continente europeu e asiático, abrangendo todo o território da União Soviética, estendendo-se do Rio Volga (Rússia) ao Rio Yangtze (China) e do Ártico ao Himalaia. Este vasto espaço, se porventura dominado, seria o suficiente para controlar o restante do mundo.

Ainda que o acesso ao mar e consequentemente ao oceano se dê de forma limitada e longínqua (uma vez que boa parte dos rios russos estão congelados - especialmente no inverno), Mackinder acreditava na possibilidade de uma potência com poderio terrestre viesse a impor-se sobre a Europa e consequentemente, ao globo.

Sua teoria, por fim, não é pautada de forma leviana. Mackinder, em seu primeiro conceito, aborda as características físicas do espaço euroasiático, o que viria a delimitar o Heartland. Conciliando a hidrografia, hiposometria, clima, vegetação com a história de invasão e dominação especialmente russa, cria-se o palco sob medida para a fundamentação da sua teoria.

Além disso, para o geógrafo inglês, o território conquistado pelo Império Russo “oferecia a possibilidade de formação de uma entidade política praticamente autárquica, repleta de abundantes recursos naturais e humanos” (Bezerra e Pinheiro, 2025). Reconhecendo, então, a abrangência e disponibilidade russas, Mackinder assume na Rússia uma possível ameaça ao poder marítimo britânico e de outras potências, caso concretizada.

METODOLOGIA

A análise foi realizada a partir da articulação entre revisão bibliográfica sobre geopolítica clássica, levantamento documental sobre recursos naturais russos e ucranianos e leitura interpretativa de mapas temáticos. Os dados foram mobilizados de forma qualitativa, buscando relacionar localização, recursos estratégicos e projeção territorial russa.

O presente trabalho analisa como essa incorporação se reflete nos recursos minerais encontrados na região do Donbass, como carvão e lítio, bem como demonstra a capacidade russa de avançar sobre a Ucrânia, uma vez que esta região é parte do território de Kiev. Além disso, configura-se como dedutiva já que a teoria mackinderiana aponta o Heartland como meio de dominação mundial, que refletem no conflito iniciado em 2022 e que perdura até os dias atuais, fortalecendo sua soberania e projeção apontados na teoria.

Para o levantamento bibliográfico utilizou-se fontes como Mackinder e Bezerra e Pinheiro (2025), atrelando-os ao levantamento documental em base de dados de energia, como a EIA (2025) e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2021). Além disso, foi feita uma análise interpretativa do mapa de recursos minerais da Ucrânia (Al Jazeera, 2025), para associar a posição geográfica das matérias-primas com o avanço militar russo. A sobreposição desses dados permite a validação da hipótese, de que a ocupação da região do Donbass fortalece o poderio terrestre da Rússia, associado à teoria de Mackinder.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um século após Mackinder dar a luz a essa teoria, entende-se ainda mais a sua relevância na conjuntura atual, quando analisada no contexto de guerra Russo-Ucraniana e a crescente projeção geopolítica e militar que a Rússia de Putin exerce sobre as bordas orientais do território ucraniano.

O recente controle exercido pelo Kremlin sobre a região do Donbass levanta a questão da razão da centralidade estratégica, em primeiro plano, desta área, reconhecida como centro industrial ucraniano. Entretanto, é notório que o próprio território Russo possui grande abundância de recursos variados, fazendo-se necessário enfatizar a riqueza natural do maior país do mundo.

Recursos Naturais Russos

O território russo abrange diversificada quantidade de recursos naturais, essenciais para manutenção da economia do país (como por exemplo, o PIB) e da sustentação destes para fins militares e estratégias geopolíticas, bem como no recente conflito com a Ucrânia.

Considerando recursos minerais, a Rússia conta com reservas de ouro, cobre, níquel e urânio (Minas Júnior Consultoria Mineral, 2019), que podem ser utilizados em contextos militares. Todavia, quando discute-se os recursos energéticos, o maior país do mundo alcança níveis superiores em importância.

Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2021), a maior reserva de gás natural encontra-se em território russo. Isto se deve a sua “privilegiada posição geográfica para a produção” (Chagas, 2014), resultante da proximidade com o mercado consumidor. Além disso, a Rússia estabelece-se como o segundo maior produtor mundial de petróleo bruto e condensado e o terceiro maior exportador de carvão e gás natural (EIA, 2025). Estes dados colocam em evidência a relação entre os recursos naturais pertencentes à maior porção do Heartland, - o qual “continua a ser o poder eurasiático” (Hage, 2025) - embora a projeção enfrente limitações geopolíticas contemporâneas.

Além disso, Putin defende que “os recursos naturais russos não somente assegurarão o desenvolvimento econômico do país, como também garantirão posição de destaque para Rússia no cenário internacional.” (Chagas, 2014). A

afirmação do atual presidente coloca em pauta e expõe seus interesses com as recentes apropriações territoriais derivadas do conflito.

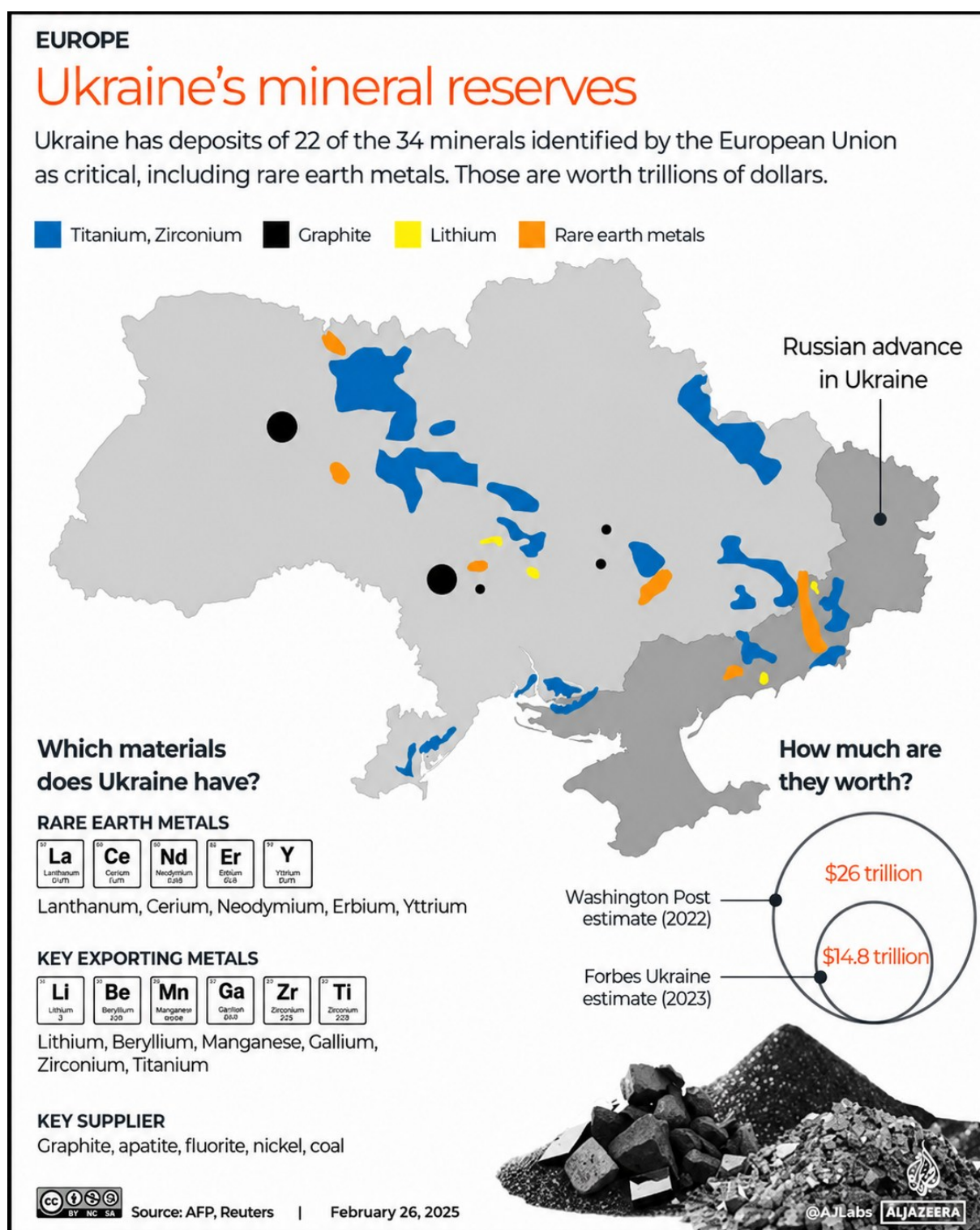
Donbass e a Rússia

A região do Donbass, que abriga Donetsk e Luhansk, é considerada área de tensão desde 2014. Em virtude das fronteiras, a pressão exercida sobre a região dividia-se entre o governo de Kiev e grupos separatistas a favor da Rússia. Em 2022, consequentemente, a invasão da Rússia à Ucrânia retomou as tensões, marcando, então, a retomada do conflito entre ambos os países. As justificativas do Kremlin variam pelas seguintes alegações do presidente russo: afirmações de Putin contra um suposto o genocídio em Kiev, o pedido formal de ajuda das autoproclamadas Luhansk e República de Donetsk a Moscou e a proximidade histórica com a Rússia.

Todavia, a perspectiva geopolítica russa sugere que, por trás das alegações do Kremlin, a Rússia projeta consolidar o controle sobre uma região que possui grande importância estratégica, geopolítica e histórica (czarista e soviética). Essa importância não se resume somente ao conflito Russo-Ucraniano, mas alinha-se a teoria mackinderiana, servindo como leitura para a projeção do poder de Moscou.

Além do mais, vale salientar que, assim como a Rússia, a região do Donbass detém grande importância mineral, como mostrado na figura 1. Segundo Latschan, (2024) o território abriga “depósitos de carvão e minério, acredita-se que haja lá vários depósitos de lítio, cobalto, titânio e terras raras, necessários para a produção de itens de alta tecnologia.” Ademais, a área é historicamente reconhecida por ser uma potência industrial do leste europeu, abrigando reservas de gás natural e carvão (Britannica, 2025). Contudo, recomenda-se distinguir a existência de reservas minerais da sua exploração econômica efetiva. Em contexto de guerra, o controle territorial não garante automaticamente aproveitamento produtivo desses recursos, pois há destruição de infraestrutura, sanções, riscos logísticos e instabilidade institucional.

Figura 1 - Ukraine's mineral reserves³



Fonte: Al Jazeera, 2025.

³ A área de cinza escurecido no mapa representa a área dominada da Ucrânia pela Rússia. A região do Donbass também está inserida nesta porção.

Desta forma, o controle militar e político exercido pela Rússia sobre partes do Donbass possibilita uma vantagem crucial, permitindo que esta “consolidasse a região como um nó terrestre e logístico na Planície Europeia do Norte” (Pieri, *et.al*, 2025). O que implicaria, por fim, a sustentação da viabilidade da projeção de poder terrestre russo a longo prazo, reforçando a projeção russa sobre áreas estratégicas da borda ocidental do espaço eurasiático associado ao Heartland. Contudo, é válido ressaltar que os limites dessa projeção territorial — como a guerra híbrida, a dependência tecnológica e a própria globalização —, relativizam a aplicação linear do princípio de Mackinder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ainda que não se possa aferir com clareza a tentativa do Kremlin de estabelecer na Eurásia o Heartland Mackinderiano, é notória a investida russa em apropriar-se dos recursos minerais e do território, visando o cenário do conflito e internacional. Especialmente, no âmbito econômico, “não somente na região do heartland, mas no mundo, a Rússia vem usando, há muitos anos, o gás como importante ferramenta geopolítica.” (Chagas, 2014).

A perspectiva russa de expansão do território reforça a projeção da supremacia do poder terrestre, viabilizado por suas estratégias mediante sua expansão, recursos vitais, como energéticos, que garantem a influência da Rússia sobre países vizinhos e, por conseguinte, daqueles que dependem de sua matéria prima.

Tratando-se, por fim, da dinâmica do poder do heartland, é possível concluir que a guerra russo-ucraniana representa a retomada de todo o território que historicamente pertencia ao Império russo e a União Soviética. Entretanto, o alcance definitivo dessa projeção territorial não poderá ser averiguado mediante a guerra; logo, é necessário aguardar a manifestação das intenções do Kremlin após o conflito.

Desse modo, retomar as teorias geopolíticas acerca do Heartland de Mackinder, à luz do conflito atual torna-se fundamental, em virtude da conjuntura geopolítica contemporânea.

REFERÊNCIAS

- AL JAZEERA**, Ukraine 's mineral reserves, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/2/28/mapping-ukraines-rare-earth-and-critical-minerals>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- BEZERRA, V. da S.; PINHEIRO, F. M. F. As teorias de Dugin, Mackinder e Spykman: três conceitos de Eurásia e suas implicações para a Rússia. **Revista Geopolítica**, v. 16, nº 1, p. 1-13, jan./mar. 2025.
- BRITANNICA EDITORS. Donbass. **Encyclopedia Britannica**, 26 nov. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Donbas>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- CHAGAS, D. N.; A geopolítica dos recursos naturais da Rússia: Uma análise sob a perspectiva de Vladimir Putin. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 33, p. 66-98, 1.º sem. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/37140>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- HAGE, J. A. A.; Rússia, Estados Unidos e a Guerra na Ucrânia: o conflito seguiria uma clássica lei da geopolítica? **Espaço e Economia**, 2025, n. 28. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/29556>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- LATSCHAN, T. O que há em Donbass, chave no debate sobre guerra na Ucrânia. **DW**, 20 ago. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-h%C3%A1-em-donbass-chave-no-debate-sobre-guerra-na-ucr%C3%A2nia/a-73700896>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- MINAS JÚNIOR CONSULTORIA MINERAL. **Mineração na Rússia**, 8 ago. 2019. Disponível em: <https://www.minasjr.com.br/mineracao-na-russia/>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- PIERRI, V. S. G. de; BESSONE, A. C.; OLIVEIRA, F. de. Do Heartland ao Rimland: fundamentos da geopolítica clássica ao conflito Rússia-Ucrânia. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 23, n. 69, ano VII, 2025.
- TINLINE, P. Heartland: como um geógrafo do século 19 desenvolveu a teoria que rege a geopolítica atual. **BBC News Brasil**, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51165319>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION**. Russia. Washington, DC: EIA 24 jul. 2025. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/country/RUS>. Acesso em 21 nov. 2025.

PODER AÉREO E GUERRA CONTEMPORÂNEA: A ESTRATÉGIA UCRANIANA CONTRA INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS RUSSAS

AIR POWER AND CONTEMPORARY WARFARE: THE UKRAINIAN STRATEGY AGAINST RUSSIAN CRITICAL INFRASTRUCTURE

Mariana Alves Araújo Teles

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

karmemalves25@gmail.com

Palavras -chave: Teoria do Poder Aéreo; Ucrânia; Rússia; ataques aéreos; refinarias de petróleo.

Keywords: Air Power Theory; Ukraine; Russia; airstrikes; oil refineries.

INTRODUÇÃO

Gökmen (2010) classifica a geopolítica clássica como a “era de ouro” da geopolítica, período entre o final do século XIX e a Segunda Guerra Mundial. Durante este período houve uma intensa disputa entre as grandes potências da época como Alemanha, Rússia, Inglaterra e EUA. Nesse cenário, ficou propício que os estudos de grandes teóricos da geopolítica como Halford Mackinder, Alfred Mahan e Nicholas Spykman fossem usados como modelos para estratégias militares que, fundamentadas em uma visão de mundo nacional, alcançassem o desenvolvimento de poder em um âmbito internacional (Brigola, 2020).

Dessa forma, este estudo busca apresentar a teoria do Poder Aéreo com base nas contribuições de Alexander Seversky e Giulio Douhet. Seversky propõe o fim dos conflitos baseados somente no espaço terrestre, trazendo um destaque à superioridade do poder aéreo e à noção de uma ofensiva aérea abrangente.

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar de que maneira os ataques ucranianos contra refinarias, subestações elétricas e outras infraestruturas críticas russas podem ser interpretados à luz dos princípios clássicos do Poder Aéreo. Para isso, o estudo articula revisão teórica sobre Douhet e Seversky com análise documental de reportagens, relatórios e dados recentes sobre o conflito.

O problema central da pesquisa consiste em compreender se os ataques ucranianos contra infraestruturas críticas russas representam uma atualização contemporânea dos princípios clássicos do Poder Aéreo, especialmente no que se refere à interrupção de fluxos logísticos, ao desgaste industrial e à pressão sobre a capacidade estratégica do inimigo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 1904 deu-se início aos estudos voltados para aviação militar, estudos estes, conduzidos por norte-americanos e europeus. Ao final da Segunda Guerra Mundial, começam a surgir teorias do Poder Aéreo, que tempo depois influenciaram nos moldes da doutrina e nos meios das Forças Aéreas de diversos países (Kennedy, 2014).

A principal obra de Douhet, “O Domínio do Ar”, publicada em 1921, destaca a importância de incluir as forças aéreas nas estratégias traçadas pelo departamento militar, assim como as marítimas e terrestres. A obra, escrita pelo autor, é interpretada por Santos (1989) como algo que vai além de apenas impedir os ataques do inimigo; ela também está intrinsecamente ligada à ideia de que “a aviação precisa estar em condições de acabar com a resistência moral e material do inimigo”.

O cerne da sua obra se baseia na necessidade de se obter o domínio aéreo. Segundo o autor, a supremacia do domínio do Poder Aéreo não pode apenas sustentar-se em confrontos com a força aérea do inimigo. Mas o seu poderio deve ser demonstrado através dos ataques às suas instalações. Ele enfatiza que, para eliminar o potencial aéreo do inimigo, é essencial a destruição das bases aéreas, garantindo o controle da dominação desse poder e não apenas focando em abater os aviões no ar.

No caso ucraniano, não se trata de aplicação literal da doutrina douhetiana, pois a Ucrânia não dispõe de supremacia aérea convencional sobre a Rússia. O que se observa é uma atualização parcial desses princípios por meio do uso de drones de longo alcance, capazes de atingir infraestruturas críticas no interior do território adversário sem depender de uma aviação estratégica tradicional.

Em contrapartida, Brodie (1953) afirma que Douhet acreditava que os ataques aéreos estratégicos, por si só, seriam capazes de forçar a rendição de um país. Mas, segundo ele, isso não ocorreu na Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, para ele, Douhet teria ignorado a potencialidade ofensiva da aviação e as defesas aéreas. Mas pontua que Douhet foi responsável por criar uma forma de se pensar o Poder Aéreo, que teve grande influência na estratégia da era atômica. Segundo Menezes (2004), em novembro de 1918, quando a guerra terminou, o Poder Aéreo ainda não havia alcançado a sua notoriedade. O autor reconhece que seu desempenho foi, por

vezes, crucial nesse cenário, mas salienta que, em certa medida, ele ainda era dispensável para o resultado do esforço bélico.

A título de exemplo, temos o desfecho da “Batalha da Inglaterra” interpretado por alguns estudiosos como a prova da vulnerabilidade do Poder Aéreo, quando usado sozinho. Entretanto, Seversky afirma que o fracasso alemão à Inglaterra se deu pelo uso equivocado das táticas, estratégias e dos seus equipamentos (Seversky, 1942).

O pensamento clássico do Poder Aéreo tinha como foco obter a autonomia em relação às forças terrestres. O domínio do espaço aéreo, ataques em profundidade, interrupção das linhas de comunicação, mobilidade, consciência situacional no campo de batalha e apoio aéreo próximo orientaram o pensamento teórico até os dias atuais (Rosa, 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. O estudo foi desenvolvido a partir da revisão teórica sobre o Poder Aéreo, tendo como base principalmente as contribuições de Giulio Douhet e Alexander Seversky, além de autores que discutem estratégia militar e geopolítica.

Foi realizada análise documental por meio de reportagens, relatórios e dados recentes divulgados por veículos de imprensa e centros de pesquisa, como BBC, Reuters, Al Jazeera e Kyiv School of Economics (KSE). Esses materiais permitiram identificar padrões nos ataques ucranianos direcionados às refinarias de petróleo, subestações elétricas e demais infraestruturas estratégicas russas.

O recorte temporal concentra-se especialmente no período de 2024 a 2025, quando os ataques ucranianos contra refinarias, instalações energéticas e infraestruturas críticas russas passaram a ser reportados com maior frequência. As fontes foram selecionadas por sua relevância documental, atualidade e capacidade de fornecer dados sobre alvos, frequência dos ataques, impactos econômicos e possíveis efeitos logísticos.

A partir desse levantamento, buscou-se relacionar as ações adotadas pela Ucrânia aos princípios clássicos do Poder Aéreo, especialmente aqueles voltados ao desgaste da infraestrutura inimiga, à interrupção de fluxos logísticos e ao ataque a pontos estratégicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os ataques ucranianos contra refinarias, subestações e infraestruturas energéticas russas não representam uma reprodução integral da doutrina clássica do Poder Aéreo, mas revelam sua atualização tecnológica em um contexto de guerra assimétrica. O uso de drones permite atingir profundidade estratégica, pressionar cadeias logísticas e afetar a capacidade econômica do adversário, ainda que sem controle pleno do espaço aéreo.

Para Douhet, “aviões de guerra com capacidade de longo alcance tinham o potencial de atacar a base industrial e o moral civil de uma nação inimiga, causando estagnação em uma nação em questão de dias”. A partir dessa afirmação dada pelo autor, será feita a análise da estratégia de ataque adotada pela Ucrânia desde o ano de 2024.

Segundo a reportagem publicada pelo jornal Al Jazeera (2024), a estratégia ucraniana está pautada em ataques aéreos às refinarias de petróleo russas. Segundo cálculos da Reuters (2024), aproximadamente 14% da capacidade russa de refino de petróleo teria sido temporariamente afetada pelos ataques ucranianos com drones. Vale salientar que os ataques feitos pela Ucrânia têm como eixo bombardeios constantes. Portanto, uma instalação é atacada diversas vezes.

A lógica do Poder Aéreo pressupõe que mesmo forças colocadas em posição defensiva podem adotar estratégias ofensivas para destruir as potencialidades do inimigo (Douhet, 1921; Seversky, 1942). Essa dinâmica já se manifestava em conflitos na Segunda Guerra Mundial. EUA e Reino Unido mantiveram operações ofensivas, tendo como alvo estratégico às refinarias, usinas elétricas e centros industriais da Alemanha. Dessa forma, nota-se que a Ucrânia, mesmo estando em uma posição defensiva, tem adotado os princípios do Poder Aéreo frente ao conflito com a Rússia, atacando pontos estratégicos em território russo.

Os ataques ucranianos têm sido associados, por diferentes fontes jornalísticas, a episódios de escassez de combustível e instabilidade no abastecimento em algumas regiões russas. Na Crimeia anexada, a situação ficou ainda mais crítica, resultando na limitação da compra de combustível. Além dos alvos direcionados às refinarias russas (Figura 1), a estratégia da Ucrânia tem sido atacar os transformadores de alta voltagem.

Figura 1 – Localização dos ataques reportados contra refinarias russas.

Local/Região atingida	Infraestrutura atingida	Tipo de ataque	Ano
Tuapse (Krai de Krasnodar)	Refinaria de petróleo	Drone	2024
Ryazan (Oblast de Ryazan)	Refinaria de petróleo	Drone	2024
Volgograd (Oblast de Volgograd)	Refinaria de petróleo	Drone	2024
Saratov (Oblast de Saratov)	Refinaria de petróleo	Drone	2024
Slavyansk (Krai de Krasnodar)	Refinaria de petróleo	Drone	2024

Fonte: Elaborado pela autora com base BBC Verify (2025).

Segundo o relatório do Kyiv School of Economics (KSE), entre março e dezembro de 2022, aproximadamente 46% dos componentes críticos importados pela Rússia vieram de Hong Kong. O estudo aponta que cerca de 25% dessas importações têm origem na China, enquanto a Turquia correspondeu cerca de 8% do total. Isso coloca Moscou em uma posição extremamente vulnerável e a Ucrânia tem conhecimento dessa dependência russa.

Portanto, as sanções aplicadas ao território russo têm impedido a importação dos componentes críticos como microeletrônicos, circuitos integrados e isoladores avançados.

Sendo assim, é uma estratégia de dois golpes simultâneos. De acordo com a BBC, a Ucrânia ataca refinarias, reduzindo a receita russa e criando problemas logísticos com a falta de combustível. Além de atingir a rede elétrica, levando à paralisação de fábricas de munição e outras instalações industriais, ao mesmo tempo em que mina o moral da população civil deixada sem luz e sem aquecimento (Robinson; Murphy; Kiryukhina, 2025).

O governo russo, diante da escassez de combustível, permitiu que refinarias misturassem querosene com diesel de verão para criar um diesel de inverno. Como consequência, acarretou o esgotamento dos estoques de querosene. Neste sentido, algumas análises indicam o risco de pressão adicional sobre o abastecimento de combustível de aviação (PROLEUM, 2025). Locais como Novokuybyshevsky,

Ryazan e Saratov foram atacados diversas vezes. É uma estratégia com um único objetivo, desgastar o inimigo. (Ukraine Today, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do Poder Aéreo estava correta ao afirmar que uma Força Aérea equipada com os recursos necessários poderia realizar ataques contra alvos estratégicos localizados no interior do território inimigo. Assim, o emprego do Poder Aéreo pela Ucrânia revela que, mesmo diante de uma guerra assimétrica e de sua inferioridade material frente ao aparato militar russo, Kiev tem conseguido explorar vulnerabilidades estruturais do inimigo por meio de uma estratégia guiada por princípios clássicos da doutrina aérea.

Os ataques às refinarias de petróleo, subestações e centros vitais da infraestrutura energética demonstram que a Ucrânia passou a operar segundo uma lógica douhetiana: enfraquecer o inimigo não somente no campo terrestre, mas nos alicerces que sustentam sua capacidade industrial, logística e moral.

Ademais, essa estratégia evidencia uma mudança importante na natureza da guerra contemporânea, em que atores relativamente mais frágeis conseguem compensar déficits militares por meio da tecnologia aérea. Além disso, a dependência russa de componentes importados — agravada pelo regime de sanções — amplifica os efeitos dos ataques ucranianos, mostrando como conflitos modernos são moldados por cadeias globais de suprimentos, por fluxos tecnológicos e pela interdependência econômica.

Em suma, os ataques ucranianos ilustram que o Poder Aéreo, revisitado pela tecnologia contemporânea, permanece central nas disputas geopolíticas. Ele atua como instrumento de pressão estratégica, capaz de remodelar dinâmicas territoriais e alterar a correlação de forças mesmo sem operações massivas ou supremacia aérea tradicional. O caso analisado reforça, assim, que a guerra moderna tende a ser decidida tanto na capacidade de destruir infraestrutura crítica quanto na habilidade de explorar fragilidades sistêmicas.

De fato, a atuação da Ucrânia confirma a atualidade das premissas de Douhet e Seversky, ao mesmo tempo em que revela uma nova fase da guerra aérea descentralizada, persistente e profundamente conectada às dinâmicas geoeconômicas globais.

REFERÊNCIAS

- AL JAZEERA. **Ukrainian drones and missiles strike Russian oil refineries**. Al Jazeera, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/3/12/ukrainian-drones-and-missiles-strike-russian-oil-refineries>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- BRIGOLA, H. F. **As relações geopolíticas dos EUA com a América do Sul na gestão de Barack Obama (2009-2016): continuidade ou rupturas na política externa estadunidense?** 2020. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2020.
- BRODIE, B. The Heritage of Douhet. **Air University Quarterly Review**, v. 6, n. 2, p. 64-69, Summer 1953.
- DOUHET, G. **Il dominio dell'aria**. Roma: Stabilimenti Poligrafici Riuniti, 1921.
- HOUSE, J. M. **Combinação das armas: A guerra do século XX**. Tradução Solution Consult Idiomas Ltda. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2008.
- KENNEDY, P. **Engenheiros da Vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.
- KYIV SCHOOL OF ECONOMICS (KSE). **Russian Import of Critical Components**. Kyiv, 2023. Disponível em: <https://kse.ua/wp-content/uploads/2023/06/Russian-import-of-critical-components.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- MENEZES, L. N. **O Poder Aéreo e Seus Teoristas**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.caer.org.br/downloads/ensaios/ensaio10.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- REUTERS. Russian oil refining capacity idled by drone attacks reaches 14% of total. **Hydrocarbon Processing**, 19 mar. 2024. Disponível em: <https://www.hydrocarbonprocessing.com/news/2024/03/russian-oil-refining-capacity-idled-by-drones-reaches-14-of-total/>. Acesso em: 12 maio 2026.
- UKRAINE TODAY. **Novokuybyshevsk oil refinery stops after drone attack: Reuters**. 20 out. 2025. Disponível em: <https://ukrainetoday.org/novokuybyshevsk-oil-refinery-stops-after-drone-attack-reuters/>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- ROBINSON, O; MURPHY, M; KIRYUKHINA, Y. **Escassez e preços altos: como Ucrânia fez dos ataques às usinas petrolíferas russas uma de suas principais táticas de guerra**. BBC News Brasil, 10 out. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2r8d8x8r2o>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- ROSA, C. E. V. Elementos de uma teoria de poder aéreo e espacial para forças aéreas em desenvolvimento. **Revista Profissional da Força Aérea dos EUA**, v. 2, p. 112-126, 2020. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/JOTA/Journals/Volume%202%20Issue%202/05-Valle_port.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

SANTOS, M. **Evolução do Poder Aéreo**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, 1989.

SEVERSKY, A. P. **A vitória pela Força Aérea**. Tradução Asdrubal Mendes Gonçalves. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1988.

THE MOSCOW TIMES. **Russia faces new jet fuel risks after gasoline market turmoil**, 4 nov. 2025. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2025/11/04/russia-faces-new-jet-fuel-risks-after-gasoline-market-turmoil-a91036>. Acesso em: 10 nov. 2025.

DESLOCAMENTO FORÇADO, SOBERANIA E RESPONSABILIZAÇÃO INTERNACIONAL NO CONFLITO RÚSSIA–UCRÂNIA

FORCED DISPLACEMENT, SOVEREIGNTY AND INTERNATIONAL ACCOUNTABILITY IN THE RUSSIA–UKRAINE CONFLICT

Frederico Augusto Brugnara

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

fredericobrugnara@gmail.com

Palavras-chave: Deslocamento forçado; Soberania territorial; Responsabilização internacional; Refugiados; Conflito Rússia–Ucrânia.

Keywords: Forced displacement; Territorial sovereignty; International accountability; Refugees; Russia–Ukraine conflict.

INTRODUÇÃO

O conflito armado entre a Federação Russa e a Ucrânia, iniciado em 2014 com a anexação da Crimeia e intensificado pela invasão em larga escala a partir de fevereiro de 2022, produziu a maior crise de deslocamento humano no continente europeu desde a Segunda Guerra Mundial. Para fins conceituais, utiliza-se neste trabalho, 'refugiados' para pessoas que cruzaram fronteiras internacionais em busca de proteção, e 'deslocados internos' para aquelas que foram forçadas a abandonar suas casas, mas permaneceram dentro do território ucraniano. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) referentes ao primeiro semestre de 2023, mais de 14 milhões de ucranianos foram forçados a deixar suas casas, considerando refugiados no exterior e deslocados internos. A esse quadro somam-se deportações forçadas de civis para o território russo, incluindo dezenas de milhares de crianças, configurando um padrão de mobilidade compulsória diretamente associado à violação sistemática de normas de direito internacional humanitário (DIH) e de direito internacional dos direitos humanos (DIDH).

Este trabalho parte da monografia intitulada "A Crise da Proteção Internacional: Violações de Direitos Humanos e Crimes de Guerra no Conflito Rússia-Ucrânia e os Desafios à Responsabilização", desenvolvida no Curso de Direito da PUC Minas, para examinar especificamente a interseção entre deslocamento forçado, soberania territorial e mecanismos internacionais de

responsabilização. O problema central que orienta a análise é: em que medida o sistema internacional de proteção de refugiados, direitos humanos e direito internacional humanitário, juridicamente sofisticado, mas estruturalmente limitado, tem sido capaz de responder às dinâmicas de deslocamento compulsório produzidas pelo conflito russo-ucraniano, e quais assimetrias essa resposta revela?

O objetivo geral é analisar o deslocamento forçado no conflito como fenômeno articulado à violação de soberania territorial e à lógica de responsabilização internacional, examinando tanto as respostas institucionais quanto suas limitações estruturais. Os objetivos específicos incluem: identificar os principais padrões de deslocamento forçado documentados; examinar o tratamento jurídico das deportações e transferências forçadas à luz do Estatuto de Roma; analisar a resposta europeia ao fluxo de refugiados ucranianos e seus duplos padrões em relação a outras crises; e discutir os desafios à responsabilização diante de uma potência com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU.

A relevância do tema é inegável. O conflito russo-ucraniano coloca em tensão princípios fundamentais da ordem internacional contemporânea (soberania, integridade territorial, proibição do uso da força e proteção de civis), ao mesmo tempo em que expõe as contradições de um sistema de governança global que proclama normas universais, mas as aplica de forma seletiva. Do ponto de vista geopolítico, o deslocamento forçado é analisado não apenas como consequência humanitária da guerra, mas como fenômeno territorial relacionado à ocupação, ao controle de fronteiras, à fragmentação de comunidades e à disputa pela soberania sobre populações e espaços estratégicos. Para o campo da geopolítica aplicada, a análise desse caso oferece uma janela sobre as dinâmicas de securitização de fronteiras, instrumentalização de populações civis e assimetrias nas políticas migratórias comparadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise do deslocamento forçado como fenômeno geopolítico articula tradições teóricas distintas, mas complementares. A primeira delas é a teoria da securitização, desenvolvida pela Escola de Copenhague (Buzan; Wæver; De Wilde, 1998), que compreende a segurança não como dado objetivo, mas como ato discursivo pelo qual determinados temas são elevados à condição de ameaças existenciais, justificando medidas de exceção. No caso russo-ucraniano, a

securitização operou em dois sentidos opostos: a Rússia utilizou narrativas de proteção de minorias russófonas para justificar a violação da soberania ucraniana, enquanto os países europeus, por sua vez, trataram como ameaça existencial à sobrevivência do Estado, em momentos anteriores, os fluxos migratórios provenientes do Oriente Médio e da África, para depois receber os ucranianos sob um enquadramento radicalmente distinto.

A segunda tradição relevante é a dos estudos críticos sobre refúgio e mobilidade forçada. Autores como Malkki (1995) e Fassin (2012), demonstraram que as categorias de 'refugiado' e 'migrante' são construções política e juridicamente situadas, cujas fronteiras refletem hierarquias de vulnerabilidade que raramente coincidem com a gravidade objetiva das situações de risco. A resposta diferenciada da União Europeia aos refugiados ucranianos, em contraste com o tratamento dispensado aos sírios, afegãos e africanos nos anos anteriores, ilustra com precisão esse argumento.

A terceira tradição é a do direito internacional dos refugiados e do direito internacional humanitário. A Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967, combinados com as Convenções de Genebra de 1949 (Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1949) e o Estatuto de Roma (Tribunal Penal Internacional, 1998), formam o arcabouço normativo que proíbe deportações forçadas, transferências de populações civis em territórios ocupados e a instrumentalização de civis como alvos ou escudos de guerra. Cançado Trindade (1997; 2017) e Piovesan (2022) desenvolveram na doutrina brasileira a perspectiva da convergência entre DIH e DIDH, demonstrando que ambos se aplicam de forma simultânea e complementar na proteção da pessoa humana em contextos de conflito armado.

Por fim, o conceito de 'responsabilidade de proteger' (R2P), adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2005, oferece um quadro normativo para pensar os limites da soberania quando um Estado é incapaz ou não está disposto a proteger sua própria população de atrocidades em massa. A R2P, contudo, não autoriza intervenções unilaterais à margem da Carta da ONU. No caso russo-ucraniano, ela foi invocada de forma invertida pela Rússia, que alegou proteger russófonos no Donbass, revelando como conceitos humanitários podem ser apropriados discursivamente para justificar práticas incompatíveis com a proibição do uso da força e com a integridade territorial dos Estados.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem descritivo-analítica, e adota a estratégia do estudo de caso (Yin, 2015), tendo o conflito Rússia-Ucrânia como unidade de análise. Embora derive de pesquisa monográfica mais ampla, este resumo expandido delimita-se ao eixo do deslocamento forçado e da responsabilização internacional, sem pretender abarcar todas as dimensões militares, políticas e econômicas do conflito. O recorte temporal abrange o período de 2014 a 2025, com ênfase nos anos de 2022 a 2024, quando os fluxos de deslocamento e as respostas institucionais atingiram maior intensidade e visibilidade.

As fontes primárias incluem: relatórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH/OHCHR), em especial o 36º relatório sobre a situação de direitos humanos na Ucrânia (fevereiro de 2022 a julho de 2023); o relatório A/HRC/58/67 (2025) da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia (CIU); decisões e ordens de medidas provisórias da Corte Internacional de Justiça (CIJ); mandados de prisão emitidos pelo Tribunal Penal Internacional (TPI); e resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas. As fontes secundárias compreendem artigos acadêmicos, capítulos de livros e relatórios de organizações como a Human Rights Watch (HRW), que documenta sistematicamente violações no conflito.

A técnica principal é a análise documental articulada com revisão bibliográfica. O procedimento analítico consiste em identificar padrões de deslocamento forçado nos documentos primários, enquadrá-los no arcabouço normativo internacional e avaliar criticamente as respostas institucionais, com atenção às assimetrias e contradições que emergem da comparação com outras crises de deslocamento contemporâneas. O recorte espacial prioriza a Ucrânia e a Europa, com referências pontuais a outras crises para fins comparativos. Reconhece-se como limitação o caráter ainda em curso do conflito, que impede conclusões definitivas sobre seus desdobramentos de longo prazo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados organizam-se em quatro dimensões analíticas: (a) os padrões de deslocamento forçado documentados; (b) as deportações e transferências forçadas como dimensão criminal do deslocamento; (c) a resposta europeia e seus duplos padrões; e (d) os desafios estruturais à responsabilização.

a) Padrões de deslocamento forçado

Os relatórios do ACNUR e da CIU documentam um quadro de deslocamento em múltiplas dimensões. No plano externo, estimativas internacionais indicaram, em determinados momentos do conflito, mais de 8 milhões de ucranianos cruzando fronteiras internacionais para países vizinhos, predominantemente Polônia, Alemanha, República Tcheca e Eslováquia, configurando a maior crise de refugiados na Europa desde 1945. No plano interno, outros 5 a 6 milhões permaneceram deslocados dentro do território ucraniano. Esses deslocamentos resultam diretamente de ataques indiscriminados a áreas residenciais, à destruição de infraestrutura essencial (água, energia, saúde) e ao avanço de forças russas sobre centros urbanos como Mariupol, Kharkiv e Kherson.

b) A dimensão criminal do deslocamento

Para além dos deslocamentos causados pelos combates, os relatórios identificam um padrão distinto e juridicamente mais grave: a deportação deliberada de civis ucranianos para o território russo. Estimativas ucranianas e organizações internacionais apontam para dezenas de milhares de crianças transferidas para a Rússia, submetidas em alguns casos a processos de adoção ou de 'reeducação' que visam à assimilação cultural e à ruptura dos vínculos com a identidade ucraniana. Esse padrão, documentado pela CIU (A/HRC/58/67, 2025), configura violação expressa do artigo 49 da IV Convenção de Genebra (Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1949), que proíbe transferências e deportações de pessoas protegidas de territórios ocupados, e do artigo 8º do Estatuto de Roma (Tribunal Penal Internacional, 1998), que tipifica como crime de guerra a deportação ou transferência ilegal de população.

Em março de 2023, o Tribunal Penal Internacional emitiu mandados de prisão contra o Presidente Vladimir Putin e a Comissária russa para os Direitos da Criança,

Maria Lvova-Belova, especificamente pelos crimes de deportação ilegal e transferência ilegal de crianças ucranianas (International Criminal Court, 2023). Trata-se da primeira vez, no âmbito do TPI, que um mandado de prisão é expedido contra o chefe de Estado de uma potência nuclear e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, evento de enorme significado simbólico e jurídico, ainda que sua execução permaneça improvável no curto prazo.

A CIU também documentou a existência de uma rede de centros de 'filtração', por meio dos quais civis ucranianos, especialmente homens em idade produtiva, eram submetidos a triagem forçada, interrogatórios e, em muitos casos, transferência compulsória para territórios sob controle russo ou para a própria Federação Russa. Esses centros funcionam como instrumentos de controle territorial e de ruptura do tecido social das comunidades ocupadas, combinando elementos de deslocamento forçado, detenção arbitrária e desaparecimento forçado.

c) A resposta europeia e seus duplos padrões

A União Europeia respondeu ao fluxo de refugiados ucranianos com uma acolhida inédita em sua história recente: ativou, pela primeira vez, a Diretiva de Proteção Temporária (União Europeia, 2001), garantindo a ucranianos acesso facilitado a residência, trabalho, educação e serviços sociais em todos os Estados-membros. Essa resposta representa um avanço genuíno na proteção de pessoas em fuga de conflitos armados.

Contudo, essa mesma resposta expõe, por contraste, um padrão de duplo *standard* que organizações como a HRW e acadêmicos de muitos países do Sul Global têm denunciado sistematicamente. Nos anos imediatamente anteriores, durante as crises síria, afegã e dos migrantes do Mediterrâneo, os mesmos países europeus ergueram muros, externalizaram controles de fronteira para a Turquia e a Líbia, e adotaram retóricas de securitização que enquadravam migrantes e refugiados como ameaças à ordem pública. Exemplos desse padrão incluem a cooperação da União Europeia com países de trânsito para contenção migratória, bem como a adoção de barreiras físicas e administrativas nas rotas do Mediterrâneo e dos Bálcãs. A diferença de tratamento dificilmente pode ser explicada apenas pelo volume do fluxo ou pela natureza do conflito: ela revela hierarquias de empatia e de pertencimento cultural que estruturam, de forma não declarada, a aplicação do direito internacional dos refugiados na prática europeia.

Essa assimetria tem consequências políticas e normativas relevantes. Ela alimenta percepções, especialmente em muitos países do Sul Global, de que o direito internacional é aplicado de forma seletiva, conforme proximidade geográfica, afinidades culturais e interesses geopolíticos dos atores mais influentes do sistema. Minar a percepção de universalidade das normas é minar a legitimidade do próprio sistema que se pretende defender.

d) Desafios estruturais à responsabilização

A mobilização de mecanismos internacionais de responsabilização no caso ucraniano foi, em muitos aspectos, sem precedentes: investigação formal do TPI, criação da CIU pela ONU, mandados de prisão contra o chefe de Estado, ajuizamento de casos perante a CIJ. Ainda assim, o caso evidencia os limites estruturais do sistema. O poder de veto russo no Conselho de Segurança bloqueia qualquer medida coercitiva sob o Capítulo VII da Carta da ONU, inclusive a possibilidade de criar um tribunal ad hoc para o crime de agressão, à semelhança dos precedentes da ex-Iugoslávia e de Ruanda. A execução dos mandados de prisão do TPI depende da cooperação de Estados, tornando improvável a captura de autoridades russas enquanto estas permanecerem protegidas por seu território ou por aliados.

Os precedentes históricos dos Tribunais para a ex-Iugoslávia (TPII) e para Ruanda (TPIR) — que condenaram chefes de Estado e comandantes militares, consolidaram a jurisprudência sobre violência sexual como crime de guerra e desenvolveram a doutrina da responsabilidade do superior hierárquico — oferecem referências importantes, mas também revelam a diferença crucial: nesses casos, o Conselho de Segurança atuou de forma relativamente coesa, sem o obstáculo do veto do Estado acusado. No caso russo, o próprio acusado detém poder de bloqueio institucional permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do conflito Rússia–Ucrânia pela perspectiva do deslocamento forçado, da soberania territorial e da responsabilização internacional permite formular três conclusões centrais.

Em primeiro lugar, o conflito produziu uma crise de deslocamento humano de dimensões históricas, cujos padrões vão além do deslocamento causado pelos

combates e incluem deportações deliberadas de civis, especialmente crianças, que configuram crimes de guerra sob o Estatuto de Roma. A emissão de mandados de prisão pelo TPI contra o mais alto representante do Estado agressor representa um avanço normativo significativo, mesmo que sua efetividade prática seja, no curto prazo, limitada.

Em segundo lugar, a resposta europeia ao fluxo de refugiados ucranianos, embora positiva em si mesma, expõe com clareza o duplo padrão que estrutura a aplicação do direito internacional dos refugiados na prática dos Estados mais influentes do sistema. Esse padrão corrói a legitimidade do sistema de proteção internacional e alimenta narrativas de seletividade e instrumentalização política do direito internacional, narrativas que a Rússia e outros atores revisionistas exploram estrategicamente.

Em terceiro lugar, os limites estruturais à responsabilização, notadamente o poder de veto no Conselho de Segurança e a dependência de cooperação estatal para execução de mandados internacionais, revelam que o sistema jurídico internacional, por mais sofisticado que se tenha tornado, permanece profundamente constrangido pela lógica de poder da política internacional quando o violador é uma grande potência nuclear. A superação desse impasse exigirá reformas institucionais de longo prazo, uso ampliado da jurisdição universal e persistência da sociedade civil na documentação e na demanda por justiça.

O caso evidencia que deslocamentos forçados não são apenas efeitos colaterais da guerra, mas componentes centrais das disputas territoriais contemporâneas, nos quais população, soberania, fronteira e responsabilização internacional se articulam em uma mesma dinâmica geopolítica.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa se apoia em documentação internacional disponível até 2025 e que, por se tratar de conflito em curso, novas evidências podem alterar a compreensão sobre a extensão das deportações, o número de deslocados e as possibilidades de responsabilização. Como desdobramentos possíveis, indica-se a necessidade de aprofundar a análise comparada das políticas migratórias europeias em diferentes crises, bem como de investigar os impactos de longo prazo das deportações de crianças ucranianas sobre as perspectivas de reunificação familiar e de reconstrução do tecido social ucraniano no pós-guerra.

REFERÊNCIAS

BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. **Security**: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CANÇADO TRINDADE, A. A. As aproximações ou convergências entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. **Themis: Revista da ESMEC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 59–92, 1997.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Princípios do direito internacional contemporâneo**. 2.ed. rev. e atual. Brasília: FUNAG, 2017.

COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **Convenção IV de Genebra relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra, de 12 de agosto de 1949**. Genebra: CICV, 1949.

FASSIN, D. **Humanitarian reason**: a moral history of the present. Berkeley: University of California Press, 2012.

HUMAN RIGHTS WATCH. Ukraine – events of 2022. In: HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2023**: events of 2022. Nova York, 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/ukraine>. Acesso em: 08 maio 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Ukraine**: Russian invasion causing widespread suffering for civilians. Nova York, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/01/12/ukraine-russian-invasion-causing-widespread-suffering-civilians>. Acesso em: 08 maio 2025.

INDEPENDENT INTERNATIONAL COMMISSION OF INQUIRY ON UKRAINE. **Report of the Independent International Commission of Inquiry on Ukraine (A/HRC/58/67)**. Geneva: UN, 2025. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2025/03/report/auto-draft/202503-A-HRC-Col-Ukraine.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Situation in Ukraine**: ICC judges issue arrest warrants against Vladimir Vladimirovich Putin and Maria Alekseyevna Lvova-Belova. The Hague: ICC, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/news/situation-ukraine-icc-judges-issue-arrest-warrants-against-vladimir-vladimirovich-putin-and>. Acesso em: 08 maio 2025.

MALKKI, L. H. Refugees and exile: from "refugee studies" to the national order of things. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 24, p. 495–523, 1995.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **36th report on the human rights situation in Ukraine**: 1 February to 31 July 2023. Geneva: OHCHR, 2023. Disponível em: <https://ukraine.un.org/sites/default/files/2023-10/23-10-04%20OHCHR%2036th%20periodic%20report.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia Geral**. Resolution adopted by the General Assembly on 27 March 2014 (A/RES/68/262). Nova York, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/Res/68/262>. Acesso em: 08 maio 2025.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito internacional**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Roma, 17 jul. 1998. [Promulgado no Brasil pelo Decreto nº 4.388, de 25 set. 2002.

UNIÃO EUROPEIA. Diretiva 2001/55/CE do Conselho, de 20 de julho de 2001, relativa a normas mínimas em matéria de concessão de proteção temporária em caso de afluxo maciço de pessoas deslocadas. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, Luxemburgo, 7 ago. 2001.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Ukraine refugee situation**. Geneva: UNHCR, 2024. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>. Acesso em: 08 maio 2025.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CRISE CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS: A PROTEÇÃO DOS DESLOCADOS CLIMÁTICOS PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS¹

CLIMATE CRISIS AND HUMAN RIGHTS: THE PROTECTION OF CLIMATE-DISPLACED PEOPLE BY THE INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS

Laís Cardoso Queiroz

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas

Bolsista CAPES

laiscqueiroz@gmail.com

Marinella Machado Araújo

Advogada, professora do PPGD/PUC MINAS, coordenadora do NUJUP

marinella@pucminas.br

Palavras-chave: deslocados climáticos; mudanças climáticas; direitos humanos; América Latina; Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Keywords: climate-displaced people; climate change; human rights; Latin America; Inter-American Court of Human Rights.

INTRODUÇÃO

Uma das discussões mais relevantes da atualidade diz respeito aos impactos das mudanças climáticas sobre o futuro das populações, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, territorial e ambiental. Alterações climáticas, eventos extremos e catástrofes ambientais são cada vez mais frequentes. Secas prolongadas e chuvas anormais, que impossibilitam o sustento daqueles que vivem diretamente da produção agrícola, bem como a destruição de áreas inteiras causada por inundações, ondas de calor, tempestades extremas, incêndios florestais, elevação do nível do mar, todos os dias obrigam diversas pessoas e famílias a abandonarem seus lares para sobreviver.

Segundo o relatório *Global Trends Forced Displacement in 2024* publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 2025, os deslocamentos forçados atingiram patamares historicamente elevados, em um contexto no qual conflitos, perseguições, eventos climáticos extremos e degradação

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001. É resultado das ideias e pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Jurídico de Políticas Públicas (NUJUP).

ambiental combinam-se na produção de novas vulnerabilidades. Na linha de frente da crise climática estão as pessoas deslocadas em razão de eventos climáticos extremos, convencionalmente denominadas "refugiados climáticos".

Estudos do ACNUR indicam que o agravamento de tensões políticas, o enfraquecimento da coesão social e o aprofundamento das vulnerabilidades existentes estão correlacionados aos impactos das mudanças climáticas e da degradação ambiental e, por via de consequência, aos deslocamentos forçados de pessoas, que delas decorrem. Segundo o relatório [*The Economic Cost of Extreme Weather Events*](#) apresentado em 2024 pela *International Chamber of Commerce* (ICC), esses eventos custaram para a economia global, entre 2014 e 2023, mais de US\$ 2 trilhões.

Soluções globais sustentáveis, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do [*Relatório Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*](#) (ONU, 2015), que permitam o gerenciamento efetivo desses impactos, requerem a compreensão de como ordem mundial, multilateralismo e conflitos regionais são abordados pelo Sistema Internacional de Justiça. Em outras palavras, como estabelecem-se, à luz do Direito Internacional, as relações de interseccionalidade e interdependência entre mudanças climáticas e conflitos sobre direitos humanos no território, um dos elementos centrais do estado de direito moderno e pano de fundo para os conflitos climáticos.

O objetivo da pesquisa é analisar *i.* a relação entre deslocamentos climáticos na América Latina e a violação de direitos humanos, a partir das decisões da [*Corte Interamericana de Direitos Humanos - Corte IDH*](#); e *ii.* em que medida a sua atuação contribui para a proteção de pessoas deslocadas por eventos climáticos extremos na América Latina, considerando a lacuna existente no Direito Internacional dos Refugiados quanto ao reconhecimento de "refugiados climáticos"². O problema central consiste em compreender se os instrumentos normativos, pareceres consultivos e decisões da Corte IDH oferecem bases suficientes para a proteção dos deslocados climáticos, especialmente os transfronteiriços, que não se enquadram na

² Neste trabalho adota-se preferencialmente a expressão deslocados climáticos, reservando-se a expressão "refugiados climáticos" para indicar o debate político-jurídico sobre a eventual ampliação da proteção internacional, visto que a [*Convenção de Genebra*](#) não reconhece eventos climáticos como fundamento autônomo para a condição de refugiado.

definição clássica de refugiados da [Convenção de Genebra \(1951\)](#), o Estatuto dos Refugiados.

Para tanto, por um lado, *i.* analisa-se como a Corte IDH tem julgado a violação de direitos humanos em conflitos que envolvem apropriação do território ou a identidade territorial de populações vulneráveis, como povos ribeirinhos, indígenas, quilombolas, etc.; por outro, *ii.* investiga-se se as violações de direitos humanos decorrentes do deslocamento forçado de pessoas, em razão de eventos climáticos extremos, estão no radar da Corte IDH e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa e documental, com análise de pareceres, julgados e documentos normativos do SIDH, bem como de relatórios internacionais sobre deslocados climáticos.

Por que investigar como a atuação da Corte IDH contribui para a proteção dos deslocados climáticos na América Latina? *i.* Porque a garantia de direitos fundamentais/humanos está na base da estrutura fundante do estado de direito moderno. Portanto, qualquer violação sistêmica de direitos humanos deve ser neutralizada. *ii.* Porque a proteção do meio ambiente é um dos pilares do desenvolvimento sustentável. Por fim, *iii.* porque os impactos da crise climática na América Latina afetam diretamente as políticas públicas sobre direitos sociais, econômicos e culturais no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o relatório [Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration](#) (World Bank, 2018), a América Latina poderá registrar milhões de deslocamentos internos associados a impactos climáticos até 2050, com estimativas que indicam aproximadamente 17 milhões em cenários específicos de mudança climática (Rigaud et al., 2018). O número de deslocados à força em 2024, em todo o mundo, estava em torno dos 120 milhões, o maior já registrado na história, sendo que cerca de um terço das emergências evidenciadas pelo órgão relatam consequências de eventos climáticos extremos sobre tais pessoas (ACNUR, 2025).

Quanto aos deslocados transfronteiriços, chama a atenção a lacuna jurídica, pois não estão acobertados pela definição de refugiados. Segundo Alcantara (2024, p. 214), “o conceito de refugiado climático ainda carece de definição jurídica consolidada, o que dificulta a implementação de políticas protetivas eficazes e a responsabilização internacional dos Estados”.

Nesse contexto, a Corte IDH apresenta-se como interlocutor estratégico para a validação de novas obrigações estatais. A partir do reconhecimento de novos direitos, como o direito a um meio ambiente saudável, e de que a crise climática compromete o exercício de diversos direitos básicos (moradia, alimentação, acesso à água, etc.), ela pode ampliar a proteção dos indivíduos afetados. Destaca-se o seu recente Parecer Consultivo OC-32/2025 sobre a proteção dos direitos humanos frente à crise climática, que traça diretrizes para os Estados partes sobre a proteção dos deslocados climáticos (Corte IDH, 2025).

Almeida (2023, p.163) salienta o relevante papel do SIDH nas questões ambientais e de mobilidade humana, o qual "tem cimentado um caminho de coerência institucional e criado bases sólidas para o enfrentamento adequado ao atual desafio" (Almeida, 2023, p.162). Garrido (2025) ressalta a posição vanguardista da Corte IDH no processo de "esverdeamento dos Direitos Humanos". A jurisprudência da Corte IDH tem caminhado para a adoção de interpretação evolutiva dos direitos humanos, visando a proteção efetiva das populações deslocadas por motivos ambientais, alinhando-se aos princípios da dignidade humana e da justiça climática.

Em síntese, a fundamentação teórica do trabalho articula três dimensões: a primeira refere-se ao aumento dos deslocamentos associados à crise climática; a segunda diz respeito à lacuna jurídica produzida pela ausência de reconhecimento formal do "refugiado climático" no regime internacional dos refugiados; e a terceira envolve o potencial interpretativo da Corte IDH na ampliação da proteção dos direitos humanos em contextos de emergência climática.

METODOLOGIA

A pesquisa questiona a capacidade efetiva da Corte IDH de proteger os direitos humanos de pessoas deslocadas forçosamente em razão de eventos climáticos extremos. Desenvolve-se a partir de abordagem mista (quali-quantitativa), de caráter exploratório-analítico, com base no método hipotético-indutivo e técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e comparativa. Inicialmente, realizou-se levantamento de literatura científica internacional sobre mudanças climáticas, mobilidade humana forçada e direitos humanos. Concomitantemente, foi realizada análise, em andamento, sobre as implicações jurídico-legais do [Parecer Consultivo OC-32/2025](#) e outros documentos da Corte IDH, que subsidiaram a sua abordagem

sobre a relação entre mudanças climáticas, deslocamentos humanos e direitos humanos.

A metodologia geral abrange: *i.* o levantamento de dados como pareceres e julgados da Corte IDH sobre violação de direitos humanos a partir de 2015 (Agenda 2030); *ii.* a identificação e sistematização da moldura normativo-legal utilizada para a garantia de direitos humanos, adotada pela Corte IDH para esses julgamentos; *iii.* o mapeamento do significado de "grave e generalizada violação de direitos humanos para fins de pedido de refúgio"³ e do enquadramento legal da condição de "refugiado climático" no âmbito do Direito Internacional, em especial da Convenção de Genebra⁴ e Protocolo de 1967; *iv.* a produção de matriz SWOT. (*Strengths Weaknesses Opportunities Threats*) do SIDH quanto à violação de direitos humanos das populações mais vulneráveis às mudanças climáticas e os limites do Direito Internacional e da Corte IDH na formulação e operação de mecanismos capazes de proteger os deslocados climáticos, sobretudo aqueles que cruzam fronteiras estatais, que não se enquadrem na definição de refugiado.

A matriz SWOT é utilizada como instrumento auxiliar de sistematização, permitindo organizar forças, fragilidades, oportunidades e ameaças realizadas à atuação do SIDH diante dos deslocamentos climáticos. Essa ferramenta não substitui a análise jurídica, mas contribui para sintetizar limites institucionais e possibilidades normativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, em fase preliminar, revela, em sintonia com o *State of the Climate in Latin America and Caribbean Report* (WMO, 2024), que há um impacto crescente dos eventos climáticos extremos na América Latina sobre a vida das pessoas, que são forçadas a deslocarem-se sobre o seu território. Esses eventos transformaram a América Latina, anteriormente considerada uma região basicamente de emigração, em "um importante destino e zona de trânsito para migrantes e populações

³A expressão "grave e generalizada violação de direitos humanos" possui relevância específica no regime ampliado de proteção adotado no Brasil e na tradição latino-americana inspirada na Declaração de Cartagena sobre Refugiados (1984), mas sua aplicação a deslocamentos climáticos ainda demanda construção jurídica e interpretação normativa.

⁴Segundo a Convenção de Genebra, refugiados são aqueles que se encontram em outro Estado diferente do qual é nacional ou residente e a ele não possa retornar devido a perseguições em razão de sua raça, religião, nacionalidade, ao pertencimento a um certo grupo social ou opiniões políticas (ONU, 1951). Eventos climáticos e ambientais não se enquadram nesta definição.

deslocadas à força”, conforme o [Informe de la Relatora Especial sobre los derechos humanos de los desplazados internos](#) (ONU, 2025).

Revela ainda que, apesar de o *status* de “refugiado climático” não ser oficialmente reconhecido pelo Direito Internacional, no [Parecer Consultivo OC-32/2025](#), a Corte IDH, ao ser consultada sobre as obrigações dos Estados frente à emergência climática, destaca a necessidade de estabelecer-se mecanismos de proteção humanitária, incluindo categorias migratórias adequadas, tais como vistos humanitários, proteção complementar, *status* de refugiado, bem como de prevenção de retornos incompatíveis com o Direito Internacional (para. 433).

O objetivo da consulta, apresentada pelas Repúblicas do Chile e da Colômbia, com fundamento no artigo 64.1 da [Convenção Americana sobre os Direitos Humanos de 1969 \(CADH\)](#) e na competência da Corte IDH estabelecida nos artigos 70.1, 70.2 e 71.1 do [Regulamento da Corte IDH](#) consiste em determinar o alcance das obrigações, previstas na CADH e em tratados inter-americanos, sobre o dever de os Estados responderem à emergência climática no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Seu embasamento normativo dá-se pela interpretação e alcance dos artigos 1.1, 2, 4.1, 5.1, 8, 11.2, 13, 17.1, 19, 21, 22, 23, 25 e 26 da CADH; 1, 2,3, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 do [Protocolo de San Salvador](#); e I, II, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XVI, XVIII, XX, XXIII e XXVII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

As violações de direitos humanos levadas à Corte IDH, que versam sobre conflitos territoriais ou identidade territorial, não são tratadas como violações à [Convenção de Genebra](#) ou outras normas internacionais sobre refúgio. Uma das consequências do não reconhecimento formal do *status* refugiado pelo SIDH é a situação de vulnerabilidade jurídica daqueles que por não serem amparados pelo Estatuto dos Refugiados ficam irregulares no país para onde migram.

As conclusões parciais indicam que, embora ainda não exista regime jurídico internacional específico para os deslocados climáticos, a Corte IDH tem o potencial para ampliar a proteção dessas pessoas por meio de interpretação sistêmica dos direitos humanos, especialmente a partir do reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável e da conexão entre emergência climática, território, vida, moradia, saúde alimentação e dignidade. O reconhecimento, pela Corte IDH, de obrigações estatais específicas de proteção a pessoas deslocadas por eventos climáticos extremos pode contribuir para reduzir sua vulnerabilidade jurídica, ainda

que o *status* de “refugiado climático” não esteja formalmente consolidado no Direito Internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relacionar a crise climática e direitos humanos, especificamente em relação aos deslocados climáticos na América Latina, ressaltando a situação de vulnerabilidade dos deslocados transfronteiriços, a pesquisa denuncia a falta de um regime jurídico específico para a sua proteção. Ao analisar a atuação da Corte IDH, a pesquisa identifica o seu potencial de proteção de direitos humanos de “refugiados climáticos” a partir de abordagem sistêmica da crise climática que implique no reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável, como um direito fundamental autônomo.

Embora os pareceres consultivos da Corte IDH não tenham a mesma natureza das sentenças contenciosas, possuem elevada autoridade interpretativa e orientam os Estados-membros quanto ao alcance das obrigações previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos. Não obstante, essas limitações são consideradas como fragilidades (*Weaknesses*) no SIDH e não como ameaças (*Threats*) à efetivação dos direitos reconhecidos pela Corte IDH, uma vez que sua jurisprudência exerce influência legislativa e interpretativa nos Estados-membros, contribuindo, assim, para mudanças de padrões regionais e em uma progressiva ampliação e fortalecimento dos direitos humanos.

Ademais, destaca-se que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento e que a análise jurisprudencial da Corte IDH precisa ser aprofundada por meio da seleção sistemática de casos, pareceres e parâmetros normativos aplicáveis aos deslocamentos climáticos.

Portanto, mesmo com suas limitações, as quais são comuns a todos os sistemas regionais (e ao Direito Internacional, de modo geral), não sendo exclusividade do sistema interamericano, tal sistema regional, do qual fazem parte os Estados latino-americanos, continua sendo um espaço próspero e favorável ao avanço da proteção dos deslocados climáticos na América Latina.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Principais fatos e números - Mudanças climáticas, conflito e deslocamento forçado**. Junho de 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/principais-fatos-e-numeros-mudancas-climaticas-conflito-e-deslocamento-forcado-junho-de-2025>. Acesso em: 05 de maio de 2026.

ACNUR. **Global Trends Forced Displacement in 2024**. NYC: UNHCR, 2025. Disponível em: <https://www.unhcr.org/sites/default/files/2025-06/global-trends-report-2024.pdf>. Acesso em: 5 de maio 2026.

ALCANTARA, I. S. **Refugiados ambientais: uma análise sobre migrações, direitos humanos e governança global**. Dourados – MS: **Revista Videre**, v.16, n.34, p. 213-226, jan. - jun. 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/17456/10198>. Acesso em: 05 de maio de 2026.

ALMEIDA, R. S. de. MOREIRA, D. de A. **Deslocados climáticos e ambientais no contexto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: um olhar a partir do processo de humanização do Direito Internacional**. Rio de Janeiro, 2023, Tese de Doutorado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=68336&idi=1&rc=1>>. Acesso em: 04 de maio de 2026.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). **Parecer Consultivo OC-32/25: Emergência Climática e Direitos Humanos**. Solicitado por República do Chile e República da Colômbia. San José, Costa Rica: Corte IDH, 3 jul. 2025. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/OC-32-2025/index-por.html>. Acesso em: 05 de maio de 2026.

GARRIDO, C. de F. **Opinião Consultiva 32/2025 da Corte Interamericana de Direitos Humanos: emergência climática e suas implicações para os Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Observatório Interdisciplinar das mudanças climáticas, UFRJ, 2025. Disponível em: <https://obsinterclima.eco.br/en/commentaries/>. Acesso em: 04 de maio de 2026.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). **The Economic Cost of Extreme Weather Events**. UK: OXERA, 2024. Disponível em: <https://iccwbo.org/wp-content/uploads/sites/3/2024/11/2024-ICC-Oxera-The-economic-cost-of-extreme-weather-events.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. Genebra: ONU, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 06 de maio de 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. A/RES/70/1. NYC: ONU, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil/amigo_pesso_idosa/agenda2030.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Tema 72 b): Promoción y protección de los derechos humanos: cuestiones de derechos humanos, incluidos otros medios de mejorar el goce efectivo de los derechos humanos y las libertades fundamentales. Informe de la Relatora Especial sobre los derechos humanos de los desplazados internos, Paula Gaviria Betancur.** A/80/212. NYC: ONU, 2025. Disponível em: <https://docs.un.org/es/A/80/212>. Acesso em: 13 de maio de 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convención Americana de Derechos Humanos.** San José: OEA, 1969. Disponível em: http://www.oas.org/dil/esp/tratados_B-32_Convencion_Americana_sobre_Derechos_Humanos.htm. Acesso em: 15 de maio de 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.** Bogotá: OEA, 1948. Disponível em: <https://www.oas.org>. Acesso em: 15 de maio de 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Declaración de Cartagena sobre Refugiados.** Cartagena: OEA, 1984. Disponível em: http://www.oas.org/dil/esp/1984_Declaración_de_Cartagena_sobre_Refugiados.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Protocolo de San Salvador.** San Salvador: OEA, 1988. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/Tratados/a-52.html>. Acesso em: 15 de maio de 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Reglamento da Corte Interamericana de Derechos Humanos.** San José: Corte IDH, 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/reglamentoCorte.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2026.

RIGAUD, K. K. et al. **Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration.** Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/infographic/2018/03/19/groundswell---preparing-for-internal-climate-migration>. Acesso em: 06 de maio de 2026.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). **State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2024.** Geneva: WMO, 2025. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/69456-state-of-the-climate-in-latin-america-and-the-caribbean-2024>. Acesso em: 06 de maio de 2026.

O DILEMA NUCLEAR DO IRÃ: ESTADOS UNIDOS, ISRAEL E DISSUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

IRAN'S NUCLEAR DILEMMA: THE UNITED STATES, ISRAEL AND DETERRENCE IN THE MIDDLE EAST

Ana Paula Gonçalves Vaz Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

ana.ferreira1330363@sqa.pucminas.br

Palavras-chave: Realismo Estrutural; Dilema de Segurança Nuclear do Irã; Estados Unidos; Israel.

Keywords: Structural Realism; Iran's Nuclear Security Dilemma; United States; Israel.

INTRODUÇÃO

Previamente a Revolução Iraniana de 1979, as relações do Irã com Israel e os Estados Unidos eram consideradas estratégicas e benéficas. Contudo, a partir da ruptura da dinastia Pahlavi e a adoção da república, estabeleceu-se uma rejeição ao ocidentalismo protagonizado pelo “grande satã”, os Estados Unidos e pelo “pequeno satã”, caracterizando o governo de Israel (BBC, 2025).

A partir desse contexto, as tensões entre Irã, Estados Unidos e Israel passaram a envolver disputas ideológicas, rivalidades regionais, acusações sobre apoio iraniano a grupos armados e, sobretudo, controvérsias relacionadas ao programa nuclear iraniano. Esses grupos, como o Hezbollah e o Hamas, tornaram-se parte dos conflitos entre os Estados. Contudo, a dinâmica das guerras por procuração (proxy wars) começa a ser rompida em 2025, quando os Estados Unidos e Israel atacaram infraestruturas nucleares iranianas, levando à escalada no conflito em 2026, culminando, segundo fontes internacionais consultadas, na morte do aiatolá Ali Khamenei em fevereiro de 2026 (Chatham House, 2026).

Entre todo o contexto de tensão no Oriente Médio, a questão nuclear do Irã é tema de desavenças desde o início dos anos 2000, com descumprimentos dos acordos por parte do governo iraniano. Consequentemente, esse ponto reflete dois lados distintos: enquanto Washington e Tel Avive encaram a busca nuclear como afronta à hierarquia do sistema e ameaça ao equilíbrio de poder, Teerã a vê como garantia de sobrevivência no dilema de segurança. Para isso, será abordada a teoria do realismo estrutural de Waltz (1979). Portanto, o presente trabalho objetiva

analisar o dilema de segurança nuclear do Irã, influenciado pelos ataques dos Estados Unidos e Israel nos últimos anos.

Desse modo, o problema central da pesquisa consiste em compreender como a pressão militar e diplomática exercida por Estados Unidos e Israel sobre o Irã contribui para intensificar o dilema de segurança iraniano, estimulando Teerã a buscar maior capacidade de dissuasão em um ambiente regional marcado por assimetrias de poder.

A hipótese do trabalho é que a pressão exercida por Estados Unidos e Israel, em um contexto de assimetria militar e nuclear, tende a reforçar o dilema de segurança iraniano, levando Teerã a atribuir maior importância à dissuasão como estratégia de sobrevivência estatal.

Por conseguinte, se justifica na relevância do tema, dado os recentes acontecimentos entre o Irã, Estados Unidos e Israel no contexto geopolítico mundial atual. Além disso, visa a aprendizagem e o estímulo, dando continuidade ao processo de conhecimento geopolítico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na teoria do realismo clássico, desenvolvida por vários autores ao longo do século, analisava-se as atitudes do Estado perante uma situação de conflito, desconsiderando-se assuntos internos (Nogueira e Messari, 2005 *apud*. Duarte, 2011). Contudo, no realismo estrutural, teoria utilizada para o trabalho, Waltz (1979) aponta que ao invés de expor o Estado como um todo e suas interações, seja analisado o funcionamento do sistema em si (Duarte, 2011).

Diante disso, Waltz (2002), levanta que a questão a ser analisada é a posição que o Estado ocupa no sistema. Nele, impera-se a autoajuda, baseando-se no sistema anárquico onde o Estado precisa se armar, pois é o único que irá defender-se. A partir disso, coloca-se a questão de “o principal interesse do Estado é garantir sua sobrevivência” (Mendes, 2012). Sendo assim, urge argumentar a questão do equilíbrio de poder proposta na teoria de Waltz, na qual uma vez alterado, será restaurado, já que os Estados buscam segurança, conduzindo assim ao equilíbrio (Duarte, 2011).

Na questão do Oriente Médio, para Waltz (2012) a produção de armamento nuclear do Irã resultaria no equilíbrio, uma vez que o equipararia a única potência da região a conseguir este fato: Israel. Uma vez que ambos os Estados garantisse tal

armamento, surtiria um efeito de estabilização, já que a chance de um conflito entre o Irã e Israel seria “remota devido ao equilíbrio de poder” (Carta Capital, 2012).

Contudo, de acordo com Edwards e Tsul (2026), Washington e Tel Aviv temem a ameaça nuclear do Irã, mediante as divergências que foram acumuladas entre os Estados até que se confirmasse um conflito direto. Segundo a CNN (2026), o atual presidente estadunidense afirma que uma das intimidações ocasionadas pelo Irã aos EUA incluem a questão nuclear. Desta forma, Washington sente-se ameaçado pelo Irã e busca o equilíbrio de poder.

Waltz (2011, *apud*. Reis, 2013), afirma que a conduta do Estado é influenciada pelo mundo exterior e que as armas nucleares o afetam sobremaneira. Ainda que o Irã seja signatário do TNP (Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares) e ter reafirmado não enriquecer urânio para estes fins (Edwards e Tsul, 2026), um conselheiro do antigo aiatolá Ali Khamenei, assegurou que o país não tem interesse em fins nucleares, desde que os Estados Unidos não ataquem (Moreira, 2025). Retoma-se, por fim, o princípio de sobrevivência e da estrutura do sistema no qual o Irã está submetido.

Neste trabalho, o realismo estrutural é utilizado para interpretar a posição do Irã em um sistema internacional anárquico; o dilema de segurança permite compreender como medidas defensivas podem ser percebidas como ameaças por outros Estados; e a dissuasão nuclear é mobilizada para analisar a busca por capacidade de retaliação como forma de prevenir ataques externos.

METODOLOGIA

No que tange aos procedimentos metodológicos, optou-se por uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, uma vez que visa analisar o dilema de segurança do Irã, frente a potências nucleares, Estados Unidos e Israel. Quanto aos objetivos, adota-se o método explicativo, porquanto aborda a questão nuclear como centro da segurança iraniana, em pauta desde o conflito retomado entre os três países em 2026. A análise articula a teoria do realismo estrutural de Waltz com documentos, reportagens e dados institucionais sobre o programa nuclear iraniano, os ataques realizados por Estados Unidos e Israel e as respostas estratégicas de Teerã.

Para o embasamento teórico, utilizou-se Waltz (1979, 2002 e 2012), o autor da teoria do realismo estrutural, bem como Mendes (2012) e Duarte (2011), que

abordaram o comportamento de sobrevivência dos Estados. Em relação aos dados, utilizou-se de veículos de imprensa de ampla circulação internacional, como a BBC e a CNN. A junção desses dados permite averiguar a posição, segurança e defesa do Irã em relação ao seu programa nuclear, bem como sua interação com Israel e os Estados Unidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de 2003, intensificaram-se as controvérsias internacionais sobre o programa nuclear iraniano, especialmente em relação à transparência, ao cumprimento das salvaguardas e ao grau de enriquecimento de urânio permitido no âmbito do regime de não proliferação. Como resposta às suspeitas de violação desse regime, Teerã sofreu severas sanções internacionais até 2015, quando firmou o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA). Este acordo, conhecido como P5+1, abarca países como Estados Unidos, China, França, Rússia, Reino Unido e Alemanha, que visa limitar o enriquecimento de urânio. Contudo, em 2018, o presidente estadunidense Donald Trump, em seu primeiro mandato presidencial, “restabeleceu todas as sanções norte-americanas contra Teerã” (Reuters, 2025), provocando um distanciamento dos compromissos assumidos pelo Irã em relação ao programa nuclear.

Ainda que não haja confirmação de que Teerã desenvolva armamento nuclear, segundo Moreira (2025), a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) afirmou, após 20 anos de acordo, que o governo iraniano estava em descumprimento ao tratado. Diante disso, retoma-se a questão de segurança do Estado e de autoajuda do realismo estrutural e questiona-se: a quem o Irã destinaria esse armamento? Sob essa ótica, o objetivo de possuir armamento nuclear baseia-se não no ataque de um Estado a outro, mas sim na defesa própria em um sistema anárquico.

De acordo com o modelo waltziano, argumenta-se que a dissuasão nuclear altera a posição do sistema em que o Estado ocupa, uma vez que a chance de sofrer um ataque à sua integridade territorial seria reduzida. Todavia, é válido afirmar que o uso de armas nucleares contra vizinhos do Irã, como Israel, seria improvável para ambos os lados, devido às consequências de radiação na área e no seu entorno.

Entretanto, a situação se inverteria numa escalada de um conflito internacional, especialmente com os Estados Unidos. Claramente, não se pode prever as atitudes que cada Estado tomará mediante uma situação de guerra, mas, sob a perspectiva analítica adotada, a eventual consolidação do armamento nuclear iraniano, se tornará uma ameaça ainda maior para Washington. Tal ameaça torna-se ainda mais clara quando em 2025, os EUA e Israel atacaram ao menos cinco unidades nucleares iranianas (León, 2025). O ataque, portanto, evidencia o dilema de segurança em que os três Estados se encontram: a busca por segurança iraniana provocou uma contra-ação ofensiva dos países que se sentiram ameaçados por ela.

Contudo, para o Irã, à luz da teoria do realismo estrutural de Waltz, Teerã não visaria o objetivo de atacar um determinado país (contanto que não fosse atacado), mas retomaria a questão de segurança e autoajuda iraniana. Uma vez que o Irã obtivesse armamento nuclear, acarretaria no efeito de dissuasão nuclear, conceito proposto pelo autor em 1981. Neste, reina a busca por “prevenir ações adversas” (Menjón, 2025), ou seja, por receio de retaliação, os Estados não se atacam, sobressaindo a ideia de sobrevivência ou ser aniquilado (Waltz, 2013, *apud*. Scholz, 2015).

A escalada direta entre Irã, Estados Unidos e Israel

A partir das ferramentas conceituais utilizadas, é possível inferir que os ataques ocorridos em fevereiro de 2026, teriam sido viabilizados pela ausência do poder de dissuasão nuclear recíproca, já que o poderio nuclear do Irã é assimétrico em relação aos Estados Unidos e a Israel. A partir disso, para reafirmar o equilíbrio de poder, deu-se início ao ataque, no qual os EUA mantêm a hierarquia do sistema que reforça a posição do Irã, uma vez que atingiram usinas nucleares iranianas (Murray *et.al*, 2026).

Porém, embora Teerã ainda não possua a capacidade de dissuasão, contra-atacou aliados norte-americanos e israelenses no Oriente Médio, que abrigam bases militares norte-americanas em seu território (CNN, 2026). Segundo Barruncho (2026), o objetivo do Irã não é vencer o conflito, mas sim prolongá-lo, tornando-o caro e incerto. Essa dinâmica é interpretada pela lente do realismo estrutural como um esforço de Teerã para contra-atacar, ainda que não seja na mesma proporção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos argumentos apresentados e tendo base os eventos de 2026, infere-se que a vulnerabilidade do Irã o coloca na seguinte posição: a de sofrer ataques por parte dos Estados que se sentem ameaçados quanto à questão do equilíbrio de poder. Contudo, a ausência do poder de dissuasão reforça a insuficiência para impedir o ataque.

A falta desse poder reflete sobremaneira aos acordos e tratados realizados quanto às questões nucleares, mas também por influência dos Estados Unidos e de Israel. Esse fato é evidenciado no ataque às estações nucleares iranianas em 2025 e 2026, uma vez que a obtenção de armamento nuclear pelo Irã é vista pelas duas potências supracitadas como ameaça ao equilíbrio de poder.

Entretanto, ainda que os ataques tenham por uma das finalidades interromper o enriquecimento de urânio a níveis maiores, leva o governo iraniano a buscá-lo com maior afinco, já que é o centro do dilema de segurança do Irã. À luz da interpretação realista, a obtenção de capacidade nuclear poderia ampliar o poder de dissuasão iraniano; contudo, também poderia intensificar tensões regionais, estimular corrida armamentista e ampliar riscos de escalada.

Todavia, o fato do Irã ainda não possuir armamento nuclear e dado os eventos de 2026 em levaram à morte do líder supremo do Estado, o aiatolá Khamenei, coloca em questão não só a segurança iraniana, mas o conflito em todo o Oriente Médio. No contexto, a busca por equilíbrio é o centro da questão. Contudo, os caminhos percorridos até então para alcançá-lo, levam os atores principais, mas também os de seu entorno para uma escalada crescente na tensão. Além disso, atrai também outras potências mundiais, como Rússia e China, já que possuem relações estratégicas e comerciais com o Irã e possuem suas próprias questões conflituosas com os Estados Unidos. Este equilíbrio, por fim, é precário e instável, gerando incertezas sobre a sucessão política, a estabilidade interna e os rumos da estratégia regional iraniana.

REFERÊNCIAS

BARRUCHO, L. Como os líderes do Irã planejam sobreviver diante da superioridade militar americana. **BBC News**, 05 mar. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c30990e6zd8o>. Acesso em: 06 mar. 2026.

CHATHAM HOUSE. **US and Israel attack Iran, killing Khamenei. Tehran launches counterstrikes: Early analysis from Chatham House experts**. Londres: Chatham House, 28 fev. 2026. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2026/02/us-and-israel-attack-iran-early-analysis-chatham-house-experts>. Acesso em: 03 mar. 2026.

DUARTE, G. R. Realismo Clássico versus Realismo Estrutural: natureza humana ou estrutura do sistema? **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH**, Belo Horizonte, vol. IV, n. 1, jul-2011. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/dcjpg/article/view/35674/29511>. Acesso em: 03 mar. 2026.

EDWARDS, C.; TSUL, K. Saiba os motivos que levaram os EUA e Israel a atacar o Irã. **CNN**, [S.l.], 01 mar. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/saiba-os-motivos-que-levaram-os-eua-e-israel-a-atacar-o-ira/>. Acesso em: 03 mar. 2026.

IRÃ ENFRENTA o retorno das sanções da ONU; Entenda. **CNN**, 20 set. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ira-enfrenta-o-retorno-das-sancoes-da-onu-entenda/>. Acesso em: 04 mar. 2026.

LÉON, L. P. Israel ataca 5ª instalação nuclear do Irã e agência alerta para riscos. **Agência Brasil**, 21 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-06/israel-ataca-5a-instalacao-nuclear-do-ira-e-agencia-alerta-para-riscos>. Acesso em: 09 mar. 2026.

MENDES, F. P. Clausewitz, o Realismo Estrutural e a Paz Democrática: uma abordagem crítica. **Contexto Internacional (PUC)**, Rio de Janeiro, vol. 34, no 1, janeiro/junho 2012, p. 79-111. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/vdSP8xDZ4hk6qgkRFLT6jVx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2026.

MENJÓN, D. N. The Theory of Deterrence in the Realist Framework: A Comprehensive Analysis of its Strategic Dimensions and Global Evolution. **Hermes Kalamos**, Geopolítica, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://www.hermes-kalamos.eu/the-theory-of-deterrence-in-the-realist-framework-a-comprehensive-analysis-of-its-strategic-dimensions-and-global-evolution/>. Acesso em: 05 mar. 2026.

MOREIRA, M. Programas nucleares de Israel e Irã: o que se sabe sobre cada um. **G1**, São Paulo, 16 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/06/15/programas-nucleares-de-israel-e-ira-o-que-se-sabe-sobre-cada-um.ghtml>. Acesso em: 03 mar. 2026.

MURRAY, A.; METZLER, B.; MURPHY, M. As imagens de satélite que mostram as instalações nucleares e da marinha iraniana atingidas pelos ataques dos EUA e

Israel. **BBC News**, 05 mar. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy7jjpggky7o>. Acesso em: 09 mar. 2026.

O Irã deveria ter a bomba nuclear? **Carta Capital**, [S.l.], 09, jul. 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-ira-deveria-ter-a-bomba-nuclear/>. Acesso em: 06 mar. 2026.

OLMO, G. D. Qual a origem da rivalidade entre Israel e Irã. **BBC News Mundo**, [S.l.], 16 jun. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj4exv8qz0qo>. Acesso em: 01 mar. 2026.

O que sabemos sobre o ataque EUA-Israel ao Irã e a retaliação de Teerã. **CNN**, [S.l.], 28 fev. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-sabemos-sobre-o-ataque-eua-israel-ao-ira-e-a-retaliacao-de-teera/>. Acesso em: 01 mar. 2026.

REIS, B. C. Waltz e a (não) proliferação – mais armas nucleares, mais paz? O Irã nuclear à luz do realismo estrutural. **Relações Internacionais**, [S.l.], 2013.

SCHOLZ, F. **Implicações da Dissuasão Nuclear como capacidade de poder: o caso indiano**. Dissertação, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.169, 2015.

WALTZ, K. N. **Artigos seletos sobre realismo e política internacional**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WALTZ, K. N. Theory of international politics. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, K. N. Teoria estrutural da política internacional. Entrevista com Bruno Cardoso Reis. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 29, p. 129-141, mar. 2011.

WALTZ, K. N. – «**Why Iran should get the bomb**». In Foreign Affairs. Vol. 91, N.º 4, 2012, pp. 2-6; Kahl, Colin, e Waltz, Kenneth N. – «Iran and the bomb». In Foreign Affairs. v. 91, n.5, 2012, pp. 157- 162.

CONTRADIÇÕES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: EMPRESAS EXPORTADORAS MEXICANAS E DEPENDÊNCIA PRODUTIVA NO USMCA

CONTRADICTIONS OF REGIONAL INTEGRATION: MEXICAN EXPORTING COMPANIES AND PRODUCTIVE DEPENDENCY IN THE USMCA

Mariana Alves Araújo Teles

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

karmemalves25@gmail.com

Palavras-chave: Integração Regional; USMCA; Empresa; México; Hegemonia.

Keywords: Regional Integration; USMCA; Firms; Mexico; Hegemony.

INTRODUÇÃO

A integração econômica fundamenta-se na busca por unificação e uniformização das estruturas econômicas, comerciais e monetárias entre os países. Tal perspectiva visa reduzir ou eliminar barreiras obrigatórias entre os Estados, de modo a contribuir com o fluxo de bens e serviços entre os países da mesma região. Esse modelo de integração implementado pela Europa, tornou-se referência para formação das principais teorias de integração econômica. Entretanto, ao mesmo tempo em que promove cooperação, as desigualdades também são evidenciadas.

Dessa forma, o estudo busca analisar as contradições existentes na integração promovida pelo USMCA, acordo de livre comércio entre Canadá, México e Estados Unidos. Parte-se da hipótese de que, embora empresas exportadoras mexicanas se beneficiem da integração regional, sua inserção nas cadeias produtivas norte-americanas também contribui para a reprodução de assimetrias, hegemonias e relações de dependência entre os países-membros. Assim, serão analisadas as empresas exportadoras mexicanas inseridas no contexto da integração USMCA.

A relevância do estudo está pautada na análise dos processos de integração regional para além de suas vantagens comerciais. Assim, pretende-se contribuir para uma discussão sobre integração, hegemonia e dependência, destacando como os acordos regionais podem perpetuar assimetrias econômicas e produtivas. São usadas como exemplo as empresas mexicanas exportadoras.

O problema central da pesquisa consiste em compreender de que maneira a inserção das empresas exportadoras mexicanas nas cadeias produtivas do USMCA combina ganhos comerciais com a reprodução de dependências tecnológicas, produtivas e decisórias em relação à economia estadunidense.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Ramos e Zahran (2006), o conceito de hegemonia está atrelado ao potencial do Estado em conseguir unificar um grupo heterogêneo, tendo como motor, a ideologia, formando uma ordem social estável. Dessa forma, as disparidades estruturais não são eliminadas, mas apropriadas pela potência hegemônica, enquanto os países periféricos permanecem atrelados ao sistema de integração como espaços estratégicos de exploração. Harvey (2006), afirma que, o desenvolvimento desigual não é um acidente do capitalismo, mas um de seus mecanismos internos de reprodução. Nos processos de integração econômica, como aqueles analisados por comitês internacionais ou mesmo por agências estatais, as vantagens apresentadas como benefícios gerais para o bloco tendem a se concentrar nos países hegemônicos.

Segundo Prebisch (1950), a integração entre economias centrais e periféricas tende a reforçar desigualdades, pois o centro mantém o controle tecnológico e os maiores ganhos, enquanto a periferia se insere de forma subordinada. Ademais, Cardoso e Faletto (1970) mostram que países periféricos podem expandir suas exportações e ainda assim manter-se estruturalmente dependentes das economias centrais. Nesse sentido, Chang (2003) argumenta que países centrais estabelecem normas econômicas e comerciais que mantêm a primazia de suas próprias empresas e limitam o avanço das periferias.

A partir desses referenciais, a integração regional é interpretada não apenas como mecanismo técnico de redução de barreiras comerciais, mas como processo político-econômico atravessado por relações de poder. Nesse sentido, acordos como o USMCA podem ampliar fluxos de comércio e investimento, mas também reproduzir posições desiguais entre economias com diferentes capacidades tecnológicas, produtivas e decisórias.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é qualitativa, de caráter analítico, fundamentada em revisão bibliográfica. O estudo utiliza o USMCA (United States-Mexico-Canada Agreement), como recorte, com foco na inserção das empresas exportadoras mexicanas nas cadeias produtivas regionais, articulando autores da teoria da integração regional, da hegemonia e da dependência para analisar as contradições do processo de integração.

A análise parte do diálogo entre autores da teoria da integração regional, da hegemonia e da dependência, buscando compreender como os processos de integração econômica podem reproduzir assimetrias estruturais entre países centrais e periféricos. Nesse sentido, são mobilizadas contribuições teóricas de Prebisch (1950), Cardoso e Faletto (1970), Harvey (2006) e Chang (2003), articuladas à discussão sobre hegemonia apresentada por Ramos e Zahran (2006).

Além da revisão bibliográfica, foram utilizados documentos institucionais e relatórios econômicos produzidos por organismos internacionais, como OECD e dados relacionados ao comércio exterior mexicano, especialmente voltados aos setores manufatureiro e automotivo. A interpretação dos dados foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar elementos que evidenciem relações de dependência tecnológica, produtiva e decisória dentro do bloco regional.

A análise concentrou-se em três dimensões: a posição das empresas mexicanas nas cadeias produtivas regionais; o grau de dependência tecnológica e decisória em relação a empresas e mercados dos Estados Unidos; e os efeitos contraditórios da integração regional, considerando simultaneamente expansão exportadora e manutenção de assimetrias estruturais

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O USMCA, que substituiu o NAFTA em 2020, é um exemplo direto de como a integração econômica pode gerar ganhos para empresas exportadoras ao mesmo tempo em que reforça hierarquias dentro do bloco. No caso mexicano, houve expansão das exportações e maior integração às cadeias produtivas norte-americanas, sobretudo nos setores automotivo e maquilador (OECD, 2021; OEC, 2024). Segundo Gala (2025), esse processo contribuiu para ampliar a inserção exportadora mexicana no âmbito do USMCA. Contudo, os estudos realizados pela

OECD (2021) demonstram que essa inserção ocorre em posição subordinada: o México permanece especializado em etapas de baixo valor agregado, baseadas em montagem e dependentes de tecnologia, insumos e decisões corporativas dos Estados Unidos. Essa estrutura evidencia que o funcionamento do bloco responde majoritariamente às necessidades produtivas e geopolíticas da economia norte-americana, reforçando sua posição hegemônica no bloco.

Dados do Observatório da Complexidade Econômica (OEC, 2024) e do United States Trade Representative (USTR, 2024) demonstram que os Estados Unidos permanecem como principal destino das exportações mexicanas, absorvendo aproximadamente 80% das vendas externas do México. Além disso, o setor automotivo representa uma das principais atividades exportadoras do país, fortemente integrado às cadeias produtivas norte-americanas e dependente de componentes, tecnologia e investimentos estrangeiros. Esses elementos evidenciam a centralidade da economia estadunidense no funcionamento do USMCA e reforçam as assimetrias produtivas existentes no bloco.

Ademais, os arranjos econômicos internacionais fazem parte do planejamento estratégico empresarial, seja para sua atuação local, seja nos seus planos de internacionalização, tanto por meio das exportações quanto por meio de parcerias e investimentos no exterior (Schimanski; Behling, 2020). Além disso, inicialmente o Estado intermediava as relações de negociação, mas, ocorreu uma mudança; novos atores começaram a fazer parte das relações internacionais. Com isso, as etapas de integração começaram a incluir diferentes tipos de Organizações Internacionais, grandes e pequenas empresas e, multinacionais.

Segundo os autores (Cavusgil; Knight; Riesenberger, 2010, p. 166), os grupos empresariais observam atentamente arranjos de integração regional econômica negociados pelos diferentes países, em busca de oportunidades de negócios, uma vez que a integração econômica “consiste em uma aliança de dois ou mais países que concordam em eliminar tarifas e outras restrições ao fluxo internacional de bens, serviços, capital e em alguns casos, mão de obra”. No caso mexicano, essa dinâmica manifesta-se na atuação de empresas integradas às cadeias produtivas norte-americanas, especialmente nos setores automotivo, eletrônico e maquilador. Embora essas empresas ampliem exportações e empregos industriais, sua capacidade de decisão estratégica permanece frequentemente subordinada a

matrizes, fornecedores tecnológicos e mercados consumidores localizados fora do México.

Entretanto, o processo não elimina as desigualdades internas preexistentes nos países do bloco, já que a maior capacidade produtiva e a maior influência política estão atreladas às hegemonias, que acabam ditando as regras e acarretando danos em como as empresas pertencentes a membros de países periféricos se inserem nas cadeias produtivas.

Dessa forma, a estrutura de exportação mexicana composta por produtos manufaturados de baixo valor agregado, revela essa assimetria. A título de exemplo, o setor automotivo, que em relação aos componentes importados, decisões corporativas e tecnologia depende de uma estrutura estrangeira. Isso resulta em uma produção sem grandes desenvolvimentos de setores nacionais de ponta, limitando a capacidade de inovação e reforçando uma posição de dependência tecnológica.

Em suma, à luz desses elementos, os resultados confirmam a hipótese inicial de que, embora a integração regional amplie as oportunidades comerciais, ela também reforça hierarquias produtivas e tecnológicas entre os países-membros. No âmbito do USMCA, a inserção das empresas exportadoras mexicanas ocorre de forma subordinada, funcionando como parte complementar das cadeias produtivas lideradas pelos Estados Unidos, o que evidencia o caráter assimétrico do processo de integração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite afirmar que a integração regional combina ganhos econômicos e limites estruturais. Ela cria oportunidades reais para o setor empresarial, mas também pode reforçar dependências que já existiam antes da formação do bloco. Com isso, é possível observar as duas faces do processo de integração econômica, por um lado, funciona como impulso à expansão do comércio; por outro, reproduz disputas políticas, assimetrias produtivas e diferenças históricas de desenvolvimento entre os países.

A análise desenvolvida confirma a hipótese de que a integração regional, embora promova a ampliação do comércio, não elimina as assimetrias estruturais entre países com diferentes capacidades produtivas e tecnológicas. No caso do USMCA, o México se insere de forma subordinada em um arranjo liderado pelos

Estados Unidos, no qual as empresas exportadoras atuam como elementos centrais da reprodução dessa hierarquia. Nesse sentido, o estudo evidencia que acordos de integração regional também operam como instrumentos de poder geopolítico, capazes de reorganizar economias nacionais sem romper com relações históricas de dependência.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. H; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CAVUSGIL, S. T.; KNIGHT, G.; RIESENBERGER, J. R. A integração econômica regional. In: CAVUSGIL, S. T.; KNIGHT, G.; RIESENBERGER, J. R. **Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. p. 165-190.

CHANG, H-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

GALA, P. **NAFTA (1994) e o México: promessas de integração, heranças de desigualdade**. São Paulo, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/nafta-1994-e-o-mexico-promessas-de-integracao-herancas-de-desigualdade/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **Mexico country profile**. 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/mex>. Acesso em: 12 maio 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Trade in value added (TiVA): Mexico**. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 12 maio 2026.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. Santiago do Chile: CEPAL, 1950.

RAMOS, L; ZAHRAN, G. Da hegemonia ao poder brando: implicações de uma mudança conceitual. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais ...** Caxambu: ANPOCS, 2006. p. 1–31.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE (USTR). **Mexico**. Washington, D.C., 2024. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/americas/mexico>. Acesso em: 12 maio 2026.

DA AUTONOMIA À SUBORDINAÇÃO: A COSTA SUAÍLI NA EMERGÊNCIA DO SISTEMA-MUNDO EUROPEU

FROM AUTONOMY TO SUBORDINATION: THE SWAHILI COAST IN THE EMERGENCE OF THE EUROPEAN WORLD-SYSTEM

Mariana Alves Araújo Teles

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

karmemalves25@gmail.com

Palavras-chave: Costa Suaíli; sistema-mundo; Oceano Índico; expansão portuguesa; dependência.

Keywords: Swahili Coast; world-system; Indian Ocean; Portuguese expansion; dependency.

INTRODUÇÃO

A consolidação da hegemonia europeia, frequentemente apresentada como a propulsora da integração global, pode ser interpretada de modo distinto à luz teoria do sistema- mundo. Estudos apontam que, muito antes da expansão marítima europeia, existiam redes complexas ligando África e Ásia. Vale salientar que a Costa Suaíli ocupava posição geográfica estratégica no Oceano Índico, articulando-se às rotas comerciais afro-asiáticas. Reginaldo e Ferreira (2021) afirmam que os portugueses se depararam com um comércio muito estruturado, em que cidades-Estado integravam o fluxo de ouro, prata, marfim e outros produtos, ressaltando que a região não era periférica, mas uma força motriz em uma rede de trocas.

Portanto, um novo arranjo estrutural estava atrelado a região com a chegada de Portugal ao Índico, instaurou-se um novo paradigma de controle das rotas marítimas no final do século XV. A intervenção europeia não ficou restrita à ampliação das redes comerciais, mas acarretou um controle das rotas marítimas, a dominação e a redefinição das hierarquias de poder no espaço geográfico. Assim, a incorporação da Costa da Suaíli na rede de comércio europeu, portanto, não marcou sua “entrada” nesse sistema, pelo contrário, marcou sua progressiva subordinação a uma economia-mundo em consolidação atrelada a liderança europeia, definida por relações hierárquicas e assimétricas.

O trabalho tem como objeto analisar a mudança estrutural da posição geopolítica da Costa Suaíli no sistema interestatal emergente e na economia-mundo capitalista europeia que se expande no Atlântico. A pesquisa parte-se da hipótese de que a marginalização posterior da região não é resultado de fragilidade

interna, mas de um processo de reorganização sistêmica que transformou a autonomia dessa rede de trocas em periferia subordinada.

Adota-se uma abordagem histórico-estrutural, articulando o debate teórico sobre sistema-mundo com a historiografia do comércio no Oceano Índico, a fim de compreender as mudanças na posição relativa da Costa Suaíli na ordem internacional em formação. Desse modo. O problema central da pesquisa consiste em compreender como uma região anteriormente integrada a redes comerciais afro-asiáticas relativamente autônomas foi progressivamente reposicionada como periferia subordinada no contexto da expansão marítima europeia e da formação da economia-mundo capitalista.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Wallerstein (1974), o capitalismo deve ser compreendido como uma economia-mundo constituída a partir do século XVI. Trata-se de uma estrutura organizada por hierarquias entre centro, semiperiferia e periferia. Ao contrário de um império unificado, essa configuração combina integração econômica de escala global com competição permanente entre Estados.

A aplicação desse modelo ao Oceano Índico, contudo, não é consensual. Parte da historiografia argumenta que, antes da expansão europeia, já existia no Índico uma rede comercial densa e relativamente integrada, o que permitiria falar em um “proto-sistema” afro-asiático (Chaudhuri, 1985). Já na formulação original de Wallerstein, o sistema-mundo capitalista emerge apenas com a expansão europeia, sendo as redes pré-atlânticas compreendidas como complexos mercantis, mas não como sistema-mundo propriamente dito. A divergência não é apenas de caráter temporal, mas conceitual.

Enquanto Chaudhuri reconhece a existência de redes comerciais densas que conectavam África e Ásia, antes da chegada europeia, Wallerstein associa o sistema-mundo à formação do capitalismo histórico. Essa diferença não é apenas conceitual: ela atribui à expansão europeia um papel central na organização da ordem global. Assim, a Costa Suaíli pode ser compreendida, de um lado, como parte ativa de um sistema já integrado e, de outro, como espaço posteriormente subordinado a uma nova hierarquia imposta pela expansão atlântica.

Neste trabalho, Wallerstein é mobilizado para interpretar a formação de uma economia-mundo capitalista hierarquizada; Chaudhuri contribui para compreender a

densidade das redes mercantis pré-europeias no Oceano Índico; Amin e Rodney auxiliam na leitura da dependência e da subordinação Africana; e Mbembe permite problematizar a dimensão política e violenta da dominação colonial.

Na África, a inserção no capitalismo global ocorreu de forma subordinada. Para Amin (1974), a integração fez com que economias voltadas à exportação de matérias-primas se consolidasse, limitando trajetórias autônomas de desenvolvimento. Rodney (1972) ao atribuir o subdesenvolvimento africano à reorganização colonial das estruturas produtivas em função da acumulação europeia, ressalta essa ideia. Segundo Visentini et.al. (2014), a inserção africana no sistema internacional deve ser compreendida como processo histórico de integração assimétrica no qual diferentes regiões do continente experienciaram formas únicas de ligação com centros externos de poder.

No plano político, as contribuições de Mbembe permitem compreender a articulação entre o colonialismo, violência e soberania. Em *On the Postcolony*, o autor analisa a constituição de formas coloniais e pós-coloniais de poder marcadas pela arbitrariedade e pela violência. Em *Necropolitics*, desenvolve a noção de necropolítica, associando a soberania moderna à capacidade de definir quais vidas são protegidas e quais podem ser expostas à morte. Boahen (2010) destaca que as sociedades africanas pré-coloniais possuíam estruturas políticas e econômicas complexas e dinâmicas próprias, não podendo ser reduzidas à condição de espaços passivos ou isolados.

Tal interpretação é fundamental para compreender que a marginalização posterior de determinadas regiões resultou de transformações sistêmicas e não de suposta estagnação interna.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. O estudo foi desenvolvido a partir da revisão teórica sobre sistema-mundo, dependência, colonialidade e poder marítimo, tendo como base autores como Immanuel Wallerstein, Samir Amin, Achille Mbembe e Alfred Mahan.

A análise foi conduzida por meio de leitura interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar três dimensões principais: a posição da Costa Suaíli nas redes comerciais do Índico antes da expansão portuguesa; os mecanismos de intervenção marítima e comercial empregados por Portugal; e os

efeitos dessa intervenção sobre a autonomia política e econômica das cidades suaílis.

Foi realizada análise documental a partir de obras historiográficas e estudos sobre o comércio no Oceano Índico e a expansão marítima portuguesa. Esses materiais permitiram compreender a posição estratégica da Costa Suaíli antes da presença europeia e as transformações ocorridas com a consolidação do domínio português nas rotas marítimas.

A partir desse levantamento, buscou-se relacionar a expansão marítima europeia às mudanças estruturais na posição geopolítica da Costa Suaíli, interpretando esse processo como parte da formação de uma economia-mundo hierarquizada e marcada por relações assimétricas de poder.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da expansão portuguesa, a Costa Suaíli integrava de forma ativa a rede comercial do Oceano Índico, conectando o interior africano à Península Arábica, à Índia e ao Sudeste Asiático, ligando-os a mercados asiáticos (Horton; Middleton, 2000). Isso dialoga com a noção de “tripla herança africana”, proposta por Mazrui (1986), segundo a qual a formação do continente é resultado da interação entre matrizes africanas, islâmicas e, posteriormente, europeias. No caso Suaíli, a conexão com o mundo islâmico e asiático é anterior a presença portuguesa, deixando evidente que a região integrava circuitos civilizacionais complexos antes da consolidação da hegemonia europeia.

Sua organização política estava estruturada em cidades-Estado voltadas à atividade comercial e relativamente autônomas, cujas elites islâmicas estão atreladas a autoridade política e inserção comercial internacional. Sendo assim, funcionava mais que uma periferia isolada, a região atuava como nó de mediação em uma rede comercial afro-asiática dotada de densidade econômica e com uma certa autonomia (Chaudhuri, 1985). Assim, antes da consolidação da economia-mundo europeia, a Costa Suaíli ocupava posição estratégica nas rotas do Índico, ainda que inserida em uma lógica distinta da divisão centro-periferia moderna.

Com a chegada de Portugal ao Índico, instaurou-se um novo paradigma de controle das rotas marítimas. Atuando de forma diferente realizada pelo comércio tradicional, baseada em negociação com vários atores, Portugal passou a exercer controle armado sobre as rotas, estabelecendo um sistema de controle marítimo,

atacando cidades resistentes e buscando monopolizar circuitos estratégicos (Subrahmanyam, 1993). Essa intervenção representou não apenas presença comercial, mas projeção de poder naval. Ao controlar passagens geográficas estratégicas, a Coroa portuguesa passou a subordinar o fluxo de mercadorias.

A título de exemplo, mesmo anterior às formulações clássicas de Alfred Mahan sobre poder marítimo, a estratégia portuguesa já evidenciava a centralidade do controle das rotas oceânicas como instrumento de hegemonia. A projeção militar portuguesa no Índico modificou a circulação comercial, deslocando parte dos fluxos para Lisboa e levando redes locais aos interesses metropolitanos. Nesse contexto, a Costa Suaíli deixou de operar como autônoma e passou a integrar uma estrutura em que o controle naval redefinia ordem espacial.

A intervenção portuguesa acarretou mais que mudança de redes de comércio produziu um reposicionamento estrutural. O deslocamento dos fluxos e a centralização do comércio nas mãos europeias reduziram capacidade de agir de forma independente das cidades suaílis, como Kilwa e Mombaça, que antes articulavam ouro, marfim e especiarias com relativa independência. A imposição de controle exclusivo das rotas e a cobrança de taxas mediante o controle marítimo e comercial alteraram o padrão de acumulação regional, submetendo-o ao controle da metrópole. (Subrahmanyam, 1993).

Essa reconfiguração estrutural do comércio do Índico inseriu-se na formação de um sistema interestatal europeu caracterizado por competição permanente entre monarquias em processo de centralização fiscal e militar. A expansão marítima não se limitava apenas em uma ampliação das trocas comerciais. Ela integrava uma dinâmica mais ampla de consolidação do Estado moderno. Nesse contexto, o avanço marítimo ampliava recursos fiscais, fortalecia as forças militares e permitia disputar posições hierárquicas na economia-mundo. Sendo assim, o controle das rotas do Índico, não se limitava apenas a interesses comerciais imediatos, mas em uma competição entre potências europeias por posições centrais no novo arranjo de poder do comércio.

Além da dimensão econômica, o reposicionamento envolveu transformação na forma de exercício da soberania. Mbembe (2003) afirma que a modernidade colonial instituiu regimes de poder baseados na capacidade de decidir sobre a vida e a morte. O controle armado português sobre o espaço antecipava essa racionalidade ao submeter cidades costeiras à violência como condição de

inserção comercial. Dessa forma, a Costa Suaíli foi deslocada de uma posição estratégica em uma rede afro-asiática majoritariamente autônoma para uma condição subordinada na economia-mundo em consolidação sob hegemonia europeia, ressaltando que a expansão marítima acarretou uma reconfiguração geopolítica e não apenas uma ampliação das trocas comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da teoria do sistema-mundo, a trajetória da Costa Suaíli revela que sua perda de centralidade decorreu da redefinição das hierarquias globais promovida pela expansão europeia, e não de limitações internas próprias.

Em suma, tal processo evidencia que a desigualdade global não constitui desdobramento contingente, mas elemento constitutivo da própria formação da ordem moderna. “A redefinição da posição relativa da Costa Suaíli demonstra que a emergência do sistema-mundo europeu, consolidou hierarquias globais, produzindo periferias subordinadas.” Ao deslocar o foco de supostas fragilidades internas para dinâmicas sistêmicas de poder, a análise contribui para a superação de leituras eurocêntricas que associam a hegemonia europeia à simples difusão civilizatória.

REFERÊNCIAS

BOAHEN, A. A. **African perspectives on colonialism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

CHAUDHURI, K. N. **Trade and civilisation in the Indian Ocean: an economic history from the rise of Islam to 1750**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=ByT1I36ZxGoC>. Acesso em: 10 jan. 2026.

HORTON, M; MIDDLETON, J. ***The Swahili: the social landscape of a mercantile society***. Oxford: Blackwell, 2000.

MAHAN, A. T. **The influence of sea power upon history, 1660–1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

MAZRUI, A. A. **The Africans: a triple heritage**. Boston: Little, Brown, 1986. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=036217417>. Acesso em: 15 fev. 2026.

MBEMBE, A. **Necropolitics**. Durham: Duke University Press, 2003.

MBEMBE, A. **On the postcolony**. Berkeley: University of California Press, 2001.

REGINALDO, L; FERREIRA, R. **África, margens e oceanos: perspectivas de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=8ah2EAAAQBAJ>. Acesso em: 05 fev. 2026.

RODNEY, W. **How Europe underdeveloped Africa**. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

SUBRAHMANYAM, S. **The Portuguese Empire in Asia, 1500–1700: a political and economic history**. London: Longman, 1993. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=-DZciX6WxgUC>. Acesso em: 18 jan. 2026.

VISENTINI, P.F et al. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century**. New York: Academic Press, 1974. Disponível em: <https://www.anthrocervone.org/PeoplesandCultures/wp-content/uploads/2012/05/Class-9-The-World-System-Perspective1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.

A GUIANA FRANCESA NOS ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1892–1950): A RELAÇÃO METRÓPOLE-COLÔNIA

FRENCH GUIANA IN THE ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1892–1950): THE METROPOLE–COLONY RELATIONSHIP

Gustavo Augusto Andrade de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

gustavo_andradeoliveira@outlook.com

Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas Duarte

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

geraldine@pucminas.com

Rodrigo Corrêa Teixeira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

rteixeira@pucminas.BR

Palavras-chave: *Annales de Géographie*; Guiana Francesa; França; Metrôpole; Colônia.

Keywords: *Annales de Géographie*; French Guiana; France; Metropole; Colony.

INTRODUÇÃO

Esta discussão investiga a relação entre a institucionalização da geografia francesa durante a Terceira República (1870–1940) e o projeto colonial francês para a Guiana Francesa. Partindo do contexto posterior à Guerra Franco-Prussiana (1870–1871), demonstra-se como a França mobilizou as ciências sociais emergentes, especialmente a geografia, como instrumento de reconstrução nacional, fortalecimento republicano e legitimação do expansionismo colonial. Nesse processo, a geografia francesa, associada ao círculo de Paul Vidal de La Blache e ao periódico *Annales de Géographie*, consolidou-se como um conhecimento estratégico vinculado aos interesses do Estado e do Império colonial (Moraes, 2007; Berdoulay, 2017).

Diante disso, questiona-se: como a Guiana Francesa, então colônia francesa, foi retratada nos *Annales de Géographie* (1892–1950), no período clássico da Geografia? O objetivo consiste em compreender de que maneira a produção científica dos *Annales de Géographie* representou a Guiana Francesa. Como hipótese, supõe-se que a colônia permaneceu sub-representada nesse periódico porque não figurava entre as prioridades da geopolítica colonial da metrôpole.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O marco teórico da pesquisa fundamenta-se na perspectiva decolonial, especialmente nas formulações do filósofo argentino Enrique Dussel e do geógrafo brasileiro Valter do Carmo Cruz acerca da relação entre modernidade e colonialidade. De acordo com Dussel (1993), a modernidade europeia inaugura-se em 1492, quando a Europa passa a se constituir como centro de uma pretensa história mundial. Essa centralidade, contudo, depende da produção simultânea de uma periferia colonial subordinada; o binômio modernidade-colonialidade é, portanto, compreendido como um processo indissociável. A colonialidade não se limita ao domínio econômico ou político-militar, mas envolve também a imposição de formas de conhecimento, racionalidade e representação do mundo (Cruz, 2017). Nesse sentido, a pesquisa mobiliza a crítica decolonial para problematizar a pretensa neutralidade da ciência moderna europeia e demonstrar como a geografia francesa participou ativamente da produção de outro binômio: metrópole-colônia.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) aplicada ao acervo dos *Annales de Géographie* entre 1892 e 1950⁸. Utilizando a expressão de busca “guyane”, os autores localizaram 49 resultados, entre artigos científicos e notas críticas. Após a definição dos critérios de inclusão e de exclusão, foram selecionados, por meio da avaliação do título e da leitura exploratória rápida (*skimming*), quatro textos que abordavam diretamente a Guiana Francesa ou apresentavam discussões mais substantivas sobre o território (Quadro 1). Esta análise, porém, não se restringe aos documentos selecionados, articulando o *corpus* documental com outras leituras provenientes do próprio periódico e de fontes históricas complementares. Esse procedimento permite construir uma interpretação integrada acerca das representações geográficas da Guiana e de suas implicações políticas, coloniais e epistemológicas.

⁸ O recorte temporal foi definido por corresponder ao término de três processos históricos inter-relacionados: i. o fim da Terceira República Francesa, em 1940, com a invasão da Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial (Price, 2016); ii. a transformação da Guiana Francesa de colônia em departamento ultramarino francês, oficializada em 1946 no contexto do pós-guerra (Duarte, 2016); e iii. a delimitação de um ciclo específico da produção geográfica francesa, iniciado em 1892 com as publicações do periódico *Annales de Géographie* e encerrado por volta de 1950, momento marcado pelo declínio da geografia clássica e pela emergência das propostas renovadoras do pós-Segunda Guerra (Clark, 1982).

Quadro 1 – Guiana Francesa nos *Annales de Géographie* (1892–1950)

Tipo	Título	Autoria	Ano
Artigo	Une mission géographique et militaire à la Guyane en 1762	Henri Froidevaux	1892
Artigo	État de nos connaissances sur l'Amérique du Sud.	Lucien Gallois	1893
Nota	Le contesté franco-brésilien	Paul Vidal de La Blache	1901
Nota	Le tricentenaire des Antilles et de la Guyane	Jean Gottmann	1936

Fonte: Elaborado por Oliveira, 2026.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise indica que a geografia francesa da Terceira República esteve profundamente integrada ao projeto imperial francês. O periódico *Annales de Géographie*, que consolidou uma tradição geográfica aparentemente objetiva e despolitizada, alimentava as necessidades expansionistas da França no contexto do capitalismo monopolista e da corrida colonial europeia (Bailby, 1963; Moraes, 2007). No caso da Guiana Francesa, as representações geográficas e cartográficas desempenharam papel fundamental na legitimação do domínio colonial. A título de exemplo, cabe citar a Carta da Guiana Francesa de 1926, que pode ser interpretada como expressão concreta da racionalidade colonial francesa (Figura 1).

O documento enfatizava, sobretudo, os rios, as fronteiras e os elementos naturais relevantes para o controle territorial, enquanto o interior da colônia aparecia pouco detalhado e frequentemente representado como espaço vazio ou selvagem. Essa representação invisibilizava os povos originários e suas territorialidades, naturalizando a ideia de disponibilidade da terra para apropriação colonial. A cartografia colonial, portanto, não apenas descrevia o território, mas também participava ativamente da produção geopolítica colonial.

Na sequência, reconstrói-se historicamente a trajetória da Guiana Francesa, destacando sua importância estratégica para a França após a perda de outras possessões ultramarinas (Hauger, 1957). Essa história colonial está amparada no próprio corpus da RSL e em outros materiais complementares, revelando a racionalidade colonial presente na produção geográfica científica. Em linhas gerais, a discussão aborda a tentativa fracassada de colonização em Kourou, no século XVIII; a transformação da colônia em espaço penal, durante o século XIX; os ciclos de mineração; e a posterior departamentalização, em 1946 (Foville, 1897; Gourou, 1950; Gottmann, 1936; Revert, 1951). Tais processos expressam diferentes formas de inserção da Guiana Francesa — muitas vezes apresentada como uma colônia negligenciada — na geopolítica francesa. Apesar das transformações administrativas

e econômicas, persistiram profundas desigualdades territoriais, sanitárias e sociais, que as referências dos Annales de Géographie, para além do recorte temporal desta pesquisa, parecem indicar como continuidade da colonialidade para além do colonialismo formal.

Figura 1 – Carta da Guiana Francesa (1926), do Serviço Geográfico das Colônias



Fonte: França. Service géographique des colonies, 1926.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta discussão, problematizou-se a geografia clássica francesa enquanto campo científico supostamente neutro, apontando-a, antes, como instrumento de produção e legitimação de uma racionalidade moderna e colonial. Essa geografia

participou da construção de representações territoriais que naturalizavam binômios hierárquicos, como metrópole-colônia, civilização-barbárie e centro-periferia. A partir da perspectiva decolonial, demonstrou-se que a modernidade europeia se constituiu de forma inseparável de sua dimensão colonial, tornando impossível compreender a construção do conhecimento dissociada das relações históricas de dominação. Nesse contexto, a reduzida presença da Guiana Francesa nos *Annales de Géographie* mostrou-se igualmente significativa, indicando que o interesse da produção geográfica da metrópole não se distribuía de maneira homogênea pelos territórios coloniais; pelo contrário, orientava-se conforme a relevância estratégica, econômica e geopolítica desses territórios para o Império colonial. Além disso, a discussão ressaltou que os efeitos da colonialidade persistem mesmo após o fim formal do colonialismo, influenciando, ainda hoje, os critérios de legitimação do conhecimento e as formas de interpretação do mundo.

REFERÊNCIAS

BAILBY, Edouard. **Que é o imperialismo?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. 141 p.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual.** São Paulo: Perspectiva, 2017. 255 p.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 288 p.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (orgs.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36. 388 p.

DUARTE, G. R. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, Confins, [s.v.], n. 28, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/Aub6>. Acesso em: 22 fev. 2026.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1993. 196 p.

FOVILLE, Alfred de. La géographie de l'or. **Annales de Géographie**, [s.l.], v. 6, n. 27, p. 193-211, 1897. Disponível em: <https://shre.ink/AugK>. Acesso em: 22 fev. 2026.

FRANÇA. Service géographique des colonies. **Carte de la Guyane française.** Paris: Gaillac-Monrocq, 1926. 1 mapa colorido. Disponível em: <https://shre.ink/Auar>. Acesso em: 22 fev. 2026.

FROIDEVAUX, H. Une mission géographique et militaire à la Guyane en 1762. **Annales de Géographie**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 218-231, 1892. Disponível em: <https://shre.ink/AuaT>. Acesso em: 22 fev. 2026.

GALLOIS, Lucien. État de nos connaissances sur l'Amérique du Sud. **Annales de Géographie**, [s. l.], v. 2, n. 5, p. 65-91, 1893. Disponível em: <https://shre.ink/Auge>. Acesso em: 22 fev. 2026.

GOTTMANN, Jean. Le tricentenaire des Antilles et de la Guyane. **Annales de Géographie**, [s. l.], v. 45, n. 257, p. 536-538, 1936. Disponível em: <https://shre.ink/AG29>. Acesso em: 23 fev. 2026.

GOUROU, P. Un inventaire de la France d'Outre-Mer. **Annales de Géographie**, [s. l.], v. 59, n. 316, p. 287-289, 1950. Disponível em: <https://shre.ink/AugH>. Acesso em: 22 fev. 2026.

HAUGER, Jean. La population de la Guyane française. **Annales de Géographie**, [s. l.], v. 66, n. 358, p. 509-518, 1957. Disponível em: <https://shre.ink/AhKT>. Acesso em: 22 fev. 2026.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Le contesté franco-brésilien. **Annales de Géographie**, [s.l.], v. 10, n. 49, p. 68-70, 1901. Disponível em: <https://shre.ink/xe8t>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007. 152 p.

PRICE, Roger. **História concisa da França**. São Paulo: Edipro, 2016. 543 p.

REVERT, E. Géographie politique du monde Caraïbe. **Annales de Géographie**, [s.l.], v. 60, n. 318, p. 34-47, 1951. Disponível em: <https://shre.ink/AuaH>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MUDANÇAS DAS FRONTEIRAS E DO TERRITÓRIO CHINÊS: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA SOB O OLHAR DE GEÓGRAFOS POLÍTICOS CLÁSSICOS

CHANGES IN CHINA'S BORDERS AND TERRITORY: A GEOPOLITICAL ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF CLASSICAL POLITICAL GEOGRAPHERS

Miguel Lucas Canuto da Silva

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Bolsista CAPES

canuto.miguel313@gmail.com

Ana Márcia Moreira Alvim

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

ammalvim@gmail.com

Palavras-chave: China; Fronteiras; Território; Geopolítica; Geógrafos políticos clássicos.

Keywords: China; Borders; Territory; Geopolitics; Classical political geographers.

INTRODUÇÃO

A ascensão da República Popular da China no cenário internacional está associada à sua trajetória histórica de consolidação territorial, expansão geopolítica e fortalecimento econômico. Ao longo dos séculos, o território chinês passou por processos de expansão, retração e reorganização política, marcados tanto pela atuação das dinastias imperiais quanto pelas transformações ocorridas após a Revolução Chinesa de 1949.

Frente a tudo isso, compreender as mudanças territoriais da China torna-se essencial para analisar as disputas geopolíticas contemporâneas envolvendo recursos estratégicos, segurança territorial e controle de áreas consideradas fundamentais para a manutenção do poder estatal. Regiões como Tibete, Hong Kong e Macau revelam como a questão territorial permanece central para a política chinesa, sobretudo diante da crescente inserção do país nas cadeias globais de tecnologia, energia e exploração de recursos naturais.

Assim, com este trabalho tem-se por objetivo analisar as mudanças das fronteiras e do território da China, destacando os processos de expansão, reintegração territorial e disputas geopolíticas associadas ao fortalecimento do

Estado chinês no contexto internacional, buscando compreender de que maneira as transformações territoriais chinesas podem ser interpretadas à luz das teorias clássicas da Geografia Política e da Geopolítica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter descritivo e fundamentação bibliográfica, utilizando exclusivamente fontes secundárias⁹. Foram analisados livros, artigos científicos, documentos oficiais e bases cartográficas utilizados na pesquisa original. Para a elaboração do mapa de expansão territorial da China foi utilizado o software ArcGIS Pro, utilizando o Sistema de Coordenadas Geográficas WGS 1984. As bases cartográficas foram obtidas no GADM onde foram extraídos os shapfiles de divisão territorial da China e dos países vizinhos. O resumo apresenta um mapa central fundamental para a análise, pois ilustra a expansão territorial chinesa, pois, um mapa contendo a expansão territorial da China no passado é de grande valor para compreender a China do presente, que visa não só expansão territorial, mas também expansão econômica e de influência. Este mapa produzido a partir do georreferenciamento das dinastias chinesas descritas na obra de Emiliano Unzer (2019), permitindo visualizar as transformações territoriais do Estado chinês desde o período dinástico até o contexto contemporâneo.

Os critérios adotados na pesquisa compreenderam, primeiramente, o recorte geohistórico, histórico e comparativo, que possibilitou a integração entre tempo e espaço, permitindo a análise das dinâmicas territoriais desde a dinastia Xia (2070–1060 a.C.) até a dinastia Qing (1644–1911 d.C.). Em seguida, considerou-se o recorte geográfico e político-territorial, baseado na observação de parte do continente asiático, com o intuito de identificar os processos de expansão e retração das dinastias chinesas, bem como as influências externas sobre o país, à luz das disputas de poder e das formas de organização do território. Por fim, adotou-se o critério comparativo, fundamental para a articulação e interpretação das transformações espaciais ao longo dos diferentes períodos históricos.

⁹O resumo foi elaborado a partir do trabalho de iniciação científica “Análise Geopolítica das Relações entre a República Popular da China e suas Regiões Autônoma e Administrativas Especiais: Tibete, Hong Kong e Macau”, desenvolvido pelo autor enquanto graduando de Geografia da PUC Minas.

A análise se pauta em três poderes chaves: territorial, marítimo e terrestre definidos respectivamente pelos clássicos da geografia Política e Geopolítica Clássica Ratzel, Mahan e Mackinder.

As discussões sobre Geografia Política e Geopolítica constituem a base analítica desta pesquisa. Neste sentido é necessário destacar que, a Geografia Política e a Geopolítica são frequentemente associadas, mas autores como Miyamoto (1981) e Costa (1992) as distinguem: a primeira foca na descrição das características e da paisagem do território, enquanto a segunda analisa as estratégias que orientam a organização dos territórios e dos Estados.

Segundo Costa (1992), no âmbito da Geografia Política e Geopolítica a compreensão das estratégias de poder desenvolvidas pelos Estados sobre seus territórios, envolve aspectos econômicos, militares e territoriais. Entre os autores clássicos da Geografia Política destacam-se Friedrich Ratzel, Alfred Thayer Mahan e Halford J. Mackinder, cujas contribuições permeiam os conceitos, respectivamente, poderes territorial, marítimo e terrestre como fundamentos para o fortalecimento político e econômico dos Estados.

Para Ratzel o poder territorial estava associado à extensão do território e às riquezas naturais presentes no solo, esses fariam com que o Estado se destacasse no comércio internacional, fortalecendo-se no cenário internacional. Mahan, por sua vez, defendia que o poder marítimo estava ligado ao domínio das rotas marítimas, sustentado tanto pela marinha mercante quanto pela marinha naval, essenciais para garantir expansão econômica e proteção militar (Violante, 2023). Nestes termos, a posição geográfica e a presença de um Estado em pontos estratégicos de circulação poderiam ampliar o poder de um Estado. Já Mackinder (Costa, 1992) enfatizava o poder terrestre, considerando a mobilidade elemento central para a integração, controle territorial e fortalecimento de um Estado, mobilidade que deveria ser fortalecida por terra e por mar.

Nesse sentido, as transformações territoriais da China podem ser compreendidas a partir da articulação desses três poderes. O controle de extensas áreas territoriais ricas em recursos naturais, a ampliação de sua influência marítima e o fortalecimento das conexões terrestres e logísticas demonstram como o Estado chinês busca consolidar seu protagonismo econômico e político no cenário internacional contemporâneo, especialmente diante das disputas por recursos estratégicos e da transição energética global.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A compreensão das particularidades político-territoriais da China exige, inicialmente, uma análise espacial das regiões em destaque. A Região Autônoma do Tibete localiza-se no interior do território chinês, enquanto Hong Kong e Macau situam-se na porção litorânea, próximas a importantes centros econômicos. Essa discrepância espacial não apenas evidencia contrastes geográficos, mas também reforça diferenças históricas e funcionais que influenciam diretamente o papel dessas regiões no contexto nacional.

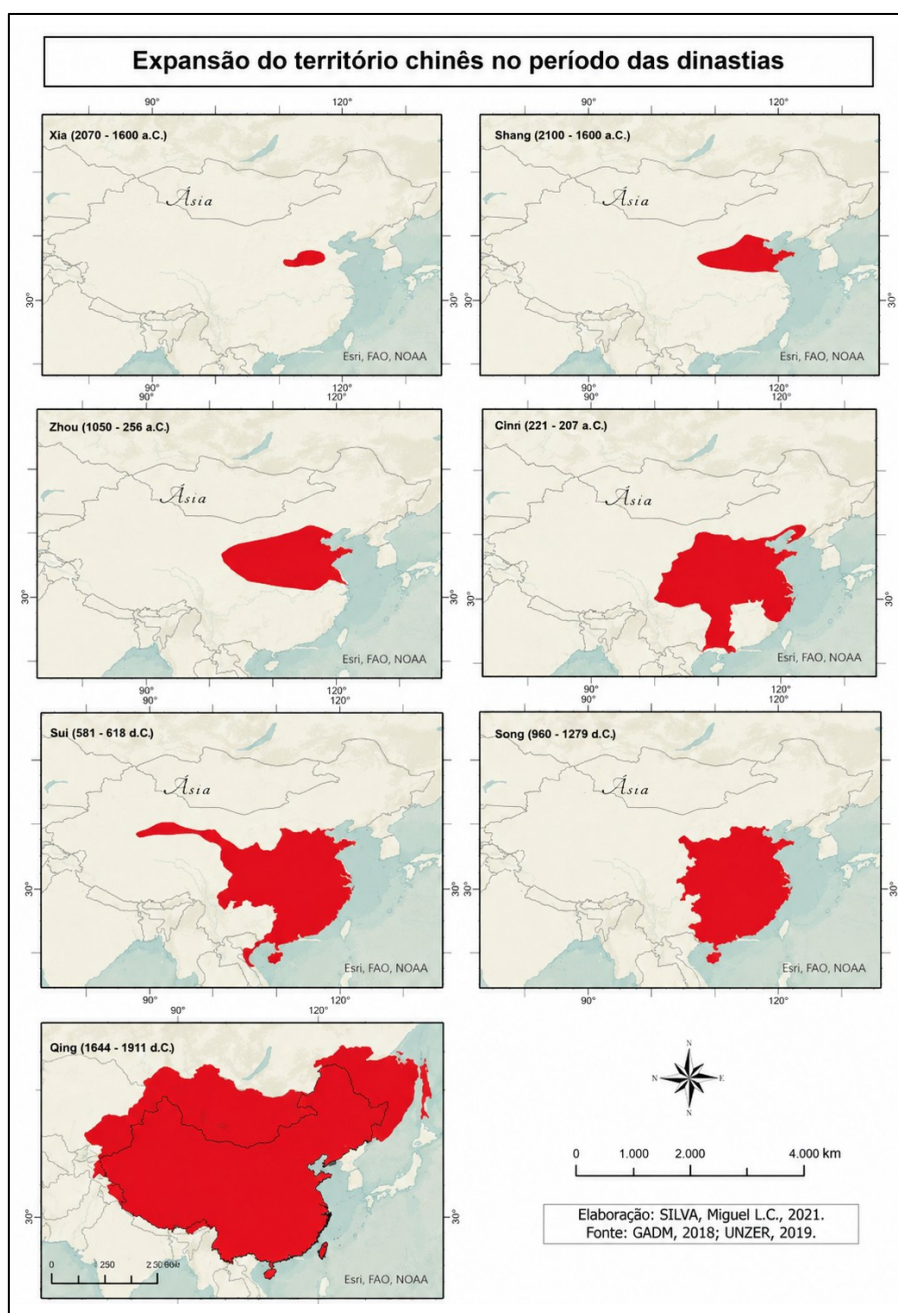
Tendo em vista a posição geográfica das regiões frente ao território chinês, é de suma importância a análise histórica da China, que evidencia que o território chinês passou por sucessivas transformações ao longo dos períodos dinásticos e da consolidação da República Popular da China. As expansões territoriais ocorridas principalmente durante as dinastias Qin, Han, Yuan e Qing permitiram a incorporação de áreas consideradas estratégicas para a manutenção do poder político e econômico. Nesse contexto, como se pode observar no Mapa abaixo, tais processos históricos refletem-se na configuração espacial do território chinês, evidenciando as mudanças que culminaram no formato territorial conhecido na atualidade.

Regiões como Tibete, Xinjiang e Mongólia Interior passaram a integrar o território chinês por sua importância geográfica, pela disponibilidade de recursos naturais e pela posição estratégica em rotas comerciais terrestres. Sob a perspectiva de Friedrich Ratzel, tais expansões relacionam-se ao fortalecimento do poder territorial, uma vez que a ampliação do território e o controle sobre áreas ricas em recursos minerais, água e terras agricultáveis contribuiriam para ampliar a capacidade econômica e política do Estado chinês.

Após a Revolução Chinesa de 1949, o governo intensificou políticas de integração territorial e fortalecimento do controle estatal sobre regiões consideradas periféricas e estratégicas. O Tibete tornou-se um dos principais focos dessa política devido à sua posição geográfica privilegiada, funcionando como área de segurança fronteiriça e importante reserva hídrica da Ásia (Leal, 2019). Xinjiang (a noroeste da China e norte do Tibete) também ganhou centralidade por concentrar reservas de petróleo, gás natural e minerais estratégicos para o desenvolvimento industrial e energético chinês (Bernard, 2008). Nesse contexto, observa-se a articulação entre o

poder territorial e o poder terrestre discutido por Mackinder, já que a China passou a investir fortemente em infraestrutura, integração logística e mobilidade terrestre por meio de rodovias, ferrovias e corredores econômicos que conectam o interior chinês a países da Ásia Central e à Europa. Com isso a China cada vez mais amplia sua capacidade de circulação, controle territorial e integração econômica. As transformações territoriais da China ao longo do tempo podem ser observadas no mapa a seguir.

Figura 1 - Expansão territorial da China no período dinástico.



Fonte: Silva (2022, p.39).

A trajetória histórica do Estado Chinês durante os períodos revolucionários, traz à tona a força de uma nação marcada pela reconstrução, restauração e reorganização de seu território e de sua sociedade. Pode-se destacar que a China experimentou diferentes modelos e vivenciou diversos acontecimentos marcantes que foram fundamentais para chegar ao sistema e organização “ideal” que o país vivencia na atualidade.

A partir dessa perspectiva, observa-se que o processo de fortalecimento do Estado chinês não se limita ao plano interno, mas se projeta na gestão de territórios estratégicos, evidenciada no caso das regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau, que se destacam no cenário internacional em razão de suas economias, de sua posição geográfica e de sua influência global, configurando-se como elementos de elevada relevância estratégica para a China no contexto contemporâneo (Oliveira, 2012; Brum, 2011).

A reintegração dessas áreas em 1997 e 1999 respectivamente, ampliou o controle da China sobre centros financeiros e portuários localizados em áreas estratégicas do comércio marítimo internacional (Oliveira, 2012; Brum, 2011). Sob a ótica do poder marítimo mahaniano, Hong Kong e Macau contribuem para o fortalecimento da presença chinesa nas rotas comerciais globais, articulando marinha mercante, circulação de mercadorias e projeção econômica internacional. Além disso, os investimentos chineses em portos, corredores marítimos e infraestrutura associados à iniciativa da Nova Rota da Seda (Pautasso, Ungaretti, 2023) demonstram como o domínio territorial, marítimo e terrestre atua de forma integrada na consolidação do poder econômico e geopolítico da China no contexto da transição energética global e da disputa por recursos estratégicos, como minerais críticos e terras raras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que as transformações territoriais experienciadas pela China no período dinástico demonstram que o país é fortemente marcado por questões relacionadas à expansão e ao território. Para evidenciar tais aspectos, foi necessário iniciar a discussão a partir das teorias geopolíticas e de uma análise geohistórica do Estado chinês. Compreender a China do passado permite entender a China do presente e observar que a relação chinesa com as regiões de destaque

varia desde interesses em recursos naturais, territoriais e econômicos até interesses de influência.

Tendo como objetivo analisar as mudanças das fronteiras e do território da China, destacando os processos de expansão, reintegração territorial e disputas geopolíticas associadas ao fortalecimento do Estado chinês no contexto internacional, este trabalho alcançou seus propósitos ao demonstrar, a partir das contribuições de Ratzel, que regiões como Tibete, Xinjiang e Mongólia Interior possuem importância geográfica estratégica e fundamental para o desenvolvimento chinês, destacando-se por seus territórios ricos em recursos naturais em diversos aspectos. Outro fator favorável à integração dessas regiões à China é a articulação entre o poder territorial e terrestre, uma vez que a posse desses territórios facilita a mobilidade terrestre e a proximidade com outros países da Ásia, conforme a abordagem geopolítica proposta por Mackinder. Além disso, ao considerar outras regiões de destaque no cenário internacional devido ao seu dinamismo econômico, Hong Kong e Macau configuram-se como áreas que fortalecem a inserção e o desenvolvimento econômico da China, além de contribuírem para o fortalecimento de seu poder marítimo, em consonância com a perspectiva clássica de Mahan, que historicamente destacou a relevância do domínio marítimo como elemento central para a projeção de poder das nações.

Na busca por alcançar os objetivos da pesquisa, utilizou-se exclusivamente de fontes secundárias e dados primários, devido à inviabilidade de realização de pesquisa de campo. Entretanto, para fortalecer a discussão, foram incorporadas as contribuições dos clássicos da geopolítica, possibilitando um viés de análise mais consistente e ampliando a compreensão do tema. Por fim, ressalta-se que a temática é ampla e apresenta diversas lacunas, possibilitando novas discussões e estudos futuros que podem aprofundar aspectos relacionados à tecnologia, energia, recursos naturais e território.

REFERÊNCIAS

BERNARD, E. **A batalha do mantra: a China e os recursos naturais do Tibete.** *O Eco*, [s. l.], 28 abr. 2008. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/16821-oeco-27219/>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRUM, J. **Os jardins históricos de Macau: proposta de um itinerário turístico.** 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec, 1992.

LEAL, J. L. A água como fator de conflitos político-militares no Sul e Sudeste Asiático: planalto do Tibete e rio Brahmaputra. **Revista Lusíada**, [s. l.], p. 9–30, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/6007>. Acesso em: 23 out. 2021.

MIYAMOTO, S. Geopolítica, ciência política e relações internacionais. **Acta Geográfica**, [s. l.], p. 11–32, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5654/actageo2014.0004.0001>.

OLIVEIRA, H. A Região **Administrativa de Hong Kong**: aspectos estruturais no pós-97. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. p. 1–16. Disponível em: <https://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/oliveirahongkong.pdf>. Acesso em: 22 maio 2026.

PAUTASSO, D.; UNGARETTI, C. R. A nova rota da seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25–44, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2016v4n3p25>. Acesso em: 5 maio 2026.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

SILVA, M. L. C. da. **Análise geopolítica das relações entre a República Popular da China e suas regiões autônomas e administrativas especiais: Tibete, Hong Kong e Macau**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

UNZER, E. **China: o passado e o presente de uma potência global**. São Paulo: Contexto, 2019.

VIOLANTE, A. R. A teoria do poder marítimo de Mahan. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 223 - 260, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4544/4396>. Acesso em: 22 maio 2026.

CARTOGRAFIA PERSUASIVA E DESINFORMAÇÃO ESPACIAL: DA PROPAGANDA GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XX À ERA DIGITAL

PERSUASIVE CARTOGRAPHY AND SPATIAL MISINFORMATION: FROM TWENTIETH-CENTURY GEOPOLITICAL PROPAGANDA TO THE DIGITAL AGE

Pedro Montebello

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

pedro.martin@educacao.mg.gov.br

Bruno Durão Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

profbrunodurao@gmail.com

Palavras-chave: cartografia persuasiva; desinformação espacial; geopolítica digital; letramento cartográfico; geotecnologias.

Keywords: persuasive cartography; spatial misinformation; digital geopolitics; cartographic literacy; geotechnologies.

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga o uso do mapa como vetor de construção de narrativas ideológicas e disseminação de desinformação, articulando a cartografia persuasiva consolidada no século XX — conceito desenvolvido por Judith A. Tyner (1974) — às manifestações contemporâneas de desinformação espacial em ambientes digitais. A pesquisa inscreve-se no campo da Geopolítica Digital e parte do reconhecimento de que os mapas, historicamente revestidos de uma “aura de verdade técnica”, não são neutros, mas permeados por relações de saber-poder (Harley, 2009).

Diante desse contexto, o problema central da pesquisa consiste em compreender de que maneira as estratégias visuais da cartografia persuasiva do século XX permanecem, são adaptadas e se intensificam nas formas contemporâneas de desinformação espacial em redes digitais. Parte-se da premissa de que a “gramática do medo” (Tyner, 1974) permanece ativa, embora reconfigurada por mecanismos algorítmicos e ressonante com valores sociais preexistentes (Herb, 2015).

O objetivo geral é analisar permanências e transformações entre a cartografia persuasiva produzida em contextos geopolíticos do século XX, especialmente na

Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e na Guerra Fria (1947-1991), e as formas contemporâneas de desinformação espacial disseminadas em plataformas digitais, discutindo suas implicações para o letramento cartográfico na educação básica. O trabalho organiza-se em três eixos claros: (1) cartografia persuasiva histórica; (2) desinformação espacial digital; (3) transposição pedagógica. A pesquisa justifica-se pela necessidade de formar cidadãos críticos diante da manipulação geográfica na chamada “era da pós-verdade” (Oliveira; Tavares, 2024).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cartografia persuasiva é compreendida como o conjunto de representações produzidas não para a orientação técnica, mas com o intuito de convencer, emocionar, mobilizar ou induzir interpretações políticas específicas (Mode, 2017). Historicamente, essa prática se consolidou por meio daquilo que Tyner (1974) denomina “gramática do medo”, caracterizada pelo uso estratégico de recursos visuais — como setas agressivas e cores alarmistas — que buscam produzir uma sensação de ameaça e urgência. No entanto, essa eficácia persuasiva não decorre apenas do design gráfico, mas do fato de esses mapas ressoarem com sistemas de valores e crenças já profundamente enraizados na sociedade (Herb, 2015).

O conceito de “gramática do medo” torna-se central ao se pressupor que a cartografia é, essencialmente, uma forma de linguagem, elemento estruturante nas áreas de Geografia e História e que se constitui, conforme aponta Castro (2017), como uma fonte riquíssima para o ofício do pesquisador. Na contemporaneidade, essa gramática é reconfigurada pela desinformação espacial digital, entendida como a circulação de representações cartográficas falsas ou manipuladas, cuja difusão é intensificada por mecanismos de recomendação e segmentação das redes sociais (Alves; Maciel, 2020). Diferentemente da propaganda analógica do século XX, o mapa digital torna-se um conteúdo dinâmico, exigindo novos letramentos para a compreensão de suas múltiplas camadas.

A base teórica deste trabalho ancora-se, portanto, na desconstrução da neutralidade cartográfica, partindo da premissa de Harley (2009) de que o mapa opera como uma linguagem de intenções e um documento político que exerce poder sobre o território e o observador. Se Monmonier (1991) demonstra que mentir com mapas é uma prática recorrente na história, Tyner (1974) e Mode (2017) definem a

cartografia persuasiva como um instrumento subjetivo de comunicação. Conflitos como a Guerra Civil Espanhola e a Guerra Fria serviram como laboratórios históricos dessa persuasão (Beiguelman-Messina, 1994; Oliveira, 2020), cujas lógicas permanecem ativas na geopolítica digital. Diante disso, Muehlenhaus (2014) defende que a rapidez na evolução das tecnologias de mapeamento web exige que os pesquisadores, professores e profissionais que estejam envolvidos com a produção e problematização de mapas, analisem as técnicas de persuasão em tempo real, sob o risco de ignorarem o profundo impacto social e ético dessas representações na era digital.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolve-se em três etapas, com distinção clara entre o já realizado e o previsto:

- Etapa 1 (em andamento): levantamento iconográfico e bibliográfico. Foram selecionados 10 mapas/cartazes históricos (período 1936-1965) dos acervos digitais *P. J. Mode Collection* (Cornell University) e *Memòria Digital de Catalunya*. Os critérios de seleção foram: presença de vetores de ameaça, distorções escalares, iconografia de cerco e uso de cores políticas. Também foram coletados três exemplos de desinformação espacial circulantes em redes sociais (2023-2025), priorizando mapas com checagem por agências de *fact-checking*.
- Etapa 2 (prevista para junho-julho de 2026): pesquisa de campo em Salamanca (Espanha). Serão consultados o Centro Documental de la Memoria Histórica (CDMH) e a Biblioteca General Histórica da USAL, com ênfase em fundos da antiga Oficina de Investigación y Propaganda Anticomunista (OIPA). Os resultados desta etapa não integram as análises do presente resumo expandido, por se tratar de uma etapa futura. Todos os mapas coletados — sejam eles mapas persuasivos do século XX ou exemplos de desinformação retirados da internet entre os anos de 2023 a 2025 — serão submetidos à comparação entre áreas representadas, verificação de projeções cartográficas e identificação de distorções geométricas. Este procedimento está em fase de teste. Os estudos iniciais foram desenvolvidos com o software QGIS, mas outros programas poderão ser incorporados futuramente.
- Etapa 3 (prevista): Elaboração de oficinas de letramento cartográfico voltadas à educação básica, fundamentadas na necessidade de um ensino de Geografia atento aos desafios contemporâneos e ao combate à desinformação espacial (CRIZEL, 2024). As atividades serão vinculadas à rede SEE-MG e estruturadas conforme a BNCC, focando em competências

específicas como a leitura crítica de representações espaciais, análise comparativa de fontes e identificação de intencionalidades políticas e ideológicas nos mapas.

- Limitação metodológica: A pesquisa ainda não realizou a etapa de campo na Espanha; portanto, os resultados aqui apresentados são parciais e baseiam-se exclusivamente em acervos digitais acessíveis remotamente. Vale ressaltar que o volume de desinformação nas redes sociais é de difícil mensuração e que, para este estudo, inicialmente, foram recolhidos exemplos que passaram por verificação prévia via agências de confirmação de desinformação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais indicam que a desinformação espacial contemporânea mantém a mesma métrica da cartografia de propaganda do século XX: a imposição de narrativa política por meio da falsa sensação de objetividade do mapa, mobilizando o pânico moral para fins de controle social.

Permanências da gramática visual do medo

A Figura 1 (cartaz republicano espanhol, 1937) exemplifica o *modus operandi* da cartografia persuasiva com uma grande seta vermelha apelando à interpretação emocional do leitor. O cartaz, que circulou durante a Guerra Civil Espanhola, acredita-se que seja no ano de 1937, expõe um momento histórico vinculado à URSS de décadas passadas. O objetivo da peça era elevar o moral do lado republicano (que lutava contra os nacionalistas de Francisco Franco), fazendo uma comparação direta entre a resistência republicana e a Guerra Civil Russa (1918-1922). No mapa, vemos a Rússia cercada por "inimigos externos" (ingleses, americanos, japoneses, franceses) e "exércitos brancos" internos. O cartaz utiliza o exemplo da vitória soviética sob cerco para projetar a possibilidade de triunfo dos republicanos espanhóis. Essa estratégia expõe a eficácia da retórica visual ao contextualizar o embate contra as forças nacionalistas de Franco, transformando a resistência histórica em argumento de mobilização política (Beiguelman-Messina, 1994).

Já a Figura 2 (*Where Next?*, 1950) opera na lógica inversa da contenção e do medo. Enquanto a Figura 1 utiliza a cartografia para evocar a esperança de vitória através de um exemplo histórico de resistência, este mapa da Guerra Fria projeta a URSS como um núcleo expansionista agressivo. As oito setas que partem do

símbolo da foice e do martelo em direção a pontos estratégicos — como Berlim, Irã e Indochina — não buscam elevar o moral, mas sim alertar para o perigo iminente. Produzido no alvorecer da Guerra da Coreia, o mapa utiliza a retórica visual para transformar a geografia política em um campo de batalha global, justificando a urgência da vigilância e da intervenção militar ocidental contra o que apresenta como um expansionismo soviético inevitável.

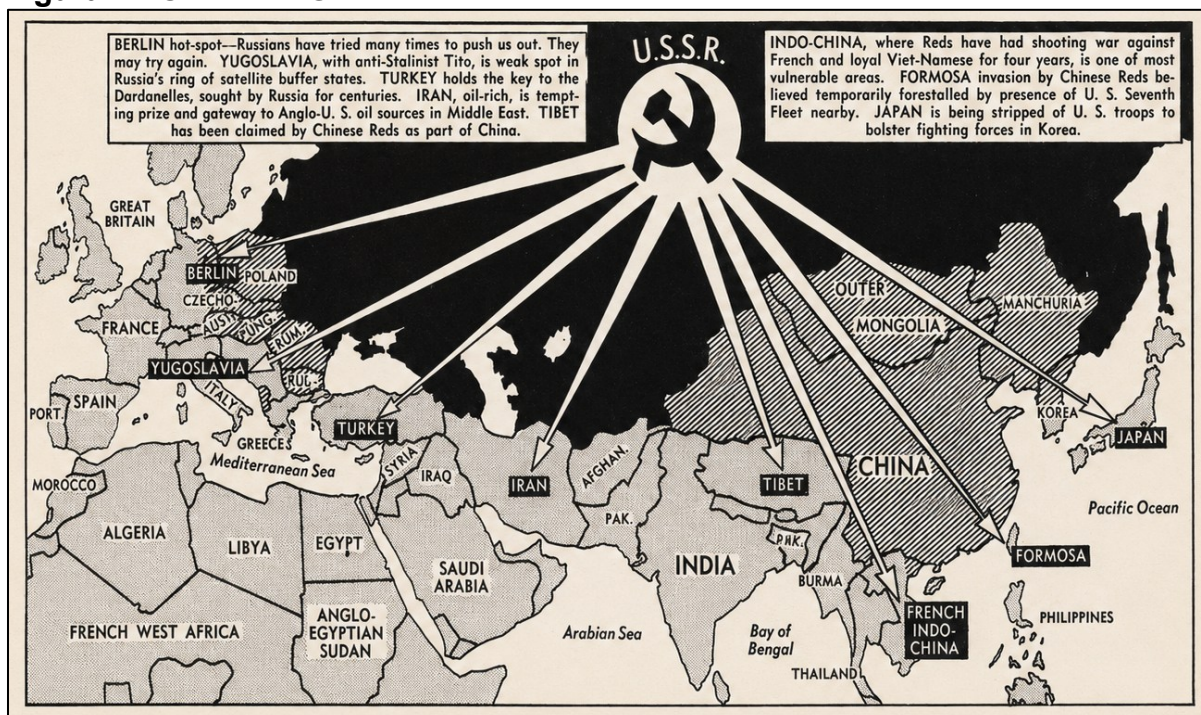
Figura 1 - Cartaz da Guerra Civil Espanhola: “A pesar de la difícil situación en que se encontró la U.R.S.S. venció: nosotros también venceremos”.



Fonte: Valência: Lit. Félix Martínez, [1937?]. Collecció Cartells del Pavelló de la República, Universidade de Barcelona.

Vale ressaltar que a cartografia persuasiva se mostrou presente em todos os grandes conflitos do século XX: 1ª Guerra Mundial, Guerra Civil Espanhola, Período Entreguerras, 2ª Guerra Mundial e a Guerra Fria. O volume documental é extenso, mas, para fins metodológicos, a pesquisa resolveu focar na Guerra Civil Espanhola e na Guerra Fria, períodos históricos bem delimitados. Vale ressaltar que a Guerra Fria compreende o período do século XX em que a ordem geopolítica foi definida pela diluição das fronteiras entre os conceitos de guerra e paz (Oliveira, 2020).

Figura 2 - Cartaz da Guerra Fria: “Where Next?”.



Fonte: Acme Newspictures, 1950. P. J. Mode Collection of Persuasive Cartography, Cornell University Library.

Desinformação espacial em plataformas digitais

Na geopolítica digital, a gramática visual da persuasão é reconfigurada pela lógica dos algoritmos e pela velocidade da desinformação viral. A Figura 3 apresenta um mapa verificado pela Agência Lupa (2025) que circulou em redes sociais como Instagram, Facebook e LinkedIn contendo informações falsas sobre a escolaridade de chefes de Estado. A peça utiliza o Brasil em destaque na cor vermelha para isolá-lo visualmente e induzir uma percepção de inferioridade socioeconômica e administrativa.

Diferentemente dos cartazes analógicos das Figuras 1 e 2, que assumiam sua natureza ideológica, este conteúdo digital tenta mimetizar a objetividade científica ao citar um suposto "levantamento" mundial sem fonte indicada. A verificação da Agência Lupa constatou a inexistência de tal pesquisa em bases acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico e Science.gov. Além disso, o mapa opera por meio da manipulação de dados biográficos: atribui falsamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o ensino primário incompleto — ignorando sua formação técnica como torneiro mecânico e o ensino fundamental completo registrados no TSE — e omite deliberadamente casos similares, como o de Salva Kiir Mayardit (Sudão do Sul), para construir a narrativa de que o Brasil seria uma "exceção" global negativa.

Esse fenômeno demonstra que a desinformação espacial contemporânea não se limita à alteração de fronteiras, mas à distorção de indicadores sociais projetados sobre o território . Enquanto os cartazes históricos dependiam de uma circulação física e estatal, este mapa é amplificado por mecanismos de recomendação e segmentação automatizada, que entregam o conteúdo a nichos específicos, reforçando bolhas ideológicas (Muehlenhaus, 2014).

Figura 3 - Mapa com informações falsas sobre o grau de escolaridade de chefes de Estado, checado pela Agência Lupa em 2025.



Fonte: Agência Lupa, 2025.

Transposição Pedagógica: Oficinas de Letramento Cartográfico Crítico

A terceira etapa da pesquisa prevê a aplicação de oficinas voltadas ao Ensino Médio, estruturadas para operacionalizar as competências EM13CHS103 e EM13CHS106 da BNCC. O objetivo é capacitar o estudante a decodificar a "gramática do medo" e a "estética da objetividade" presentes tanto em acervos históricos quanto em *feeds* de redes sociais. A oficina divide-se em três momentos metodológicos:

1. Desconstrução de Narrativas e Análise de Fontes (BNCC – EM13CHS103): Utilizando o método comparativo, os alunos serão provocados a analisar a Figura 1 (Guerra Civil Espanhola) e a Figura 3 (Desinformação Digital). A atividade consiste em identificar quem é o emissor, qual o público-alvo e qual emoção a linguagem visual pretende despertar. Ao confrontar o mapa de escolaridade (Fig. 3) com os dados oficiais do TSE e agências de *fact-checking*, o aluno exercita a elaboração de hipóteses e a seleção de evidências, compreendendo que o mapa é um argumento visual, e não um espelho da realidade.
2. Auditoria e Confronto de Linguagens (BNCC – EM13CHS106): Neste estágio, propõe-se o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Os estudantes utilizarão ferramentas de geoprocessamento simples ou globos virtuais (como o Google Earth) para verificar distorções escalares e de projeção em mapas persuasivos. O exercício envolve:
 - Identificação de Vetores: Analisar como setas e cores (como o uso do vermelho para indicar perigo ou atraso) direcionam o olhar.
 - Checagem de Dados Espaciais: Comparar a representação cartográfica com dados estatísticos reais, promovendo o uso ético e reflexivo da informação digital.
3. Protagonismo e Autoria na Era da Pós-Verdade: A culminância da oficina prevê que os alunos produzam pequenos "contra-mapas" ou infográficos explicativos desmentindo uma peça de desinformação espacial selecionada por eles. Essa prática fomenta a autoria e o protagonismo, exigindo que o estudante aplique o letramento cartográfico para difundir informações verificadas de forma crítica e ética.

A proposta pedagógica sustenta que o letramento cartográfico no século XXI não deve se restringir à leitura de coordenadas e legendas, mas sim evoluir para uma semiótica do poder espacial. Ao entender que a imprecisão entre guerra e paz (Oliveira, 2020) também se manifesta no território digital, o aluno torna-se menos vulnerável a manipulações geopolíticas que utilizam a autoridade do mapa para validar discursos de ódio ou preconceitos socioeconômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da cartografia como instrumento de poder (Harley, 2009), e não mera representação técnica (Monmonier, 1991), une as práticas de propaganda do século XX às dinâmicas de desinformação digital do século XXI. Segundo Oliveira e Tavares (2024), o avanço técnico-científico-informacional remodelou a circulação de saberes, mantendo atual o conceito de "saber-poder" cartográfico, embora sob nova lógica de propagação. Historicamente, a cartografia persuasiva analógica operava via instituições estatais com uma "gramática do medo", materializada em cartazes e jornais. Na era digital, a narrativa deslocou-se para redes sociais e algoritmos que priorizam o engajamento, pautando-se pela pós-verdade e pela fragmentação de agentes.

A estética também sofreu mutações: a persuasão por ilustrações manuais deu lugar a uma "estética de dados" que mimetiza o rigor científico, conferindo falsa autenticidade a informações manipuladas. Oliveira e Tavares (2024) destacam que essa distorção impacta a educação geográfica ao inviabilizar o raciocínio crítico na educação básica. Assim, o combate ao fenômeno exige, além da crítica semiótica, o domínio de auditorias via SIG e um letramento cartográfico robusto para identificar as intencionalidades por trás dos códigos digitais.

Resultados parciais demonstram que a tecnologia reconfigurou, mas não extinguiu, a manipulação cartográfica do século XX. O estudo prosseguirá com pesquisa de campo (2026) e monitoramento digital, visando articular a análise histórica à problematização do presente para fomentar um ensino de cartografia crítico e reflexivo.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA LUPA. **É falso que Lula seja o líder mundial menos escolarizado; mapa é enganoso**. Agência Lupa, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://www.agencialupa.org/jornalismo/2025/04/09/e-falso-que-lula-seja-o-lider-mundial-menos-escolarizado-mapa-e-enganoso/>. Acesso em: 7 maio 2026.
- ALVES, S. A. M.; MACIEL, H. R. E. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. **Internet & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 144-171, 2020.
- BEIGUELMAN-MESSINA, G. **A Guerra Civil Espanhola 1936-1939**. São Paulo: Scipione, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CARTELLS DEL PAVELLÓ DE LA REPÚBLICA. **Memòria Digital de Catalunya (MDC)**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2026. Disponível em: <https://mdc.csuc.cat/digital/collection/pavellorepu>. Acesso em: 7 maio 2026.
- CASTRO, J. F. M. **Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.
- CRIZEL, J. V. **Fake News e o Ensino de Geografia**: A importância da Educação Midiática em ambientes escolares. 2024. 69 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.
- HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, [S. l.], n. 5, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724>. Acesso em: 7 maio 2026.
- HERB, G. H. Geopolitics and Cartography. In: MONMONIER, M. (org.). **The History of Cartography**: Cartography in the Twentieth Century. Chicago: University of Chicago Press, 2015. v. 6, p. 539-548.
- MODE, P. J. “Not maps at all”: what is persuasive cartography? And why does it matter? **The Portolan: Journal of the Washington Map Society**, [S. l.], n. 100, p. 8-26, winter 2017.
- MONMONIER, M. **How to lie with maps**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- MUEHLENHAUS, I. Going Viral: The Look of Online Persuasive Maps. **Cartographica**, Toronto, v. 49, n. 1, p. 18-34, 2014.
- OLIVEIRA, G. A. A. Os mapas de propaganda durante a Guerra Fria. **Cadernos do Leste**, [S. l.], 2020.
- OLIVEIRA, J. M.; TAVARES, F. R. Os desafios para a educação geográfica na era da pós-verdade. **Revista Eletrônica do NIESBF**, [S. l.], v. 13, n. 4, 2024.

PARDINI, H. **Interpretação profunda de mapas**. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

PERSUASIVE CARTOGRAPHY: THE P. J. MODE COLLECTION. **Cornell University Library Digital Collections**. Disponível em: <https://digital.library.cornell.edu/collections/pjmode>. Acesso em: 7 maio 2026.

TYNER, J. A. **Persuasive Cartography**: An Examination of the Map as a Subjective Tool of Communication. 1974. Tese (Doutorado em Geografia) – University of California, Los Angeles, 1974.

IMAGINÁRIOS GEOPOLÍTICOS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: ENTRE A GRANDE MÍDIA E AS REDES SOCIAIS

GEOPOLITICAL IMAGINATIONS OF HIGH SCHOOL STUDENTS: BETWEEN MAINSTREAM MEDIA AND SOCIAL NETWORKS

Francisco Fernandes Ladeira

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Ouro Preto
ffernandesladeira@yahoo.com.br

Pedro Luiz Teixeira de Camargo

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Ouro Preto
pedro.camargo@ifmg.edu.br

Palavras-chave: Geopolítica; mídia; imperialismo; estudantes; ensino de Geografia.

Keywords: Geopolitics; media; imperialism; students; geography education.

INTRODUÇÃO

No contexto de escrita deste artigo, no primeiro semestre de 2026, alguns focos de tensão geopolítica estavam presentes (em maior ou menor intensidade) nos noticiários internacionais da grande mídia brasileira – nomenclatura utilizada para descrever o oligopólio que controla a maior parte da informação à qual os brasileiros têm acesso, a exemplo dos grupos Globo, Folha e Estado de São Paulo. Trata-se da guerra entre Rússia e Ucrânia, das agressões israelenses (com apoio estadunidense) à Faixa de Gaza, ao Irã e ao Líbano, das tensões diplomáticas e militares envolvendo os Estados Unidos e a Venezuela, da intensificação do bloqueio a Cuba imposto por Washington e da disputa comercial entre as duas maiores potências globais: Estados Unidos e China.

Entretanto, as coberturas midiáticas sobre esses acontecimentos não contemplavam os preceitos básicos do jornalismo, isto é, não abordaram os fatos a partir de seus múltiplos ângulos, concedendo o mesmo espaço à divulgação dos argumentos de todos os lados envolvidos. Em grande medida, os acontecimentos internacionais anteriormente citados foram enquadrados por narrativas próximas aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos e de seus aliados, o que reforça a necessidade de uma leitura crítica das mediações jornalísticas.

Embora não haja um determinismo manipulador das massas pela mídia, pesquisadores como Silva (1985) e Ladeira (2018) concluíram que, em relação a temas presentes nos noticiários internacionais, sobre os quais as pessoas

geralmente possuem menos “quadros de referência” para contrapor ao discurso midiático, os grandes veículos de comunicação exercem uma influência considerável na formação da opinião do público (Aldé, 2004).

Silva (1985), ao analisar a audiência do Jornal Nacional entre trabalhadores, constatou que o principal noticiário televisivo brasileiro não manipula automaticamente o proletariado, uma vez que o público é capaz de ressignificar a mensagem de acordo com sua visão de mundo. Todavia, o autor faz uma ressalva: quanto mais distante um indivíduo está de um acontecimento, maior a probabilidade de ele aderir ao discurso midiático. Assim, os noticiários internacionais, na ausência de perspectivas alternativas, tendem a influenciar o que pensamos sobre outros povos e regiões do planeta.

Em pesquisa com alunos do ensino médio, Ladeira (2018) identificou que os imaginários geopolíticos dos participantes são influenciados pelos discursos da mídia hegemônica. Países, personalidades políticas e sistemas econômicos representados positivamente nos noticiários foram igualmente avaliados de forma favorável pelos estudantes. Em contrapartida, povos, nações, crenças, ideologias e políticos estigmatizados pela mídia hegemônica receberam representações negativas.

Por outro lado, estudos recentes apontam para a emergência de um novo cenário informacional, caracterizado por uma influência reduzida dos veículos jornalísticos de grande circulação na formação dos imaginários geopolíticos do público. Em determinados casos, as pessoas chegam a adotar posicionamentos completamente divergentes das linhas editoriais dos principais veículos de imprensa do país. Esse cenário pode ser observado na cobertura sobre a geopolítica da Palestina, por exemplo. Historicamente, a grande mídia brasileira tende a adotar uma linha editorial em defesa do Estado de Israel, frequentemente omitindo a perspectiva do povo palestino. Contudo, uma pesquisa do Pew Research Center revelou que, em 2025, 58% dos brasileiros tinham uma visão desfavorável sobre Israel, enquanto apenas 32% se mantinham favoráveis. Sobre o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, 63% declararam desconfiança em sua atuação internacional (Silver, 2025).

Assim, o presente trabalho analisa como os diferentes tipos de cobertura midiática influenciam a construção dos imaginários geopolíticos de estudantes do ensino médio. Para tanto, foram aplicados questionários a esse público, visando

analisar sua compreensão acerca de focos de tensão atuais relacionados à Palestina, Israel, Irã, Rússia, Ucrânia, Estados Unidos, China e Coreia do Norte. Desse modo, o problema central da pesquisa consiste em compreender de que maneira as fontes de informação acessadas pelos estudantes — especialmente a grande mídia, os portais digitais e as redes sociais — interferem na construção de representações, julgamentos e estereótipos sobre atores geopolíticos contemporâneos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, os diversos meios de comunicação de massa têm desempenhado importantes funções nas relações internacionais. Tanto como “atores geopolíticos” – com a influência dos grandes grupos de comunicação nas políticas externas das diferentes nações – quanto como “instrumentos geopolíticos” – pois a visibilidade midiática é fundamental para qualquer ator geopolítico (Chomsky; Herman, 1994; Gilboa, 2001; Camargo, 2003). No caso da internet, há algumas peculiaridades a se destacar. Diferentemente de outras mídias, na internet, os seus usuários não são apenas consumidores de informações; também são potenciais produtores e difusores de informações.

No âmbito da Geografia Escolar, os imaginários geopolíticos podem ser compreendidos como construções sociais e discursivas por meio das quais os sujeitos atribuem sentidos a países, povos, conflitos, ideologias e lideranças internacionais. Esses imaginários não resultam apenas da experiência direta, mas também de mediações simbólicas produzidas por livros didáticos, professores, redes sociais, plataformas digitais e veículos jornalísticos. Assim, compreender como estudantes interpretam atores geopolíticos contemporâneos permite avaliar não apenas seus conhecimentos sobre relações internacionais, mas também os repertórios culturais e informacionais que orientam sua leitura de mundo.

Diante dessa realidade informacional, torna-se fundamental que a Geografia Escolar adote a chamada “educação midiática”, definida por Buckingham (2019) como proposta pedagógica que tem por objetivo não apenas entender como os meios de comunicação funcionam, mas preparar os jovens para o uso crítico e consciente dos diferentes tipos de mídia. Para Machado (2023), quanto mais professores incorporarem camadas de “educação midiática” às suas práticas pedagógicas (o que compreende temas ligados à cidadania e à cultura digital, leitura

crítica de informações, autoexpressão responsável e uso seguro da internet), maior a contribuição da escola na formação de gerações conscientes dos desafios do mundo conectado.

METODOLOGIA

A metodologia adotada por esta pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, utilizou como instrumento de coleta questionários presenciais aplicados a trezentos e setenta alunos do ensino médio do campus de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). O questionário foi elaborado com o objetivo de diagnosticar associações livres, rastrear fontes de informação e avaliar a profundidade do conhecimento dos estudantes.

O instrumento combinou questões abertas e fechadas, permitindo tanto a identificação das fontes de informação utilizadas pelos estudantes quanto a análise qualitativa das associações livres e das representações atribuídas aos atores geopolíticos investigados. As respostas foram organizadas por recorrência temática, sendo posteriormente agrupadas em categorias interpretativas relacionadas à presença ou ausência dos temas na agenda midiática, ao grau de familiaridade dos estudantes com os acontecimentos internacionais e à influência das redes sociais na formação de opiniões.

Participaram da presente pesquisa alunos do 1º e do 2º ano do Ensino Médio, compreendendo a faixa etária entre 15 e 17 anos. A seleção do público participante justifica-se pelo fato de que a capacidade cognitiva necessária ao desenvolvimento de abstrações, condição *sine qua non* para compreender questões geopolíticas, consolida-se apenas a partir de uma faixa etária que, em média, corresponde à do Ensino Médio (Pereira; Santos; Carvalho, 1991). Portanto, esses estudantes já apresentam maturidade intelectual suficiente para fornecer respostas satisfatórias sobre a temática proposta por esta pesquisa.

As perguntas apresentadas nos questionários abordavam: os conhecimentos dos alunos sobre os atores geopolíticos citados no último parágrafo do tópico anterior; as representações (imagens acústicas) acerca desses atores; os veículos de comunicação utilizados para obter informações sobre o que ocorre no mundo; e as análises sobre os discursos presentes nas coberturas dos noticiários internacionais.

Os questionários foram aplicados de forma presencial, em dezembro de 2025 e janeiro de 2026, com preservação do anonimato dos participantes e uso dos dados exclusivamente para fins acadêmicos, observando-se os cuidados éticos necessários em pesquisas realizadas no contexto escolar.

Importante ressaltar que, na instituição onde foi realizada nossa pesquisa, devido à reposição das aulas paralisadas após movimentos grevistas, o calendário letivo previsto para o ano de 2025 somente foi finalizado em março do ano seguinte. Portanto, os estudantes não tiveram as férias que tradicionalmente ocorrem no primeiro mês do ano. Dessa forma, a aplicação dos questionários, bem como a escrita deste trabalho, ocorreu em dezembro de 2025 e janeiro de 2026.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das respostas dos alunos, foram identificados três padrões recorrentes na relação entre a agenda midiática e a compreensão dos fatos. O primeiro padrão, denominado “esquecimento”, ocorre quando temas geopolíticos deixam de ser noticiados – como observado no caso do conflito entre Rússia e Ucrânia –, o que leva à perda de referências por parte dos estudantes. O segundo padrão surge quando o assunto se mantém em evidência, a exemplo da Questão Palestina, permitindo que os alunos formulem opiniões mais estruturadas. Já o terceiro padrão emerge diante de acontecimentos ainda em curso, “no calor do fato”, como as recentes ações dos Estados Unidos na Venezuela, resultando apenas em percepções fragmentadas.

Entre as respostas analisadas, observou-se que os temas mais presentes no noticiário recente foram mencionados com maior frequência e com maior grau de detalhamento pelos estudantes, enquanto conflitos menos visíveis na agenda midiática tenderam a aparecer de forma vaga, desatualizada ou associada a estereótipos.

Em um segundo eixo, a investigação revela profundas transformações no ecossistema informacional. Os alunos, majoritariamente, não acessam notícias sobre o cenário internacional por meio das mídias tradicionais, migrando quase integralmente para a internet e as redes sociais. Do total de 370 respondentes, 97% declararam obter informações internacionais prioritariamente por redes sociais, enquanto apenas 3% indicaram telejornais ou jornais impressos como principais fontes de consulta.

Esse deslocamento não significa, necessariamente, maior autonomia interpretativa. Embora as redes sociais ampliem a pluralidade de fontes, elas também operam por lógicas algorítmicas que tendem a reforçar bolhas informacionais, simplificações narrativas e conteúdos de forte apelo emocional. Assim, os estudantes podem escapar parcialmente da agenda dos grandes grupos de comunicação, mas permanecer vulneráveis a outras formas de mediação e indução discursiva.

Ou seja, se essa nova dinâmica amplia o acesso a múltiplos pontos de vista, por outro lado expõe os jovens a um risco considerável: a disseminação de conteúdos sem compromisso com a veracidade dos fatos. Dessa forma, quanto mais restrito o repertório de informações confiáveis sobre um país – como se verifica nos imaginários dos estudantes acerca do Irã e da Coreia do Norte, frequentemente caricaturados –, maior a propensão à reprodução de notícias falsas, seja por alinhamento ideológico, seja pela ausência de contrapontos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de nossa pesquisa indicam que os imaginários geopolíticos dos estudantes do ensino médio são atravessados por diferentes regimes de mediação informacional. A mídia hegemônica ainda exerce influência relevante na definição dos temas considerados importantes, mas as redes sociais assumem papel cada vez mais expressivo na circulação de interpretações, julgamentos e estereótipos sobre os atores geopolíticos contemporâneos.

Diante do cenário aqui apontado, conclui-se que um dos grandes desafios para os professores de Geografia na contemporaneidade é formar estudantes capazes de escapar de duas armadilhas simétricas: a vulnerabilidade aos discursos tendenciosos dos grandes grupos de comunicação, historicamente alinhados a interesses imperialistas, e a exposição constante à desinformação que prolifera nas redes sociais. Nesse sentido, mais do que “transmitir” conteúdos programáticos, a Geografia é convocada a ocupar um lugar estratégico na construção de uma leitura crítica, ética e plural do mundo.

Além do mais, os achados deste trabalho sugerem que a simples disponibilidade de informações na internet não é suficiente para garantir uma visão geopolítica mais autônoma entre os jovens. É necessário que a escola atue deliberadamente no desenvolvimento de competências midiáticas, incentivando os

estudantes não apenas a acessar fontes diversas, mas também a confrontar narrativas, identificar silêncios e perceber os interesses subjacentes às coberturas jornalísticas.

Sem essa mediação pedagógica, o risco é que o ecossistema digital, em vez de ampliar horizontes, reforce bolhas informacionais e estereótipos, comprometendo a própria formação de uma cidadania global crítica e solidária.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, A. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. São Paulo: FGV, 2004.

BUCKINGHAM, D. **The media education manifesto**. Cambridge, Londres: Polity Press: 2019.

CAMARGO, J. F. **Mídia e Relações Internacionais: lições da Invasão do Iraque em 2003**. (ano 2009) 2ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

CHOMSKY, N.; Herman, E. **Manufacturing Consent**. NY: Vintage Books, 1994.

GILBOA, E. Diplomacy in the media age: Three models of uses effects. **Diplomacy & Statecraft**, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2001.

LADEIRA, F. F. **A geopolítica mundial na mídia: conceitos, valores e discursos presentes no ensino de Geografia na educação básica**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, 2018.

MACHADO, D. Educação midiática precisa de mais holofotes, EducaMídia, Colunas e Artigos, Instituto Palavra Aberta, São Paulo, 16 de agosto de 2023. Disponível em: <https://educamidia.org.br/educacao-midiatica-precisa-de-mais-holofotes/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

PEREIRA, D.; SANTOS, D.; CARVALHO, M. de. A Geografia no 1º Grau. In: CORDEIRO, H. K. et al. **Prática de ensino em Geografia**. São Paulo: Marco Zero, p. 121-131, 1991.

SILVA, C. E. L. da. **Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

SILVER, L. **Most people across 24 surveyed countries have negative views of Israel and Netanyahu**, Pew Research Center, June 3, 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2025/06/03/most-people-across-24-surveyed-countries-have-negative-views-of-israel-and-netanyahu/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

O CARSTE E O CAMPO DE BATALHA: IMPLICAÇÕES DA GEOLOGIA E DA GEOMORFOLOGIA NAS TÉCNICAS DE COMBATE

KARST AND THE BATTLEFIELD: IMPLICATIONS OF GEOLOGY AND GEOMORPHOLOGY FOR COMBAT TECHNIQUES

Luiz Eduardo Panisset Travassos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

luizepanisset@gmail.com

Palavras-chave: carste; cavernas; geografia militar; geomorfologia.

Keywords: karst; caves; military geography; geomorphology.

INTRODUÇÃO

A relação entre geologia, relevo e guerra constitui um tema ainda pouco explorado quando o foco recai sobre sistemas cársticos, cavernas e demais estruturas subterrâneas. Em operações militares, o terreno não atua apenas como suporte físico para deslocamento de tropas e equipamentos, mas como fator ativo que condiciona mobilidade, visibilidade, proteção, comunicação, abastecimento, capacidade defensiva e permanência no espaço. A geociência militar (Bondesan; Ehlen, 2022; Mather; Rose, 2012), nesse sentido, compreende a aplicação integrada da geologia, da geomorfologia, da hidrogeologia, da cartografia e da análise do terreno às necessidades operacionais, logísticas e estratégicas das forças armadas.

Essa abordagem é relevante porque a geociência militar não trata apenas da descrição do relevo, mas da avaliação de como solo, rocha, água, declividade, visibilidade, trafegabilidade e formas subterrâneas interferem nas decisões de comando. Bondesan e Ehlen (2022) observam que a geologia e a geografia aplicadas à esfera militar abrangem desde o apoio tático direto até atividades estratégicas, incluindo análise de terreno, recursos hídricos, obras de engenharia, cartografia, sensoriamento remoto e avaliação ambiental. Portanto, o carste deve ser compreendido como componente operacional do espaço, e não apenas como paisagem natural ou patrimônio geomorfológico.

Nesse universo, o carste possui relevância singular. Como sistema hidrogeomorfológico marcado pela dissolução de rochas solúveis e pela integração entre superfície e subsuperfície, pode incluir cavernas, condutos, dolinas, sumidouros, ressurgências, drenagens subterrâneas e maciços compartimentados (Ford; Williams, 2007). Em contextos tropicais, essa discussão não se limita às

rochas carbonáticas, pois cavidades e feições análogas também podem ocorrer em quartzitos, formações ferruginosas e outros litotipos (Travassos, 2019). Tais feições produzem uma espacialidade descontínua e tridimensional, na qual a superfície visível representa apenas parte do sistema territorial efetivamente disponível para circulação, ocultamento, defesa e ataque.

O objetivo desta pesquisa é analisar de que modo a geologia, a geomorfologia cárstica e os ambientes subterrâneos influenciaram técnicas de combate em diferentes contextos históricos e geográficos. Para tanto, articulam-se exemplos da Primeira Guerra Mundial, da Segunda Guerra Mundial, da Guerra do Vietnã, do Afeganistão e de conflitos recentes no Oriente Médio. A hipótese central é que cavernas, túneis, *adits*, *qanats*, condutos e dolinas podem transformar o campo de batalha em um espaço tridimensional, no qual o controle da superfície não garante, necessariamente, o controle do território.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A geologia militar pode ser entendida como aplicação das ciências da Terra a problemas de terreno, água, fundações, construção de estradas, aeródromos, fortificações, escavações e estruturas subterrâneas. Bondesan e Ehlen (2022) enfatizam que a geociência militar moderna opera em uma interface ampla, reunindo geologia de engenharia, hidrogeologia, geofísica, geomorfologia, geotecnologias, sensoriamento remoto, arqueologia de conflito e análise histórica do campo de batalha. Essa leitura permite superar uma abordagem meramente descritiva do relevo, pois considera o terreno como variável operacional que interfere na decisão militar.

No caso do subterrâneo, Eastler (2004) propõe uma distinção útil entre cavidades naturais e estruturas escavadas. As primeiras incluem cavernas em paisagens cársticas, tubos de lava e vazios produzidos por falhas, fratura ou dissolução; as segundas abrangem túneis em rocha, galerias, abrigos e estruturas construídas pelo método *cut-and-cover*.

Eastler (2004) também ressalta que o uso militar do subterrâneo foi historicamente subestimado, embora cavidades naturais e estruturas escavadas tenham sustentado operações defensivas e ofensivas em diferentes períodos. A ideia de *underground facilities* permite reunir cavernas, minas, túneis, aquedutos, galerias e abrigos sob uma mesma chave analítica, desde que esses espaços

comportem combatentes, equipamentos ou recursos. Para este artigo, tal conceito é útil porque evita separar rigidamente o natural e o artificial, mostrando que ambos podem desempenhar funções militares semelhantes quando apropriados por estratégias de ocultamento, fortificação e resistência.

Todas, quando capazes de abrigar pessoas, equipamentos ou recursos de guerra, podem funcionar como instalações subterrâneas com valor militar. Essa noção é decisiva para aproximar a geomorfologia cárstica da geografia militar, pois cavernas naturais e redes artificiais podem convergir funcionalmente como abrigo, rota, depósito, hospital, posto de comando ou espaço de evasão.

A hidrogeologia acrescenta outra dimensão ao problema. Mather e Rose (2012) indicam que o conhecimento hidrogeológico militar envolve abastecimento de água para combatentes e infraestruturas, influência da água rasa sobre mobilidade, túneis e minas, contaminação, treinamento e uso da água como fonte potencial de conflito. Willig e Häusler (2012), ao analisarem a atuação alemã na Primeira Guerra Mundial, mostram que geólogos militares elaboraram mapas de prospecção de água subterrânea, avaliaram poços, nascentes e drenagem de sítios militares, além de orientar medidas de higiene para evitar contaminação. Em áreas cársticas, essa questão é ainda mais sensível, porque condutos, fissuras e sumidouros podem acelerar fluxos subterrâneos e ampliar riscos de contaminação ou inundação.

A água subterrânea também aparece como elemento histórico de defesa e permanência. Mather e Rose (2012) lembram que túneis, poços e captações subterrâneas foram decisivos para cidades sitiadas, pois garantiam abastecimento protegido quando fontes superficiais podiam ser cortadas ou contaminadas. Eastler (2004) menciona que *qanats*, cisternas e túneis de acesso à água, embora nem sempre construídos originalmente para fins militares, foram empregados em situações de evasão, abrigo e sustentação logística. Em áreas cársticas, essa dimensão é ampliada, pois nascentes, condutos e aquíferos fissurais podem simultaneamente favorecer a permanência e expor tropas a riscos de contaminação, escassez ou inundação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui caráter qualitativo, exploratório e bibliográfico. Foram selecionadas referências sobre geociência militar, geografia militar, geomorfologia cárstica, guerra subterrânea e uso militar de cavernas. O corpus foi organizado em

quatro eixos interpretativos: proteção, ocultação, mobilidade e logística. Esses eixos permitem compreender como ambientes subterrâneos modificam técnicas de combate sem reduzir a análise à narrativa de batalhas. Os estudos de caso foram escolhidos por sua relevância histórica, diversidade geomorfológica e disponibilidade de literatura técnico-científica: frente do Isonzo/Soča; uso nazista de cavernas e túneis; Bósnia durante a Segunda Guerra Mundial; Vietnã; Afeganistão; Mossul, no Iraque; e experiências históricas em carstes tropicais.

A análise também buscou diferenciar três situações frequentemente confundidas: uso de cavernas naturais, uso de túneis artificiais e uso combinado de formas naturais e escavadas. Essa distinção é importante porque a origem geomorfológica ou construtiva da cavidade modifica os riscos, os modos de acesso, a estabilidade, a ventilação, a drenagem, a possibilidade de expansão e a visibilidade externa. Assim, a vantagem militar do subterrâneo não deriva apenas de “estar abaixo da superfície”, mas da articulação entre material geológico, morfologia, posição topográfica, conectividade, água, conhecimento local e organização tática.

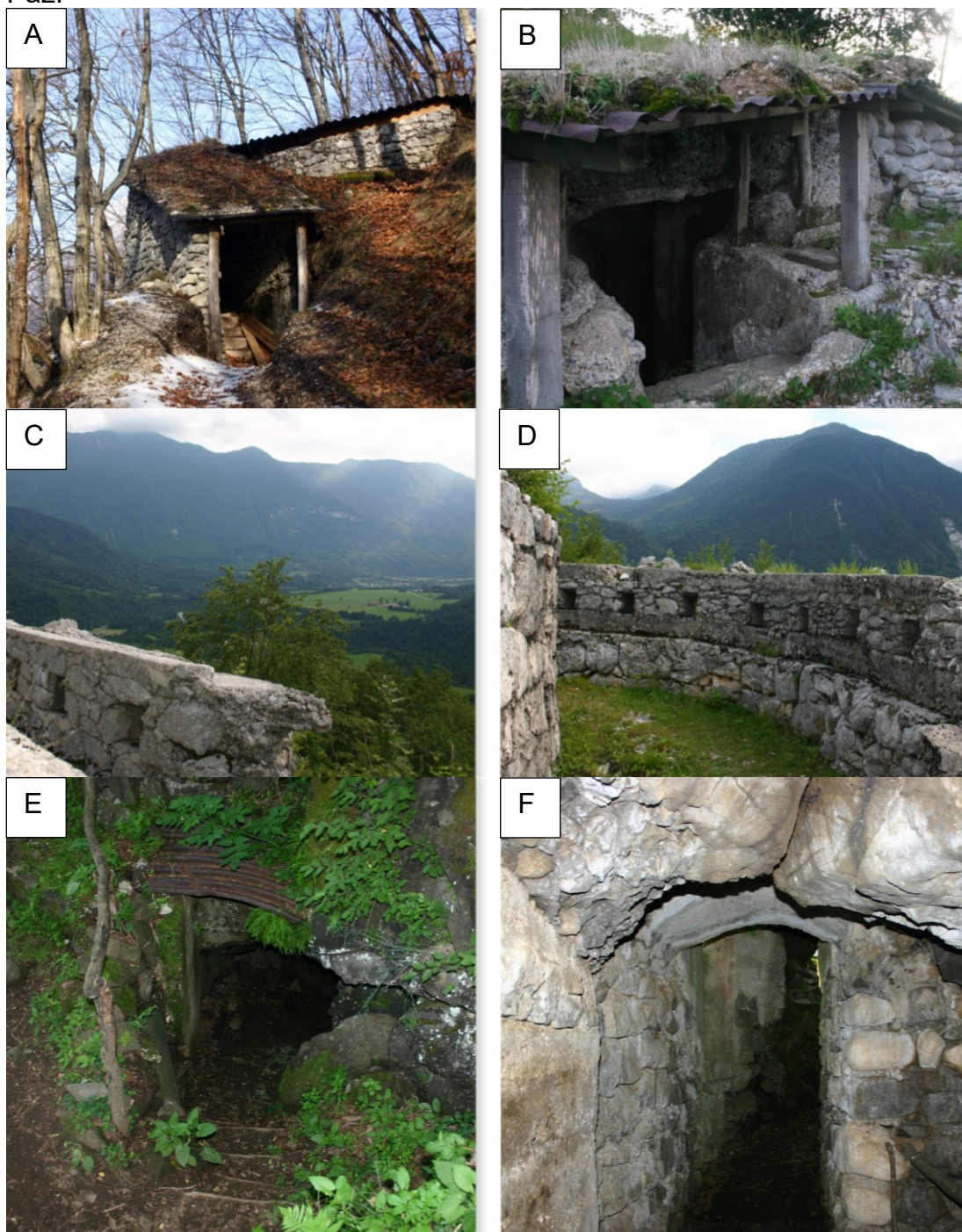
Convém acrescentar que a escolha dos estudos de caso não pretende estabelecer uma cronologia exaustiva da guerra subterrânea. O recorte privilegia situações em que a forma do relevo, o tipo de rocha, a presença de vazios naturais ou artificiais e a disponibilidade de água alteraram práticas de combate. Com isso, a análise desloca o foco da tecnologia bélica isolada para a interação entre técnica militar e materialidade geográfica. Essa opção metodológica aproxima a carstologia, a geomorfologia e a história militar, permitindo observar como conhecimentos locais e científicos sobre o subterrâneo podem ser incorporados a estratégias de defesa, ataque e sobrevivência. Esse cuidado evita generalizações e fortalece a coerência entre exemplos históricos, conceitos geomorfológicos e evidências documentais disponíveis para cada caso analisado neste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Primeira Guerra Mundial, o exemplo da frente do Isonzo/Soča evidencia a incorporação institucionalizada da geologia ao combate em área montanhosa e cárstica. Häusler (2019) registra a atuação de geólogos militares austro-húngaros na investigação de cavernas naturais, nascentes, poços, cisternas, materiais de construção e perfis geológicos de túneis e escavações. Nesses ambientes, cavernas e túneis não eram apenas refúgios ocasionais; constituíam elementos integrados à

avaliação de posições, rotas, abrigos, água e fortificação. A estabilidade das escavações, a presença de infiltrações, a resistência da rocha e a possibilidade de construir abrigos condicionavam decisões militares (Figura 1).

Figura 1 – Exemplos das posições fortificadas Austro-húngaras na região do Vale do Soča, Eslovênia. Em A e B, trincheiras restauradas em Kolovrat. C e D mostram vestígios de posições de artilharia no monte Čelo. E e F mostram exemplos de cavernas fortificadas em Ravelnik. Todos os sítios hoje fazem parte de um Museu a Céu aberto denominado Caminhos da Paz.



Fonte: Acervo pessoal.

Essa leitura dialoga com os estudos sobre trincheiras e obras subterrâneas da Primeira Guerra Mundial. Doyle (2019) demonstra que a engenharia de trincheiras dependia diretamente do substrato geológico, pois solos argilosos, areias, calcários, margas e rochas fraturadas respondiam de modo distinto à escavação, à drenagem e ao colapso. Assim, mesmo quando o combate não ocorria dentro de cavernas naturais, a geologia condicionava a possibilidade de permanecer enterrado, construir abrigos, estabilizar frentes e controlar a água. No carste alpino-adriático, essa dependência era intensificada pela presença de cavidades, fraturas, maciços rochosos e circulação subterrânea.

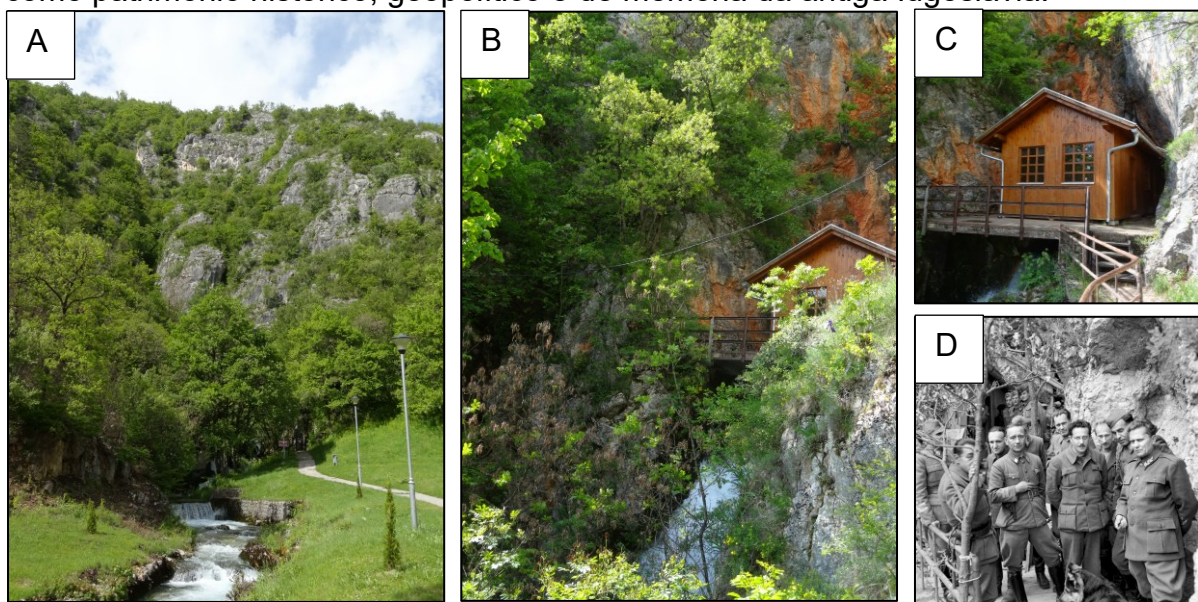
A Segunda Guerra Mundial ampliou a escala do problema. Knolle, Kempe e Travassos (2013) mostram que, diante dos bombardeios aliados, o regime nazista passou a buscar locais subterrâneos mais protegidos para produção militar. A transferência de tecnologia de guerra para cavernas, porões e minas fez com que dados espeleológicos se tornassem material estratégico. O caso de Benno Wolf é particularmente significativo: seu acervo de literatura sobre cavernas e o projeto de registro mundial despertaram interesse militar, em um contexto no qual a espeleologia foi capturada pela administração nazista. O exemplo demonstra que a militarização do subterrâneo não envolve apenas a ocupação física de cavernas, mas também o controle de informação espeleológica. O complexo de Mittelbau-Dora, no Kohnstein, constitui caso extremo dessa lógica. Segundo Knolle, Kempe e Travassos (2013), a instalação subterrânea nazista foi construída e ampliada em túneis de anidrita do Permiano superior, tornando-se uma das maiores fábricas subterrâneas de guerra em 1945. A produção de foguetes V2 e outras armas ocorreu sob condições de trabalho forçado, com milhares de vítimas. Embora se trate de túneis artificiais e não de uma caverna natural, o caso é relevante porque mostra como litologia, profundidade, resistência do maciço e proteção contra bombardeios foram convertidas em vantagem militar e industrial.

No teatro adriático, Häusler (2022) mostra que a geologia militar alemã também se vinculou à ocupação de áreas cársticas e à organização de unidades especializadas. A criação de estruturas de pesquisa em carste e cavernas no âmbito da Ahnenerbe e a atuação do SS-Karstwehr-Bataillon indicam que o conhecimento espeleológico foi mobilizado tanto para reconhecimento de posições quanto para operações em terrenos cársticos da Carníola, Eslovênia ocidental e Venezia Giulia. Esse caso reforça que, durante a guerra, o carste deixou de ser apenas obstáculo

físico e passou a constituir objeto de coleta sistemática de informação, treinamento e planejamento militar.

Ainda na Segunda Guerra Mundial, nos Bálcãs, a caverna de Drvar, na atual Bósnia e Herzegovina (Figura 2), exemplifica o uso de cavidade natural subterrânea como abrigo, posto de comando e espaço de ocultamento.

Figura 2 - Caverna de Tito, em Drvar, Bósnia e Herzegovina (BiH). A) Vista geral do vale cárstico, com curso d'água encaixado e vertentes calcárias recobertas por vegetação. B) Setor de acesso à cavidade, evidenciando o relevo escarpado e a inserção da estrutura de visitação junto à parede rochosa. C) Casa-memorial construída junto à entrada da caverna, associada ao episódio histórico em que Josip Broz Tito e integrantes da resistência iugoslava utilizaram o abrigo durante a Segunda Guerra Mundial. D) Registro histórico em preto e branco de Tito e membros do movimento partisan no entorno da caverna, reforçando a importância do local como patrimônio histórico, geopolítico e de memória da antiga Iugoslávia.



Fonte: Acervo pessoal (A,B,C). Domínio Público (D)

Tito e o Alto Comando partisan utilizaram a caverna em área montanhosa dos Alpes Dináricos, próxima ao rio Unac. A Operação Rösselsprung, em 25 de maio de 1944, combinou bombardeio, tropas terrestres, paraquedistas e planadores com o objetivo de capturar ou eliminar Tito, mas fracassou em razão de problemas de inteligência, resistência partisan e complexidade do terreno (Eyre, 2006; Melson, 2000; Roberts, 1987). O caso demonstra que cavernas podem funcionar como infraestrutura de comando em guerra irregular, articulando proteção física, camuflagem e mobilidade.

No Vietnã, os túneis de Củ Chi representam um caso paradigmático de construção artificial de um campo de batalha subterrâneo. Mangold e Penycate (1985) descrevem uma rede que integrava abrigo, circulação, depósitos, postos de comando e espaços de permanência. Olson e Morton (2017) ressaltam que os solos coesos da região contribuíram para a resistência das galerias, dificultando sua destruição por bombardeios e operações terrestres. Assim, a técnica de combate associada a Củ Chi dependia da invisibilidade relativa, da camuflagem dos acessos, da compartimentação interna e da capacidade de deslocamento em subsuperfície. O subterrâneo compensava assimetrias tecnológicas entre forças convencionais e as de guerrilha.

Entretanto, o Vietnã também apresenta exemplos de apropriação de cavernas naturais. A Hang Quên Y, conhecida como Hospital Cave ou Military Hospital Cave, em Cát Bà, foi adaptada com estruturas internas de concreto, níveis funcionais, salas de tratamento, espaços administrativos, ventilação, água e acessos múltiplos, funcionando como hospital de campanha e abrigo protegido. Embora parte da documentação disponível seja patrimonial ou descritiva, o caso é importante para diferenciar dois modos de militarização do subterrâneo: a escavação planejada de redes artificiais, como Củ Chi, e a adaptação de morfologias naturais preexistentes, como cavernas em maciços calcários (Kiernan, 2011).

No Afeganistão, a relação entre relevo montanhoso, cavernas, *adits*, *karizi-qanats* e túneis tornou-se central para a leitura militar do território. Bahmanyar (2004) destaca que as cadeias montanhosas, os limiares topográficos e os sistemas de cavernas e túneis foram utilizados por diferentes forças, dos *mujahideen* ao Taliban e à Al Qaeda. Gross *et al.* (2004) reforçam essa questão ao discutir o uso de SIG e interpretação geológica para prever a ocorrência de cavernas em calcários, com base em litologia, fraturas e estratificação. O caso de Zhawar Kili, na fronteira com o Paquistão, mostrou que a inteligência baseada apenas em imagens podia subestimar a extensão real dos complexos subterrâneos.

A bibliografia técnico-militar sobre o Afeganistão confirma essa complexidade. Hadden (2005) organizou uma bibliografia específica sobre *adits*, *caves*, *karizi-qanats* e túneis, evidenciando que o problema não se reduzia às cavernas naturais, mas incluía uma rede híbrida de formas geológicas, estruturas hidráulicas tradicionais, escavações de mineração e túneis militares. Essa diversidade dificultava a identificação remota das cavidades, pois entradas pequenas, sombra

topográfica, litologias fraturadas e uso local do terreno podiam mascarar a extensão real dos complexos. Assim, o combate em ambiente afegão exigia leitura integrada entre geomorfologia, hidrogeologia, cultura técnica local e inteligência militar.

A guerra no Afeganistão também evidencia a importância da “inteligência geológica”. Knolle, Kempe e Travassos (2013), citando Leith, lembram que forças adversárias deslocadas para o subterrâneo tornaram necessário conhecer a localização, a resistência e as características das entradas de cavernas diante de armamentos convencionais ou penetrantes. Essa constatação evita a leitura simplista de cavernas como meros esconderijos: em terreno montanhoso, com entradas múltiplas, compartimentação e domínio local, elas podem funcionar como nós logísticos, depósitos, rotas de evasão e estruturas de comando.

Em Mossul, no norte do Iraque, Bulmer (2019) amplia o debate ao demonstrar que túneis, dolinas e estruturas subterrâneas podem ser integrados a cenários urbanos e periurbanos. Durante o controle territorial do autodenominado Estado Islâmico, essas formas foram apropriadas para comando, armazenamento, deslocamento e defesa. O caso indica que o campo de batalha subterrâneo não está restrito a áreas rurais, florestadas ou montanhosas. Ele também pode emergir em cidades, onde estruturas naturais e artificiais se articulam a redes de controle territorial, ocultamento e mobilidade assimétrica.

Por fim, a discussão possui implicações para a leitura contemporânea de áreas de conflito. A identificação de cavidades, túneis e condutos não depende apenas de imagens aéreas ou satelitais, pois muitos acessos são pequenos, sombreados, vegetados ou integrados a construções. Gross et al. (2004) indicam que modelos preditivos de cavernas em terrenos calcários exigem combinação entre litologia, lineamentos, estratigrafia e análise espacial. Em termos militares, isso significa que a invisibilidade do subterrâneo é também um problema cartográfico e geotecnológico, não apenas tático.

A literatura sobre carste tropical confirma que essa associação entre cavernas, relevo irregular e guerra irregular possui longa duração. Day (2004) observa que carstes tropicais também apresentam topografia irregular, escassez de água superficial, depressões, encostas íngremes, vegetação densa e sistemas cavernosos extensos, oferecendo vantagens ofensivas e defensivas a combatentes locais familiarizados com o terreno. Essa leitura é útil para a pesquisa, pois demonstra que a vantagem militar do carste não deriva apenas da caverna isolada,

mas de uma paisagem integrada por depressões, vertentes, escarpas, drenagem subterrânea, visibilidade reduzida e circulação difícil.

Outro exemplo comparativo ajuda a reforçar a função militar de cavidades naturais. Eastler (2004) observa que, em Iwo Jima, forças japonesas aproveitaram cavidades naturais em rochas vulcânicas e as interligaram por túneis escavados manualmente, ampliando sua eficiência defensiva contra tropas numericamente superiores. Embora não se trate de carste carbonático, o caso confirma o princípio geomorfológico central deste artigo: cavidades preexistentes, quando conectadas artificialmente e integradas à defesa, transformam o relevo em infraestrutura subterrânea de combate. A analogia é útil para interpretar carstes, pois evidencia como compartimentação, profundidade, múltiplas entradas e invisibilidade relativa favorecem resistência prolongada.

Os casos analisados permitem sintetizar quatro funções militares recorrentes. A primeira é a **proteção**, pois cavernas e túneis reduzem a exposição a observação aérea, artilharia, bombardeios e condições climáticas. A segunda é a **ocultação**, favorecida por entradas pequenas, vegetação, irregularidades do relevo e compartimentação interna. A terceira é a **mobilidade**, sobretudo quando condutos e túneis conectam diferentes pontos da superfície. A quarta é a **logística**, pois ambientes subterrâneos podem armazenar água, munições, equipamentos, alimentos e estruturas médicas.

Essas vantagens, contudo, possuem limites. Cavernas e túneis podem apresentar restrições de ventilação, instabilidade, inundação, baixa comunicação, dificuldade de evacuação, confinamento psicológico e dependência de acessos vulneráveis. Por isso, a vantagem militar do subterrâneo não decorre apenas da existência de cavidades, mas do conhecimento técnico sobre estrutura, acessibilidade, estabilidade, água, ventilação e integração com a superfície. A geologia influencia técnicas de combate, mas não as determina isoladamente; ela opera em interação com organização social, doutrina, tecnologia, recursos e conhecimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a geologia, a geomorfologia cárstica e os ambientes subterrâneos influenciam técnicas de combate ao modificar condições de proteção, ocultação, mobilidade e logística. Cavernas, túneis, *adits*, *qanats*, dolinas e

condutos cársticos podem transformar o terreno em sistema tridimensional, no qual a superfície visível não expressa toda a complexidade operacional do espaço.

Os exemplos discutidos revelam modalidades distintas de militarização do subterrâneo. No Isonzo/Soča, a geologia foi incorporada à avaliação de cavernas, água, materiais e fortificações. Na Segunda Guerra Mundial, cavernas, túneis e dados espeleológicos foram apropriados para abrigo, comando e produção militar. Em Cũ Chi, a escavação artificial produziu uma rede de resistência. No Vietnã cárstico, cavernas naturais foram adaptadas para funções médicas e defensivas. No Afeganistão, relevo, cavernas e sistemas escavados dificultaram reconhecimento e neutralização. Em Mossul, o subterrâneo integrou-se à guerra urbana.

Conclui-se que a geomorfologia do carste e a geologia militar oferecem uma chave interpretativa relevante para compreender a guerra subterrânea. O tema possui potencial interdisciplinar, articulando geociências, história militar, geografia do conflito, análise territorial, geotecnologias e estudos sobre risco em áreas afetadas por guerra. No Brasil, a ampla distribuição de províncias espeleológicas em rochas carbonáticas, quartzíticas e ferruginosas reforça a pertinência de pensar criticamente as dimensões territoriais, geopolíticas e securitárias dos geossistemas cársticos tradicionais e não tradicionais, sem perder de vista a necessidade de conservação do patrimônio espeleológico.

REFERÊNCIAS

BAHMANYAR, M. Afghanistan cave complexes 1979-2004: mountain strongholds of the Mujahideen, Taliban and Al Qaeda. Oxford: Osprey Publishing, 2004.

BONDESAN, A.; EHLEN, J. Military geoscience: a multifaceted discipline. *In*: BONDESAN, A.; EHLEN, J. (ed.). **Military geoscience: a multifaceted approach to the study of warfare**. Cham: Springer, 2022. p. 1-17. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-79260-2_1.

BULMER, M. H. Geological considerations of contemporary military tunnelling near Mosul, northern Iraq. *In*: ROSE, E. P. F.; EHLEN, J.; LAWRENCE, U. L. (ed.). **Military aspects of geology: fortification, excavation and terrain evaluation**. London: Geological Society, 2019. Special Publications, v. 473, p. 241-265. DOI: <https://doi.org/10.1144/SP473.11>.

DAY, M. J. Military campaigns in tropical karst: the Maroon Wars of Jamaica. *In*: CALDWELL, D. R.; EHLEN, J.; HARMON, R. S. (ed.). **Studies in military geography and geology**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 79-88.

EASTLER, T. E. Military use of underground terrain: a brief historical perspective. *In*: CALDWELL, D. R.; EHLEN, J.; HARMON, R. S. (ed.). **Studies in military geography and geology**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 21-37.

EYRE, W. D. Operation Rösselsprung and the elimination of Tito, 25 May 1944: a failure in planning and intelligence support. **The Journal of Slavic Military Studies**, v. 19, n. 2, p. 343-376, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/13518040600697969>.

FORD, D.; WILLIAMS, P. **Karst hydrogeology and geomorphology**. Chichester: John Wiley & Sons, 2007.

GROSS, M. R.; GHOSH, K.; MANDA, A. K.; WHITMAN, D. A GIS-based spatial analysis of caves and solution cavities: application to predicting cave occurrence in limestone terrain. *In*: CALDWELL, D. R.; EHLEN, J.; HARMON, R. S. (ed.). **Studies in military geography and geology**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 287-306. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-3105-2_22.

HADDEN, R. L. **Adits, caves, karizi-qanats, and tunnels in Afghanistan**: an annotated bibliography. Alexandria: U.S. Army Corps of Engineers, Topographic Engineering Center, 2005. 80p. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA444101.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2026.

HÄUSLER, H. War geology of the Imperial and Royal Army at the Isonzo-Front 1918. *In*: BONDESAN, A. et al. (ed.). **Peace follows war: geosciences, territorial impacts and post-conflict reconstruction**. Roma: Società Geologica Italiana, 2019. p. 47. DOI: <https://doi.org/10.3301/ABSGI.2019.03>.

KIERNAN, K. Some impacts of war on karst environments and caves. **Helictite**, v. 40, n. 2, p. 27-46, 2011. Disponível em: <https://helictite.caves.org.au/pdf1/46.Kiernan.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2026.

KNOLLE, F.; KEMPE, S.; TRAVASSOS, L. E. P. Nazi military use of German caves, Dr. Benno Wolf and the World Cave Registry Project. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF SPELEOLOGY, 16., 2013, Brno. **Proceedings...** Brno: Czech Speleological Society, 2013. p. 64-68.

MANGOLD, T.; PENYCATE, J. **The tunnels of Cu Chi**. London: Guild Publishing, 1985. 304p.

MATHER, J. D.; ROSE, E. P. F. Military aspects of hydrogeology: an introduction and overview. *In*: ROSE, E. P. F.; MATHER, J. D. (ed.). **Military aspects of hydrogeology**. London: Geological Society, 2012. Special Publications, v. 362, p. 1-17. DOI: <https://doi.org/10.1144/sp362.1>.

MELSON, C. D. **Operation Knight's Move**: German airborne raid against Tito, 25 May 1944. Quantico: Marine Corps Historical Center, 2000. 73p.

OLSON, K. R.; MORTON, L. W. Why were the soil tunnels of Cu Chi and Iron Triangle in Vietnam so resilient? **Open Journal of Soil Science**, v. 7, n. 2, p. 34-51, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4236/ojss.2017.72003>.

ROBERTS, W. R. **Tito, Mihailović, and the Allies, 1941-1945**. Durham: Duke University Press, 1987. 406p.

TRAVASSOS, L. E. P. **Princípios de carstologia e geomorfologia cárstica**. Brasília: ICMBio/CECAV, 2019.

WILLIG, D.; HÄUSLER, H. Aspects of military hydrogeology and groundwater development by Germany and its allies in World War I. *In*: ROSE, E. P. F.; MATHER, J. D. (ed.). **Military aspects of hydrogeology**. London: Geological Society, 2012. Special Publications, v. 362, p. 85-103. DOI: <https://doi.org/10.1144/sp362.6>.

SOBRE O LIVRO

Em um mundo marcado por rápidas transformações, disputas por poder, reorganizações territoriais e novos arranjos geoeconômicos, ***Geopolítica Global: ordem mundial, conflitos e novas territorialidades*** convida o leitor a refletir sobre os principais desafios da ordem internacional contemporânea. A obra reúne discussões sobre conflitos, escalas de poder, territorialidades emergentes, estratégias dos Estados, papel das organizações internacionais e os impactos das dinâmicas globais sobre diferentes regiões do planeta.

Com abordagem plural e crítica, o livro oferece subsídios para estudantes, pesquisadores e leitores interessados em compreender as relações entre espaço, política e sociedade no século XXI.



9786597598618

ISBN 978-65-975986-1-8